



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



João Ernandes Barreto Nascimento

**DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DA ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO
OCIDENTAL DE SERGIPE**

Vitória da Conquista/BA

2019

João Ernandes Barreto Nascimento

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Em cumprimento a etapa de defesa e requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia pela UESB. Tendo a orientação do Professor Dr. José Eloízio da Costa e co-orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Viana de Alcantara.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Vitória da Conquista/BA

2019



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos do Creative Commons

N196d

Nascimento, João Ernandes Barreto.

Desenvolvimento e desafios da ATER no território do sertão ocidental de Sergipe. / João Ernandes Barreto Nascimento, 2019.

135f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. José Eloízio da Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 123 – 129.

1. Agricultura familiar. 2. ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. 3. Políticas públicas. 4. Estado - Desenvolvimento. I. Costa, José Eloízio da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO. T. III.

CDD: 338.1

CATALOGAÇÃO NA FONTE: JULIANA TEIXEIRA DE ASSUNÇÃO – CRB 5/1890



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DA ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

JOÃO ERNANDES BARRETO NASCIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 25 de março de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
(Orientador)

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara
(Coorientadora)

Profa. Dra. Diana Mendonça de Carvalho
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio
(Examinador Interno)

Aos agricultores familiares. Vão algumas reflexões sobre estratégias que possam possibilitar melhores dias para vocês, sobretudo aos agricultores nordestinos. Que seja ampliado o debate em torno da importância social da agricultura familiar no século XXI, e busque-se discutir caminhos para o fortalecimento de ações do Estado, que visem a melhoria das condições de vida dessas famílias e a inserção deste grupo em novos circuitos emergentes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais (Eribaldo e Ivanir) pelo esforço e dedicação na minha formação social. Também agradeço a minha irmã (Maria Carolaine) pelo companheirismo e ajudas de suma importância para o desenvolvimento de algumas atividades.

Reconheço a todos os profissionais do ensino que contribuíram no meu processo de formação e desempenharam o seu papel ao longo dos anos de estudos concluídos até o presente momento. E gratulações ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB) por abrir as portas e confiar na relevância e capacidade de se aprofundar o tema proposto.

Ao professor Marcelo Alves Mendes, pelas orientações acadêmicas (as quais nortearam no desdobramento da vida acadêmica). A professora Fernanda Viana de Alcantara, por ter contribuído em todas as etapas que constituem o desenvolvimento do mestrado, com a sua disponibilidade e orientação. Ao professor José Eloízio da Costa, pelas orientações e incentivos na construção do presente trabalho. Agradeço também, a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPG/UESB), pelo financiamento da presente pesquisa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio as atividades desenvolvidas junto ao PPGeo/UESB.

Também agradeço aos agricultores familiares pela recepção e desejo em contribuir para o nosso trabalho. Aos secretários de agricultura dos municípios do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, aos representantes da EMDAGRO no território e ao presidente (José Firmino) da Associação dos Produtores Orgânicos do Agreste (ASPOAGRE), pelas informações disponibilizadas.

E finalmente agradeço ao Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE), pois suas informações foram de grande importância para o andamento da pesquisa.

Sobre as formas de Estado – “O objetivo é possibilitar a igualdade de acesso aos bens fundamentais: toda criança deveria poder ter acesso à formação, qualquer que seja a renda de seus pais; toda pessoa deveria poder ter acesso a cuidados de saúde, inclusive – e principalmente – quando atravessa uma fase ruim. ”

Thomas Piketty

Desenvolvimento como mudança – “[...] desenvolvimento é um processo de alteração cognitivo, normativo e ontológico que não possui um vetor ou caminho pré-determinado ou previsível, embora no geral seja um processo assimétrico, desigual e heterogêneo, portanto, com um viés político. [...] o desenvolvimento expressa as contradições da condição humana, podendo ser entendido como processo pelo qual os indivíduos e as sociedades constroem as suas condições de existência e reprodução ao longo do tempo, em interação com a natureza e com o espaço. ”

Sergio Schneider

RESUMO

A categoria desenvolvimento pode ser considerada como o centro das discussões em torno das possibilidades de mudança social dentro da própria lógica da sociedade contemporânea, pois, diante das transformações evidenciadas na sociedade capitalista, somente o crescimento econômico não é capaz de mobilizar todas as sociedades e inseri-las nessa dinâmica, sendo necessário que ocorra o “freio” na economia para evitar uma maior marginalização social. Neste cenário de estratégias de desenvolvimento, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma ação capaz de apoiar a produção, comercialização e a inserção social das famílias assistidas. É relevante destacar que, para ocorrer o sucesso dessa estratégia de desenvolvimento, a articulação com outras políticas públicas torna-se essencial. A metodologia está pautada no levantamento e revisão de literatura sobre a dialética que envolve o desenvolvimento e o Estado na sociedade capitalista, e os rebatimentos no espaço rural. Ressalta-se a coleta de dados secundários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos agropecuários (2006 e 2017), realização de pesquisas de campo no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, com a aplicação de 60 questionários (em três dos seus 19 municípios), além de entrevistas realizadas com a principal entidade responsável pela ATER em Sergipe, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO); também realizou-se entrevistas com secretários municipais de agricultura, representantes de associações e uma empresa de ATER privada. Consideram-se estes os principais caminhos para analisar os desafios e perspectivas que envolvem a efetividade da ATER pública como uma estratégia capaz de alavancar o desenvolvimento no recorte espacial analisado. É possível afirmar que, a ATER pública, constitui-se como uma ação que enfrenta grande dificuldade em atender um público considerável de agricultores, pois mesmo diante do reconhecimento da sua importância para a efetivação de ações para o desenvolvimento rural, o quadro de funcionários e o poder de articulação entre os atores do território em questão, atuam como obstáculos para gerar o fortalecimento dessa política pública. Observa-se que quatro pontos são considerados como chave para o desenvolvimento dessas famílias analisadas, sendo eles; as políticas públicas, o apoio a produção e comercialização agrícola, o incentivo a diversificação dos rendimentos e a participação social. Estes, são os principais fatores, evidenciados no estudo, que podem conduzir o território ao desenvolvimento nas próximas décadas e a ATER poderá ser a política pública capaz de apoiar esse processo, desde que seja ampliada e ajustada de acordo com a realidade do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, e também, conte com o apoio de outras políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. ATER. Desenvolvimento. Estado. Políticas Públicas.

ABSTRACT

the development category can be considered as the center of the discussions around the possibilities of social change within the logic of contemporary society, because before the transformations shown in capitalist society, only the economic growth is not able to mobilize all societies and enter them in this dynamic, being necessary to the "brake" in the economy to avoid further marginalization. In this scenario of development strategies, the objective of the present work consists in analyzing the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) as an action able to support the production, marketing and social insertion of the assisted families. It is relevant to point out that, for the success of this strategy of development, links with other public policy becomes essential. The methodology is based on a survey and review of the literature about the dialectic that involves the development and the State in capitalist society, and consequences in rural areas. The secondary data collection at the Brazilian Institute of Geography and statistics (IBGE), agricultural Censuses and conducting field research in the territory of the Western Hinterland of Sergipe, with 60 questionnaires (in three of its 19 municipalities), as well as interviews conducted with the main entity responsible for the ATER in Sergipe Agricultural development company of Sergipe (EMDAGRO), also conducted interviews with municipal secretaries of agriculture, representatives of associations and a company of private ATER. These are considered the main paths to analyze the challenges and perspectives involving the effectiveness of the ATER as a strategy capable of leveraging the clipping space development. It is possible to affirm that the public ATER is an action that faces great difficulty meeting an audience of farmers, because even before the recognition of your importance to and completion of actions for rural development, the staff and the power of articulation between the actors of the territory in question, act as obstacles to the strengthening of this public policy. It is observed that four points are considered as key to the development of these families analyzed, being them; public policy, support for agricultural production and marketing, encouraging the diversification of income and social participation. These are the main factors, highlighted in the study, which may lead the territory to the development in the coming decades and the ATER can be public policy able to support this process, as long as it is expanded and adjusted in accordance with the reality of Territory of the Western Hinterland of Sergipe, and also count on the support of other public policies.

Keywords: Family Agriculture. ATER. Development. State. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2018.....	17
Figura 02 - PNB per capita (em dólares) e expectativa de vida ao nascer, 1994.....	36
Figura 03 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Médio no Brasil, Nordeste, Sul e em Sergipe, 1991 – 2010.....	75
Figura 04 - Percentual dos domicílios rurais com rendimentos inferiores a 3 salários mínimos no Brasil, no Nordeste em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 1991-2010.....	77
Figura 05 - Evolução e taxa de crescimento comparativa da população rural jovem (idade 15 - 24 anos) no Brasil, Nordeste e em Sergipe, 2000 – 2010 (em %)......	79
Figura 06 - Evolução do percentual de escolaridade em Sergipe, 1991 – 2010.....	80
Figura 07 - Origem da assistência técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão ocidental de Sergipe (em %) 2017.....	92
Figura 08 - Relação entre acesso a assistência técnica e escolarização do produtor em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %) 2017.....	93
Figura 09 - Relação entre unidades familiares que recebem ou não ATER e a linha de crédito acessada no Território do Sertão Ocidental de Sergipe em (%), 2017.....	96
Figura 10 - Percentual de participação em associações e principais destinos da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	97
Figura 11 - Contradições entre a inserção de tecnologias e as condições de vida no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	98
Figura 12 - Produtividade média (anual) dos principais produtos agrícolas do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em kg por hectare), 2017.....	101
Figura 13 - Feirinha da agricultura familiar no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	103
Figura 14 - Evolução do percentual da população rural jovem no Brasil, no Nordeste, em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. 1991 a 2010.....	106
Figura 15 - Percentual de escolaridade média dos entrevistados (por gênero) que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	107
Figura 16 - Faixa etária das famílias entrevistadas que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %), 2017.....	108
Figura 17 - Fontes de renda citadas pelas famílias receptoras ou não de ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %), 2017.....	109
Figura 18 - Aspectos sociais das famílias que recebem ou não ATER no Território do Sertão ocidental de Sergipe (em%), 2017.....	111
Figura 19 - Percentuais de satisfação com as condições de vida das famílias que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	112
Figura 20 - Algumas ações do Estado no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	114
Figura 21 - Barreiras e perspectivas de Desenvolvimento e a importância da ATER no TSOS, 2019.....	115

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 -	Estabelecimentos agropecuários dedicados à agricultura familiar e não familiar no Brasil, no Nordeste e em Sergipe – 2006.....	75
Tabela 02 -	Número de estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (unidades), 2017.....	91
Tabela 03 -	Agricultores entrevistados que recebem ou não ATER e a relação com a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o acesso ao crédito no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	95
Tabela 04 -	Caracterização da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	100
Quadro 01 -	Caracterização do serviço de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.....	94
Quadro 02 -	Evolução da população total residente no Brasil, em Sergipe e no Território Sertão Ocidental de Sergipe, por gênero e situação do domicílio 1991-2010.....	105

LISTA DE SIGRAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ASPOAGRE	Associação dos Produtores Orgânicos do Agreste
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Internacional do Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEAGRO	Departamento do Agronegócio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB	Produto Nacional Bruto
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPE	Programa Nacional do Primeiro Emprego
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF/MDA	Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do desenvolvimento Agrário
SASAC	Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural
SEAF	Secretaria Especial da Agricultura Familiar
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
02. TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI	
2.1 As contradições do Estado na sociedade capitalista.....	21
2.2 Os (des) caminhos do desenvolvimento no capitalismo.....	33
2.3 Território e desenvolvimento no século XXI.....	41
2.3.1 Rural/urbano e as dinâmicas territoriais.....	44
03. DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	
3.1 O Estado e as transformações do rural brasileiro.....	55
3.2 A diversidade do rural brasileiro.....	67
3.3 A articulação da ATER com as políticas públicas: desafios e perspectivas.....	78
04. ESTRUTURAS SOCIOMATERIAIS E DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	
4.1 Estrutura produtiva e ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.....	90
4.2 ATER e estruturas sociomateriais no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.....	104
4.3 Perspectivas de desenvolvimento para o Território do Sertão Ocidental de Sergipe.....	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
6. REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES.....	130

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da consolidação da sociedade capitalista, discussões em torno do crescimento econômico desigual e contraditório se estabeleceram, assim como o papel do Estado diante desse cenário. Em Piketty (2014) percebe-se que a concentração de renda foi ampliada nos últimos séculos, em consequência disso, a concentração do poder econômico poderá comprometer o papel das instituições do Estado. O Estado pode ser considerado como o principal agente capaz de reverter ou moderar esse cenário. Por isso, destaca-se que o Estado contemporâneo, embora existam controvérsias, assume o perfil de Estado social ao buscar através das políticas públicas inserir no processo socioeconômico os marginalizados pelo sistema capitalista.

O presente trabalho busca trazer algumas questões referentes as transformações que marcaram a sociedade capitalista ao longo da sua consolidação, traduzindo-se na reinvenção do papel do Estado para a disseminação do sistema econômico vigente. Para tanto, vale ressaltar que a transição de um modelo de Estado Nacional, para o Estado de bem-estar-social, não foi algo mecânico e homogêneo. Ocorre assim, a adoção de novas estratégias para garantir os interesses das elites, mas, registra-se também, o incremento de ações capazes de acionar os demais setores das sociedades que viviam a margem do processo. Por isso, entende-se que o Estado-social contemporâneo, embora apresente resquícios oriundos da sua gênese burguesa, pode ser compreendido como um importante agente capaz de reverter as desigualdades sociais que se estabeleceram na sociedade capitalista, e ser o principal coordenador do desenvolvimento aliando-se aos demais setores da sociedade e “domesticando” o capitalismo “selvagem”.

Diante das transformações evidenciadas na sociedade capitalista, a categoria desenvolvimento pode ser considerada como o centro das discussões em torno das possibilidades de mudança social dentro da própria lógica da sociedade contemporânea. Somente o crescimento econômico não é capaz de mobilizar todas as sociedades e inseri-las nessa dinâmica, necessitando-se que ocorra o “freio” na economia para evitar uma maior marginalização social e elaboração de estratégias capazes de induzir o desenvolvimento social. Aliado ao “freio econômico”, as políticas sociais do Estado voltadas para saúde, educação, são os principais fatores capazes de possibilitar que o cenário apocalíptico previsto por alguns economistas não viesse a se consolidar.

É importante destacar um relevante argumento da teoria do desenvolvimento como liberdade, do economista indiano Amartya Kumar Sen (2010), pois um país não consegue

investir no social se o mesmo não cresce economicamente, assim como, não será possível melhorar os índices sociais de um país com renda concentrada, caso este, não invista em bens substanciais para a sua população. O progresso tecnológico é percebido como o carro-chefe na consolidação dos países centrais do sistema, e como foco dos países emergentes, e também, baseado nisso, o desenvolvimento poderá ser refletido no poder de inovação tecnológica de um país, aliada a capacidade interna que o mesmo possua para agregar valor aos seus produtos, sem que necessite importar mão de obra qualificada.

Com a reinvenção do seu papel social na sociedade capitalista, o Território, deixa de ser uma categoria de uso particular da geografia, não sendo apenas uma expressão de domínio de uma nação ou de um Estado. Passa então, a ganhar um enfoque desenvolvimentista, com a rediscussão do “poder” dos atores, como um caminho para o desenvolvimento no século XXI. O território também passa a ser considerado como reflexo ou materialização das relações do rural com o urbano, sendo que o rural não pode ser compreendido sem a presença do urbano e o urbano, não pode ser separado do rural no estágio contemporâneo da sociedade. Conseqüentemente, o rural passa a ser compreendido, como um lugar relacional e multisetorial, nas estratégias e ações de desenvolvimento para o Brasil, especificamente. É nessa perspectiva que Favareto (2006) destaca a importância da construção de espaços civis e democráticos para que ocorra a discussão sobre estratégias de desenvolvimento com enfoque na gestão social dos territórios.

Analisando essas discussões, o Brasil, como parte integrante dos processos de transformação e desenvolvimento, pode ser considerado como espaço de ações, diversidade e contradições socioeconômicas. Tornando necessário entender que ao longo da inserção do Brasil na economia mundo, não existiu nada que se assemelhe com os modelos revolucionários percebidos na França (político), Alemanha (filosófica) e na Inglaterra (econômica). No caso brasileiro, o rural foi o principal elemento de consolidação do poder econômico e político ao longo da sua formação territorial. Embora tenham ocorrido alguns avanços, estes foram incapazes de alterar este cenário, o qual é refletido nas relações sociais contemporâneas. Nessa perspectiva, Souza, J. (2017) destaca que atualmente existe um tipo de “escravidão” amparada no enfraquecimento das instituições que formam o Estado, fato que poderá, também, corroborar na dissolução das políticas sociais que buscam o desenvolvimento territorial, comprometendo assim, o fortalecimento socioeconômico das famílias rurais que dependem diretamente do apoio e de ações do Estado para o incremento de suas atividades.

A categoria desenvolvimento pode ser considerada como conceito chave do estudo em questão. Partindo de uma análise dialética do papel do Estado na sociedade capitalista, em que as ações e transformações acabam determinando a organização social dos espaços rurais e urbanos, através da reestruturação do território e de seus agentes no processo. É nessa perspectiva, que as liberdades (políticas, econômicas e sociais) substantivas e elencadas por Sen (2010), são consideradas os principais fatores capazes de mensurar o desenvolvimento de uma sociedade. O rural não foge a esta regra, e é considerado nesse estudo como objeto de análise para compreender a importância das políticas públicas para o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas, sendo a ATER um exemplo de política pública capaz de conduzir esse processo, desde que seja aliada a outras políticas públicas.

Ressalta-se a realização de levantamento e revisão da literatura, atentando para as discussões referentes aos novos desafios e perspectivas que envolvem a dinâmica da sociedade e do rural contemporâneo. Relaciona-se com o papel do Estado e as transformações da sociedade capitalista, assim como, questões relacionadas às tendências e possibilidades da produção dos espaços rurais e a correlação com as áreas urbanas. Buscando entender o caso e a relação rural/urbano no Território Sertão Ocidental de Sergipe e o papel da ATER no fortalecimento socioeconômico das famílias envolvidas.

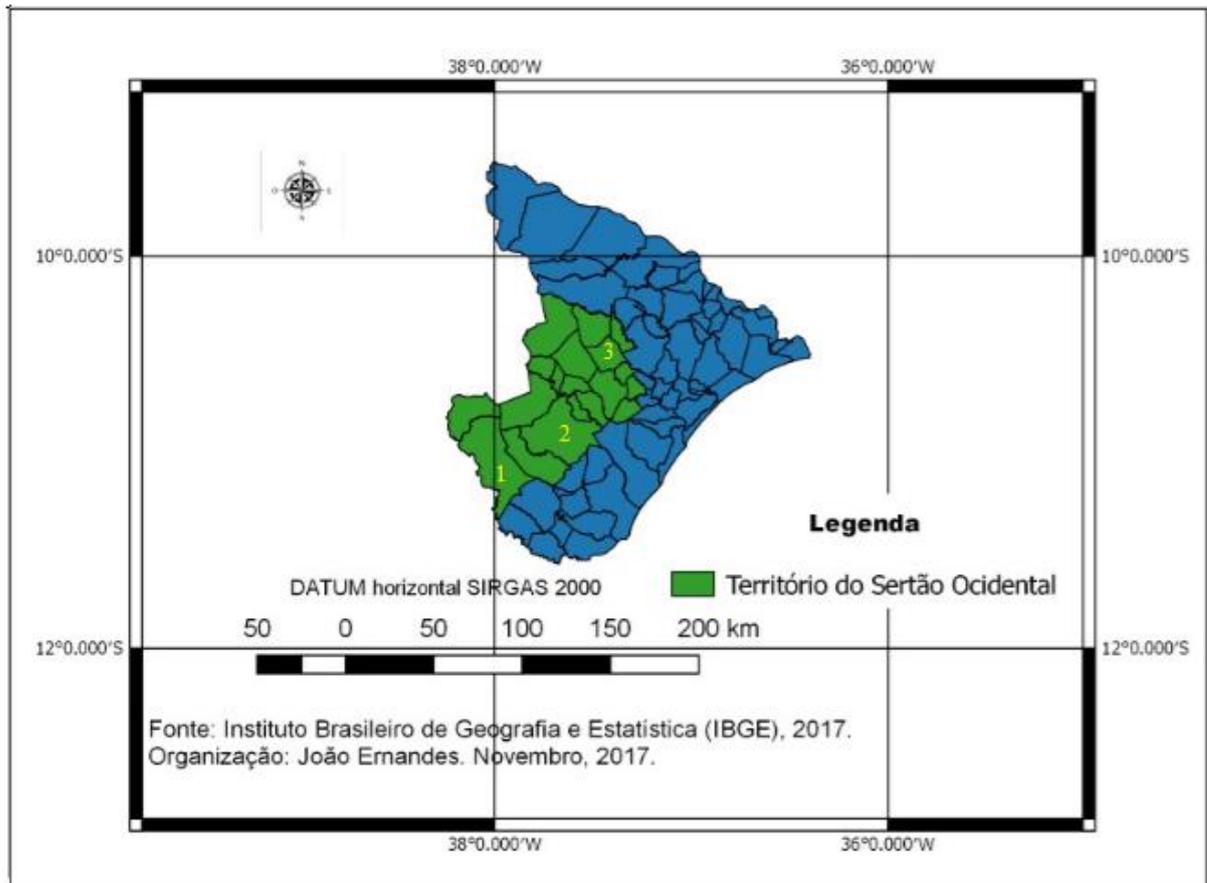
Diante disso, a pesquisa de campo torna-se uma importante ferramenta para o confronto de informações referentes ao que está previsto pelas ações do Estado e a efetividade na vida dos agricultores assistidos. Com isso, a aplicação de questionários junto as unidades familiares, registros fotográficos e a realização de entrevistas podem ser considerados como fundamentais dentro do que está previsto para a análise do tema proposto neste trabalho. Assim como, foi investigada a ATER no Território Sertão Ocidental, a partir de entrevistas nos órgãos e empresas responsáveis pela efetivação da ação no território (obedecendo um roteiro uniforme de entrevista), tais como; secretarias municipais de agricultura, entidades privadas de ATER, e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) (principal agente de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe). Destaca-se também, a realização de entrevista com o representante de uma das associações (ASPOAGRE) presentes no território em questão, e a partir disso, compreende-se algumas perspectivas e desafios para os agricultores familiares que organizam-se em associações e inserem seus produtos nos mercados.

Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários, nas seguintes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Agropecuários (1985, 1995/96, 2006 e 2017) e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, sendo estas as bases para levantamento e sistematização de dados socioeconômicos dos recortes pesquisados. Vale ressaltar que, embora os dados socioeconômicos oficiais do IBGE, reflitam a amostragem de 2010, é possível em alguns momentos fazer projeções para 2020 (possível divulgação de novos dados censitários), desde que se considere o momento sociopolítico que o país está atravessando nesse intervalo de tempo.

Foi realizada a aplicação de 60 questionários semiestruturados e de forma aleatória nas unidades familiares do Território Sertão Ocidental de Sergipe, buscando-se levantar questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e características produtivas das unidades familiares que recebem ou não ATER, sendo que a escolha de três municípios (Tobias Barreto/SE (1), Lagarto/SE (2) e Ribeirópolis/SE (3)) destacados e enumerados na figura 01, resumem as características socioeconômicas do território em questão, o qual é composto por 19 municípios, sendo eles; Nossa Senhora Aparecida, Carira, Macambira, Moita Bonita, Pinhão, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Malhador, Pedra Mole, Poço Verde, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

Assim, buscou-se levantar questões referentes às ações, e avanços conseguidos através da ATER e confrontar os dados com as informações prestadas pelos agricultores familiares e o corpo administrativo dos órgãos visitados nas pesquisas de campo, com o objetivo de estabelecer uma discussão dialética referente aos avanços e controvérsias das políticas públicas e os (des) caminhos geográficos do desenvolvimento rural, baseado no historicamente possível. Na confecção do mapa de localização foi utilizado o software Qgis, a partir da extração e conversão de dados do IBGE.

Figura 01 – Localização do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2018.



Para a leitura dos dados coletados em campo foram separadas as unidades familiares que recebem ATER (25%) e as que não recebem ATER (75%), para relacionar a importância e a relação da presença de ATER com o desenvolvimento e a inserção produtiva nas unidades familiares. Considera-se para tanto, aspectos sociais e econômicos para destacar o papel da ATER na reprodução das unidades familiares analisadas e perceber as perspectivas e os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

O debate em questão fundamenta-se através da análise do que foi coletado, com a construção da redação, recorrendo ao estudo dos dados e confecção de gráficos, tabelas e mapas, os quais servirão como exemplos da presente análise.

Inserida no cenário de estratégias de desenvolvimento, encontra-se a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma ação capaz de apoiar a produção a comercialização e a inserção social das famílias assistidas. Para que ocorra o sucesso dessa estratégia de desenvolvimento, a articulação com outras políticas públicas torna-se essencial, tendo em vista que o rural não compreende somente atividades agrícolas, no entanto, o fortalecimento da ATER em áreas em que os agricultores são em sua maioria descapitalizados, pode auxiliar no desenvolvimento de um novo mercado de trabalho, criado a partir do domínio

do processo produtivo com a agregação de valor a produção e conseqüentemente o surgimento de atividades para-agrícolas. Decorrente disso, também surge a relevância da articulação social dos agricultores inseridos nesse processo, através da ocupação dos espaços de diálogo com as entidades, expondo os anseios para o fortalecimento social das famílias.

O presente texto dissertativo, apresenta-se estruturado em três seções, além da introdução em tela; na seguinte seção busca-se discutir os desafios do desenvolvimento para o século XXI, entendo que embora existam controvérsias, o Estado pode ser considerado um agente indutor do desenvolvimento na sociedade capitalista. Para tanto, busca-se fazer um resgate histórico do papel do Estado no decorrer da sociedade capitalista, assim como, discute-se a categoria desenvolvimento, como principal proposta de caminho para o Estado social contemporâneo. Pretende-se diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento social, mas também, entende-se que um encontra-se relacionado ao outro. Com base nessa premissa, a categoria desenvolvimento passa a ser o principal conceito do presente estudo. A seção, também discute o território como uma materialização do desenvolvimento no século XXI, ampliando o olhar, e saindo da visão do poder como forma de domínio, mas sim, como caminho para o desenvolvimento territorial.

Na seção número 03, discute-se desenvolvimento rural e políticas públicas, destacam-se as transformações recentes no rural brasileiro e a relação com o urbano. Sendo estes, aliados a participação do Estado, através de ações para o reconhecimento e/ou concretização deste cenário. Aliado a isso, é feita a análise em torno da diversidade do espaço rural brasileiro e a importância das políticas públicas para a ampliação das possibilidades das famílias inseridas em espaços mais dinâmicos do ponto de vista econômico, e também, para a inserção das famílias mais pobres, nesse circuito de possibilidades. Mesmo assim, entende-se a pobreza como um dos fatores que determinam a capacidade de cada indivíduo (ou família) em tomar decisões na sociedade capitalista. Na parte final da referida seção, discute-se os principais desafios e perspectivas das políticas públicas para esse rural tão diversificado e heterogêneo, sendo a ATER pública o principal foco da discussão, reconhece-se que, essa política pública é o principal elo de articulação de políticas sociais e de comercialização para o rural, e que conseqüentemente, busquem o desenvolvimento rural, através do fortalecimento das famílias rurais, da produção de alimentos e inserção nos mercados.

A seção número 04 aborda a importância da ATER pública para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Para tanto, analisa-se as perspectivas produtivas das famílias assistidas ou não pela ATER e compreende-se a importância dessa política, embora seja ainda precária dentro do território em questão. O debate também visa discutir a relação existente entre

ATER e desenvolvimento para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a partir de questões evidenciadas em campo e que são capazes de indicar caminhos para o desenvolvendo das famílias assistidas pela ATER. Finalizando a seção são apontadas reflexões sobre estratégias de desenvolvimento para o Território rural analisado, a partir do que foi evidenciado e relacionado com o tema em debate, em que as famílias, embora estejam em evolução socioeconômica, apresentam índices de desenvolvimento humano (analisados ao longo do trabalho) que preocupam.

Observa-se que quatro pontos são considerados como chave para o desenvolvimento dessas famílias, sendo eles; as políticas públicas, o apoio a produção e comercialização agrícola, o incentivo a diversificação dos rendimentos e a participação social. Estes, são os principais fatores, evidenciados no estudo, que podem conduzir o território ao desenvolvimento nas próximas décadas e a ATER poderá ser a política pública capaz de apoiar esse processo, desde que seja ampliada e ajustada de acordo com a realidade do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, e também, conte com o apoio de outras políticas públicas.

A última seção de debate corresponde as considerações finais, na qual são apresentadas algumas reflexões sobre os desafios do desenvolvimento, a partir da literatura analisada e fazendo relação com os caminhos da ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Entendendo que o desenvolvimento rural é um processo multifacetário, como explica Ploeg (2016), e é nessa perspectiva, que a ATER poderá contribuir no apoio a produção e comercialização de alimentos, em uma sociedade que exige cada vez mais qualidade e garantia de procedência dos alimentos. Considera-se que a ATER é uma estratégia de desenvolvimento capaz de fornecer aos agricultores familiares, estruturas sociomateriais para a construção de mercados capazes de dar identidade cultural ao território a partir do alimento produzido, sendo este um caminho para que a identidade não se perca dentro das cadeias produtivas. Diante das discussões sobre alimentação em sociedades urbanizadas, a ATER caracteriza-se como uma ação capaz de revitalizar a economia rural e apoiar os adeptos a produção de alimentos saudáveis e com identidade. Portanto, justifica-se a relevância do trabalho em tela, diante da emergência do debate sobre o desmantelamento do Estado de bem estar social, e a importância de análises sobre a imersão de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural, por isso, cabe aos estudiosos sobre o mundo rural brasileiro, pressionar, mostrar resultados e caminhos a partir de agendas de estudos capazes de analisar a heterogeneidade e os “ninhos” produtivos de cada região do país.

02 - TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO E DESAFIOS DO
DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI

2.1 AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A presente seção busca discutir as contradições que se estabeleceram na sociedade capitalista e apresentar os contrastes presentes no rural brasileiro contemporâneo, entende-se que, embora existam controvérsias, o Estado na atualidade pode ser considerado como um relevante moderador das desigualdades sociais, as quais são frutos do desencadeamento do sistema econômico vigente. Nessa perspectiva, cabe aos estudiosos do meio rural analisarem as mazelas da sociedade e pensar em estratégias à médio e longo prazo para a superação das condições de pobreza rural que ainda são marcas da sociedade rural brasileira. Embora, perceba-se ao longo do presente trabalho, que nas últimas décadas tenha ocorrido redução da pobreza rural.

Com base em Harvey (2005) é possível afirmar que no sistema capitalista, o crescimento harmonioso ou equilibrado é inteiramente acidental e assim, a crise desempenha um papel fundamental no capitalismo que tem o efeito de expandir a capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação adicional. É a partir dela que o capital buscará novas estratégias para o seu desenvolvimento (expansão dos mercados, diversificação da divisão do trabalho e a transformação da agricultura de subsistência em agricultura empresarial). É possível observar que a disseminação do modo de produção capitalista transformou as sociedades autossuficientes em unidades dependentes para a produção de valores de troca. Portanto, para que o capitalismo se reproduza é necessário que existam ou sejam criados novos espaços para a acumulação e expansão, e assim, como na atualidade, praticamente, todos os espaços foram atingidos e emergem de novos desejos e utilidades das mercadorias e as transformações dos espaços.

Contudo, a condição que mais me interessa é aquela em que os excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho coexistem. Essa é a condição de crise em que o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, pois sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento. Então, tanto o capital quanto a força de trabalho são desvalorizados (...) (HARVEY, 2005, p.136).

Por sua vez Hobsbawm (2012a) observa que na consolidação da Inglaterra como potência imperial do século XVIII, a reduzida população urbana (predominância da população rural) da época, mesmo apresentando o mesmo porte físico, podiam ser consideradas como pessoas de raciocínio mais rápido e com maior grau de letramento, se comparados com a população rural. No entanto, mesmo apresentando disparidades nos padrões de vida em relação às áreas rurais,

essas prosperidades das áreas urbanas europeias eram oriundas das atividades rurais, pois pode-se afirmar que, as economias dessas províncias eram economias-campo.

Lá, a propriedade de terras era extremamente concentrada, mas o agricultor típico era o arrendatário com um empreendimento comercial médio, operado por mão-de-obra contratada. Uma grande quantidade de pequenos proprietários, aldeões etc. ainda obscureciam este fato. Mas quando tudo se tornou claro, aproximadamente entre 1760 e 1830, o que apareceu não foi uma agricultura camponesa, mas sim uma classe de empresários agrícolas, os fazendeiros, e um enorme proletariado rural. Algumas áreas da Europa onde o investimento comercial tradicionalmente era feito na exploração agrícola, como em partes do norte da Itália e os Países Baixos, ou onde se produziam safras comerciais especializadas, também demonstravam fortes tendências capitalistas, mas isto era um fato excepcional. (HOBBSAWM, 2012a, p. 21).

Frente ao atraso técnico presente nas áreas rurais, onde os camponeses se tornaram servos dos cavalheiros da época, a Inglaterra começa a ganhar destaque segundo Hobsbawm (2012a), pois mesmo diante da concentração de terras, possuía uma agricultura puramente capitalista, e os pequenos agricultores eram arrendatários dessas grandes propriedades. Conseqüentemente, após o início do século XIX, o que se observou foi o surgimento de uma nova classe de pequenos empresários agrícolas, começando a fortalecer a Inglaterra, e assim ela se torna uma das poucas exceções do continente, no qual, predominava uma agricultura puramente tradicional e “assustadoramente ineficiente”.

Diante deste panorama, a Grã Bretanha se consolida como o Estado mais organizado e bem sucedido da Europa no século XVIII, e como consequência disso, a Inglaterra começa a ganhar a frente como hegemonia desse processo, aliado ao início ao chamado “Iluminismo de ideologia revolucionária”, o qual buscava a contenção de novas forças econômicas e sociais que surgiam nessa época. Aliada a força econômica inglesa surgem os ideais franceses, dando origem à dupla revolução, e a partir daí, verifica-se a crescente expansão do comércio e do capitalismo europeu, para o restante do mundo, levando para os territórios não europeus não apenas o caráter expansionista, assim como, elemento para uma possível contra proposta de interesses.

Hobsbawm (1995), ressalta o advento do imperialismo informal, no início do século XIX, em que homens moviam-se de maneira silenciosa e cada vez mais rápida, em busca dos ganhos e das perdas com a ajuda da moderna tecnologia. Decorrente disso, houve uma verdadeira diminuição das distancias, e o salto no poder de exploração. É a partir desse momento, que se iniciou, segundo Hobsbawm (1995) o aumento gradativo do abismo existente

entre as potências e os países subdesenvolvidos, e, assim os intelectuais preocupados com o desenvolvimento da sociedade começam a questionar com maior intensidade o modelo econômico que se consolidava.

Cabe ressaltar que, a consolidação dos Estados nacionais está atrelada ao surgimento e a disseminação do modo de produção capitalista, objetivando expandir territorialmente o domínio das potências europeias. No entanto, com o abismo econômico oriundo da expansão imperialista, começa a ocorrer processos do que é relevante para a manutenção do capitalismo, e nas afirmativas de Hobsbawm (1995), observa-se que foi a partir do fortalecimento do comércio internacional e o advento do Liberalismo, que surgiu o debate referente ao papel do Estado para o desenvolvimento dos interesses das classes dominantes. Conforme Harvey (2005) é possível afirmar que a origem do Estado está atrelada às contradições dos interesses das classes que se consolidaram na gênese da sociedade capitalista, faz-se necessária a existência de um agente que mediasse as relações capitalistas e garantisse o interesse comum.

Necessariamente, o Estado se origina da contradição dos interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem que assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum torna-se lugar de um poder alienígena, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos. Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para a sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para a sua própria dominação. Esses diversos instrumentos de dominação em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados pela luta política, em instrumentos para a dominação de classe (HARVEY, 2005, p.80).

Harvey (2005) considera que no século XIX transferiram-se quantidades massivas de excedentes de capital e força de trabalho da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, e, posteriormente, os Estados Unidos “destronaram” a Grã-Bretanha no mercado mundial, e assim, o surgimento de uma nova região econômica, levou a ampliação da competição com o surgimento de uma nova potência econômica. No momento em que ela se torna uma economia capitalista plenamente amadurecida, buscou-se o ajuste espacial da economia mundo. E partir de Harvey (1996, p. 167-169), entende-se que no final do século XX, a política econômica do capitalismo sofre reestruturação passando do Fordismo para a acumulação flexível, do espaço integrado a desintegração do espaço, do Estado rígido ao Estado flexível, e do Estado subsidiador ao Estado empreendedor, e da sociedade de consumo ao consumo individualizado.

Pode-se afirmar que o Estado corresponde a um conjunto de agentes sociais e unificados, que caracterizam a base do processo de soberania de uma sociedade. Assim, é

possível observar a concepção sociológica de Pierre Bourdieu, em relação as instancias burocráticas que compõem o Estado e a evolução do Estado-nação.

Tenho dito, a respeito dos dois significados da palavra “Estado”, que ao meu ver o Estado como conjunto de agentes sociais, unificados, submetidos a uma mesma soberania, é o produto do conjunto dos agentes mandatados para exercerem soberania e não o inverso, eu gostaria de tentar verificar essa proposição segundo a qual é a constituição de instancias burocráticas autônomas em relação à família, à religião, à economia, que é a condição do surgimento do que se chama Estado-nação, a partir do processo pelo qual essa constituição progressiva se operou (BOURDIEU, 2014, p. 72).

A cisão política da Revolução Francesa, fez surgir a concepção de Estado-Nação, sendo portanto, um fenômeno recente, por isso, vale ressaltar que, nem todos os Estados são Estados-nação, assim, para a geografia o Estado só existe quando a população instalada em determinado território exerce sua soberania. É portanto, que três bases são fundamentais para explicar o Estado na Geografia; a população, o território e a autoridade, sendo que segundo Raffestin (1993) toda a geografia do Estado deriva dessa tríade.

Bourdieu (2014) recorre ao livro de Charles Tilly (*Coercion, Capital and States*), para discutir que a gênese do Estado está atrelada a modelos distintos dos tipos de Estado que se formaram na Europa, fugindo assim do caráter generalizador, destacando a diversidade em que se formou na consolidação dos Estados, e no caso da França e da Inglaterra o Estado Nacional forte se deu como meio econômico de manter as forças armadas poderosas.

Tilly tenta descrever a gênese do Estado europeu, prestando muita atenção na diversidade dos tipos de Estado. Ele alerta: deixamo-nos impressionar pelos modelos inglês e francês; há também o modelo russo, holandês, sueco. Ele tem a ambição de escapar a esse efeito de imposição do que chamo um dos paralogismos mais clássicos, a “universalização do caso particular”, cuja particularidade se ignora (BOURDIEU, 2014, p. 188).

As guerras mundiais desempenharam papel fundamental no avanço das tecnologias, e as políticas públicas implementadas pelos países capitalistas foram responsáveis pela diminuição das desigualdades sociais no século XX, conseqüentemente, a inserção dos marginalizados na dinâmica econômica do capitalismo. Por isso, para Piketty (2014) não existem causas de crescimento econômico harmônico, ao contrário das previsões otimistas da teoria de Kuznets (a qual entendia o crescimento econômico como uma maré, que seria capaz de levantar todos os “barcos”), também não foi concretizado o cenário apocalíptico previsto por

Karl Marx, o qual previa a impossibilidade do equilíbrio estável, socioeconômico ou político, decorrente da queda contínua da taxa de rendimento do capital. A participação do capital na renda nacional cresceria infinitamente, fato que geraria conflitos entre donos de capital e revolta entre trabalhadores assalariados.

Segundo Piketty (2014) a teoria de Marx não se concretizou porque, a partir do final do século XIX, os salários começaram a aumentar, conseqüentemente, ocorreu a melhoria do poder de compra dos trabalhadores, que se disseminou e mudou radicalmente a situação de insatisfação e suspeitas de fracasso da “locomotiva capitalista”. As desigualdades persistiram e aumentaram até o início da Primeira Guerra Mundial. Mas mesmo diante do avanço das desigualdades, as vias democráticas e de progresso tecnológico, eram mais bem aceitas, do que o regime autoritário e de atraso que eclodiu com o advento do comunismo russo.

Certamente Marx também sofreu as conseqüências de decidir expor suas conclusões em 1848, antes de realizar as pesquisas necessárias para justificá-las. Escreveu tomado por grande fervor político, o que muitas vezes o levou a se precipitar e a defender argumentos mal embasados, dos quais ficou refém. Por isso a necessidade de que a teoria econômica esteja enraizada nas mais completas fontes históricas; Marx cometeu o erro de não explorar todas as possibilidades de que dispunha. Além disso, não se debruçou sobre a espinhosa questão de como uma sociedade em que o capital privado foi abolido reorganizaria os seus sistemas político e econômico — problema bastante complexo, como mostram os dramáticos experimentos totalitários dos regimes que levaram a sério a expropriação (PIKETTY, 2014, p.15).

Piketty (2014) afirma que desigualdades aumentaram nos últimos séculos, e houve agravamento nos anos 1970-1980, com variações entre países, sugerindo que as diferenças institucionais e políticas tenham exercido um papel central. Nessa perspectiva, com o aumento das desigualdades também surge à redução da taxa de crescimento, e, conseqüentemente a desigualdade social e concentração de renda está aumentando a desigualdade e a concentração do poder político, por isso, a continuidade desse cenário poderá comprometer as instituições democráticas, além do bloqueio do crescimento econômico (caso que vem acontecendo no Brasil nas últimas décadas). Nesse sentido, cabe afirmar que um dos principais caminhos para que ocorra a diminuição das desigualdades, é que a sociedade se torne cada vez menos estática, mais justa e mais meritocrática, mas não será possível basear-se na meritocracia sem que haja o combate as diversas formas de injustiças, conseqüentemente, será possível atingir mobilidades sociais.

Bourdieu (2014, p.33) destaca que na lógica hegemônica, o Estado e seus agentes são conotados como se não estivessem a serviço da sociedade e/ou do bem público, mas sim, dos dominantes economicamente e simbolicamente, ou seja, para a tradição hegemônica marxista. O Estado e os seus agentes servem aos dominantes da economia, resultando isso, em explicar o que é, e o que faz o Estado dentro das suas funções, e conseqüentemente, as ações sempre tenderam a atender o interesse dos “dominantes”.

Observa-se que a transformação dos espaços é uma marca da sociedade, por isso, o espaço também serve para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo o seu valor e o seu poder de apropriação. Assim, a Geografia deverá analisar as relações e as contradições que envolvem a sociedade contemporânea e as possibilidades históricas de supera-las. Caseti (1991), discute o caso da produção do espaço pelo homem a partir da apropriação e transformação da natureza, assim como a força de trabalho aplicada na transformação da natureza em bens materiais, que têm sido o carro chefe no processo de expansão capitalista com ênfase na exploração da mais valia.

Conforme Santos, M. (2004a, p. 267) “para desmistificar os espaços é preciso dois aspectos essenciais; de um lado a paisagem, como funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar da reedificação, de outro lado a sociedade total, a formação social que transforma o espaço. ” Por isso, torna-se necessária a (re) discussão e (re) construção do espaço geográfico, para que o mesmo se torne o espaço do homem e não o espaço a serviço do capital. Com base em Santos, M. (2004b) é possível afirmar que, o sistema capitalista globalizou as empresas e o poder e tornou o espaço geográfico reflexo do sistema de objetos e de ações, e assim, o sistema técnico mantém relação com as características da sociedade e do espaço.

Em síntese, a acumulação do capital na produção capitalista responde pela natureza universal da produção. É nesse processo de apropriação e transformação da natureza, com intuito de produzir cada vez mais que se evidencia o processo de dilapidação do próprio ambiente (CASSETI, 1991, p.8).

Gonçalves (2013) ressalta a importância que a natureza exerce para a sustentação do capitalismo, sendo interesse das potências mundiais separar o homem do seu território e assim, garantir a reprodução do sistema a partir da expropriação dos indivíduos e exploração da natureza. Diante disso, vêm se tornando comum a separação entre riqueza monetária e riqueza natural, sendo que a segunda se tornou a principal fonte de combustível para a primeira, principalmente no final dos anos 1990, destacando-se a energia e a água, as duas fontes naturais

essenciais para o desenvolvimento das tecnologias. Diante disso, é posto o desafio para a sociedade contemporânea em maximizar os ganhos econômicos e em contrapartida minimizar as perdas ambientais.

A produção do espaço ao longo da consolidação do sistema capitalista, fez o Estado firmar-se como um dos principais agentes, sendo para Harvey (2005), o território, a autoridade, as fronteiras e o poder de controlar a política fiscal e monetária, os principais aspectos que materializam a presença do Estado na sociedade atual. É possível verificar em Hobsbawm (2012b), que os Estados-nacionais se consolidaram para expandir os interesses da burguesia e do capital, sendo que os impérios necessitavam consolidar seus respectivos Estados-nacionais, e dar garantias as classes dominantes, as quais não se organizavam em movimentos de massa, mas sim, em grupos de pressão, e uma das principais características da burguesia como classe, era que consistia num corpo de pessoas com poder e influência. Assim seria necessária a presença de uma instituição que regulasse e garantisse lucro as classes empresariais daquela época, as quais atravessavam um período de progresso econômico jamais visto.

O mundo entrou no período do imperialismo, no sentido maior da palavra (que inclui as mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o "capitalismo monopolista") mas também em seu sentido menor: uma nova integração dos países "subdesenvolvidos" enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países "desenvolvidos". Além da rivalidade (que levou as potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios) entre mercados e exportações de capital, tal processo também era devido à crescente não-disponibilidade de matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos, por razões geológicas ou climáticas. As novas indústrias tecnológicas demandavam tais matérias: petróleo, borracha, metais não-ferrosos. Pelo final do século a Malásia era conhecida como produtora de estanho, a Rússia, Índia e Chile por seu manganês, a Nova Caledônia pelo níquel. (HOBSBAWM, 2012b, p. 308-309).

Mas, também em Hobsbawm (2012b), verifica-se um novo Estado, cada vez mais forte e intervencionista e dentro dele um novo tipo de política desenvolveram-se a partir do que o autor denomina "A era do capital", o crescimento do papel e das funções do Estado permaneceu bem modesto, embora seus custos tenham crescido per capita, tendo como foco dos investimentos sociais a educação. É a partir desse momento que as demandas vindas de baixo por proteção contra os "capitalistas", por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário mínimo por parte dos trabalhadores ganharam voz e foram politicamente eficazes, assim, "as classes melhores, fosse a antiga nobreza hierárquica ou a

nova burguesia, não podiam mais falar pelas "ordens subalternas" ou, o que é mais importante, confiar no seu apoio não compensado." (HOBSBAWM, 2012b, p.309).

Gorender (1995) ressalta que a globalização tem sua base material na terceira revolução tecnológica, assim, a globalização e revolução tecnológica projetam para o futuro a possibilidade de uma sociedade planetária unificada, a partir disso, identifica-se atualmente, aspectos que começam a caracterizar esse futuro, destacando a unificação da cultura mundial, capaz de unir os mais diversos povos na mesma atividade criativa. Nessa perspectiva, Estado tem o papel de consolidar os interesses da reprodução do capital no processo de globalização, ao tempo que tem o dever de conservar as forças políticas e garantir o seu papel de agente social, sendo assim o Estado não pode ser considerado em sua plenitude liberal, pois o mesmo tem o dever de regular a garantir a reprodução do capital, sendo essencial para que isso ocorra, a manutenção da força política do mesmo.

Para Harvey (1996), o "pós modernismo" caracteriza-se como um período de ajuste na organização espacial do capitalismo consequente da sua crise nos tempos atuais representando a inversão de valores criados na "modernidade", disseminação do consumismo, novas concepções sobre espaço/tempo, ambos sendo comprimidos. É nesse contexto que Gorender (1995) destaca que cresce a marginalização e a dependência dos países do Terceiro mundo, os quais a partir da globalização, vivem uma nova fase de exploração, agora através de um imperialismo camuflado, sendo assim são crescentes os níveis de endividamento consequente da industrialização forçada e da manutenção das atividades produtivas voltadas para o intercâmbio externo.

Diante das dificuldades dos países periféricos em consolidar suas economias no cenário mundial, Gorender (1995), destaca o caso da Coreia do Sul e Taiwan, que ao contrário de Brasil, Argentina, México e outros, conseguiram romper com o auto grau de dependência e passaram por um processo de desenvolvimento autônomo. No entanto, é preciso analisar as características particulares que sustentam a economia dos dois países, pois tanto Coreia do Sul, quanto Taiwan adotaram políticas de Estado não liberais, assim como, percebe-se o investimento e o compromisso do Estado, nos dois casos, em consolidar a economia dos países investindo cada vez mais em tecnologia e educação, repartindo o mercado interno para as empresas Estatais, e o externo para as empresas privadas.

Em Gorender (1995) afirma-se que as diferenças entre os países ricos e os pobres aumentaram no pós-globalização, mas, mesmo diante de barreiras e disparidades econômicas, alguns países conseguiram adotar estratégias que conseguiram colocar os mesmos em um cenário de destaque na economia mundial. Em consequência disso, ressalta-se o papel do

Estado, que tem agido de várias maneiras na consolidação do capitalismo, tanto no modelo liberal, regulando apenas as desigualdades, quanto no modelo antiliberal, investido em tecnologia e empresas estatais, de acordo com as características políticas e econômicas de cada país. Assim, vale ressaltar o pensamento de Harvey (2006), quando o autor resalta as transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX, ou seja, na transição do “modernismo” ao “pós-modernismo” sendo que essa reestruturação representou a passagem do fordismo à acumulação flexível, do espaço integrado à integração do espaço, do Estado rígido ao Estado flexível, do Estado subsidiador ao Estado empreendedor e da sociedade de consumo coletivo ao consumo individualizado.

Observa-se contradições ao se explicar o papel do Estado na contemporaneidade, e foi a partir da consolidação do sistema capitalista, que este agente assumiu o papel de bem estar social, com o objetivo de diminuir as desigualdades que eram cada vez mais visíveis, e também a diminuição dos abismos econômicos existentes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. E segundo Santos, M. (2004b, p. 225) “no mundo subdesenvolvido, a presença do Estado torna-se hoje cada vez mais necessária, devido ao agravamento, simultaneamente, crescente das contradições”. Logo, a sociedade substituiu o modelo econômico vigente ou até mesmo não conseguiu desenvolver estratégias capazes de promover sua expansão de maneira igualitária, conseqüentemente, faz necessária a presença de uma instituição capaz de minimizar as mazelas oriundas das contradições sociais do capitalismo, e daí surge a relevância de se repensar o Estado e fortalecer as ações de bem estar social.

Com base em Sen (2010), é importante reconhecer a importância dos mercados e da troca no desenvolvimento da vida humana. No entanto é importante que o “freio” na economia exista, visando segurar o ganho privado e a defesa do público em prol do desenvolvimento social. Cabe ao Estado o papel de “compartilhar” os resultados econômicos da eficiência dos mercados, revertendo isso em políticas de educação, serviços de saúde, reforma agrária etc. E assim, o Estado social dentro do sistema capitalista, desempenha um papel fundamental para garantir seguridades sociais aos mais pobres, e por isso, as despesas públicas permitem que os governos assumam grande parte dos custos dos serviços de educação e saúde, com o objetivo de possibilitar a igualdade de acesso a esses bens fundamentais. Para Piketty (2014), toda criança deveria poder ter acesso à formação, qualquer que seja a renda de seus pais, toda pessoa deveria poder ter acesso a cuidados de saúde, inclusive e principalmente quando atravessa uma fase ruim. Nesses termos, resalta-se a relevância de modernizar o Estado social ao invés de desmantela-lo, já que o mesmo é responsável pela garantia dos direitos sociais fundamentais: o direito a educação, à saúde e a aposentadoria.

Na Alemanha, na França, na Itália, no Reino Unido ou na Suécia, os debates em torno do Estado social nos próximos anos e décadas giram em torno de questões de organização, modernização e consolidação: para uma massa total de arrecadação e de despesas mais ou menos imutável proporcionalmente à renda nacional (ou talvez em ligeira alta, se seguirmos a lógica das necessidades), como melhorar o funcionamento de hospitais e creches? O que deve ser modificado no pagamento dos honorários médicos ou dos medicamentos? Como reformar as universidades ou as escolas primárias? Como ajustar o cálculo das aposentadorias ou dos seguros-desemprego em função da evolução da expectativa de vida ou do desemprego dos jovens? (PIKETTY, 2014, p.470).

Conforme Santiago (2013), o Estado que possui índices intelectuais elevados e comprometidos com a ideia de nação, tende a ter a unificação e integração do Estado-nação. E, é nessa perspectiva que um Estado forte no aspecto cultural e de letramento terá um povo forte. No entanto, para Santiago (2013), o Estado “assistencialista” tem como objetivo fazer aliança com as classes assistidas, sendo possível afirmar que, sem a assistência, o Estado moderno corre o risco de ser desmantelado e perder o poder institucional.

[...] Esses aspectos estariam ligados a noção de ideia nacional e sentimento nacional, nação e nacionalismo, centralidade e unidade nacional/territorial, todas essas instâncias permeadas pelo que engendra a coesão interna do Estado. Assim, inspirados no raciocínio do professor Ratzel, diríamos que o corpo da pátria, configurado no domínio do espaço territorial e no crescimento das fronteiras econômicas, políticas e materiais e culturais (solo/recursos naturais, população, instituições) – necessitaria para ser um Estado forte, centralizado e ainda caminhar para ser uma potência mundial – de um espírito forte, capaz de engendrar todas as forças culturais e de defesa do seu domínio, para promover um crescimento de sua força interna gestora da coesão nacional e, assim, manter a sua unidade (SANTIAGO, 2013, p.152).

Ficam evidentes as contradições existentes dentro da lógica capitalista nas últimas décadas, e assim verifica-se a importância de se repensar a defesa pelo livre comércio, ou até mesmo a “demonização” do Estado, em que, a auto regulação dos mercados é um dos principais agravantes das desigualdades de renda ao redor do planeta chegando no século XXI. Piketty (2014) destaca o fato de 1% da população mundial possuir 50% da riqueza total do mundo, e isso, faz entender que o modelo de Estado do capitalismo não está sendo capaz de conter a concentração de riqueza no mundo. Aliado a isso, vale discutir os desdobramentos que a acumulação de riqueza poderá ter na atuação do Estado social e na vida da outra parcela da população, sendo que o desmantelamento do Estado social não garantirá a melhoria das

condições de vida da população “excluída” e poderá concentrar ainda mais a riqueza e comprometer a distribuição da renda.

São graves os problemas e os limites gerados por uma sociedade regulada apenas pela lógica dos mercados econômicos, e os resultados desse modelo de sociedade são baseados simplesmente por rendas e lucros. É nessa perspectiva, que considera-se simultaneamente a eficiência por meio da liberdade dos mecanismos de mercado, de um lado, e a gravidade dos problemas de desigualdades de liberdade, do outro. Assim, no sistema econômico vigente, é preciso lidar com os problemas da desigualdade, da liberdade de acesso aos bens substanciais, de privações e pobreza; nesse contexto, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel fundamental. O que os sistemas de seguridade social nos Estados de bem-estar social procuram realizar, mediante os programas de governo e políticas públicas que buscam subsidiar os indigentes e inserir os marginalizados.

Conforme Polanyi (2000) a principal força que está operando na locomotiva capitalista e que prepara a grande “catástrofe” é o mercado. Polanyi (2000) acreditou que o mercado não é uma relação social natural. Sendo que o mercado é um sistema de trocas particular, no entanto percebe-se que, um sistema de trocas pode ter um aspecto que não passe pela mercadoria, ou seja, pela troca mercantil. Exemplo: na universidade pública existe a troca de conhecimentos sem a existência da relação mercantil, qualquer cidadão comum poderá acompanhar a troca de conhecimentos dentro de uma instituição pública. Já na universidade privada, existe a relação mercantil de compra e venda de conhecimento, existindo nesta, um controle para o acesso ao conhecimento produzido. Por isso, o mercado é caracterizado por ser um sistema de trocas onde se vende e troca mercadorias.

O mercado parece ser natural, pois na superfície, o mercado parece ser algo que decorre da natureza humana. E Polanyi (2000) demonstra que as relações de compra e venda são resultados históricos de um sistema de troca chamado mercado, o qual precisa ser imposto pelo Estado. A grande dualidade não será Estado x Mercado, mas sim, Sociedade x Mercado. Por isso, para Polanyi (2000) o mercado é uma relação histórica que depende de uma imposição do Estado, destruindo outras formas, e realocando o mercado como relação social dominante.

O mercado é um conjunto de forças que não tem como planejar quanto vai se consumir ou produzir. E o que interessa para Polanyi (2000) é que nos momentos de baixa (crise) as pessoas perdem o emprego e engrossam no estrato social de desempregados, e não serão reempregadas no período da alta (expansão) no capitalismo. Ao mesmo tempo em que possui grande capacidade de gerar riqueza, produz também constante expulsão de um número crescente de pessoas que não tem lugar nesse modo de produção, ao não ser que se estabeleçam

formas de relação social “extra mercantil”, compreende-se então que, quando o mercado avança os direitos recuam ou quando os direitos avançam, o mercado recua.

Para Polanyi (2000), se o Estado não retiver o controle do dinheiro, ele não tem condição de amenizar as crises. E para Piketty (2014) se o Estado tiver condição de controlar o dinheiro, poderá amenizar os ciclos de crise injetando dinheiro na economia e tendo menos pessoas em situações marginalizadas. Por isso, se o Estado conseguir amenizar as crises e garantir direitos, a marginalização não chegará a ser extremada.

Do ponto de vista econômico – social – natural, se não houver intervenção do poder público restringindo a “liberdade” do mercado, a humanidade irá se extinguir, pois o mercado não é uma forma social viável, sendo que ao mesmo tempo em que produz grande riqueza, o mesmo inviabiliza a humanidade.

Por isso a dualidade se dá entre Sociedade x Mercado, pois o mercado dissolve as relações de natureza social, há uma oposição entre mercado e sociedade. E para Polanyi (2000) a catástrofe do século XX é o resultado dessa dissolução da sociedade operada pelo mercado nas relações invisíveis, com a expansão das relações mercantis contra as relações sociais. Após a primeira Guerra Mundial, houve uma grande transformação, que foi o fim do domínio do mercado. A expansão de modelos de sociedade que buscam limitar o mercado (Socialismo por exemplo), com disseminação de interesses sociais em detrimento dos interesses individuais.

Polanyi (2000) acredita que a sociedade de mercado foi ultrapassada por uma nova forma, e se essa nova forma é compatível com a liberdade ou não. Conforme Polanyi (2000) é necessário que a sociedade se imponha em relação ao mercado, caso contrário, a sociedade se instigue. Pois o mercado não é capaz de regular a vida social, sendo inviável esse modelo, e a prova disso, foram as duas guerras mundiais. Daí só será possível a sobrevivência da humanidade se trabalho, dinheiro e natureza forem retirados do controle do mercado.

É neste debate que Ploeg (2016) e Ploeg et. al (2012) avançam em relação a dualidade Sociedade versus Mercado, reunindo argumentos para o avanço no debate e compreensão em relação aos mercados socialmente construídos, e o Estado, desempenha um papel fundamental na construção de estruturas sociomateriais, as quais são capazes, dentro desta perspectiva, de amparar o desenvolvimento de “nested markets” sem o comprometimento da sociabilidade dos envolvidos. Por isso, torna-se relevante entender as duas vertentes, para que seja possível compreender as lacunas estruturais dentro dos mercados gerais, dominados no século XXI pelas grandes corporações, e que afetam as facetas da sociedade contemporânea. Essas lacunas estruturais permitem caminhos para o desenvolvimento de mercados alternativos e socialmente construídos. O debate sobre mercados socialmente construídos será melhor aprofundado no

tópico RURAL/URBANO E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS, buscando entender caminhos possíveis para a construção desse entorno dentro de uma abordagem territorial.

Entende-se aqui que o “apocalipse” do sistema capitalista previsto por Karl Marx ou a grande transformação esperada por Polanyi (2000) ainda não se consolidaram, em virtude do papel do Estado de bem estar social, o qual, conforme Sen (2010) “compartilha” os ganhos da economia. Aliada a isso, a disseminação da tecnologia (após “Segunda Guerra”) amparada pelas ações do novo modelo de Estado, difundindo o conhecimento, foi capaz de conter o aumento insustentável das desigualdades (evitando conflitos capazes de reinventar o sistema econômico vigente), verificadas em Piketty (2014). Pois em Marx (1996) percebe-se que a ampliação da produtividade, faz com que o trabalho concreto diminua, mesmo assim, ainda não é possível pensar no desenvolvimento das atividades produtivas sem a presença do trabalho. E esse fator também tem sido capaz de conter a insatisfação estrutural com o sistema, pois, o acesso ao conhecimento e a tecnologia garantidos a todas as classes têm mobilizado os setores em favor da manutenção da “locomotiva capitalista”.

E o Brasil? Quais os caminhos ou estratégias capazes de alavancar o desenvolvimento rompendo com os “vícios” socioculturais do passado? Pois o modelo de Estado brasileiro tem servido para manter os interesses das elites oligárquicas, e o rural, é uma das representações desse domínio. Esse domínio acaba refletido e/ou interferindo sobre a elaboração de um projeto de desenvolvimento rural eficiente e capaz de fortalecer o rural brasileiro e amparar a agricultura familiar.

2.2 OS (DES) CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO

A categoria desenvolvimento é complexa por estar interligada com as questões econômicas. No entanto, não é somente a economia que determinará o desenvolvimento. Por isso, o cerne do debate em questão é o desenvolvimento para além da economia, e assim, o desenvolvimento na sociedade capitalista, poderá ser associado as cinco liberdades substantivas (social, política, econômica, garantias de transparência e segurança protetora) elencadas por Sen (2010).

A liberdade, então, pode ser concebida como a oportunidade de fazer escolhas, assim, situações em que o sujeito não pode fazer escolhas ele não terá liberdade, por isso, em situações nas quais o indivíduo não seja emancipado social e/ou politicamente de fazer escolhas ele também não terá liberdade. Portanto, o desenvolvimento não se restringe apenas ao crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) ou aumento na renda, pode ser entendida como um meio para atingir um fim, ou seja, a melhoria de vida das pessoas. Sendo assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento está ligado à melhoria das condições de vida, em consequência disso associada à ampliação da capacidade e/ou liberdade de escolhas.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A respeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo a maioria (SEN, 2010, p. 18).

Cabe então compreender a relevância de avançar na compreensão sobre o desenvolvimento, sendo importante que ocorra a superação dos obstáculos que privam as liberdades, percebendo a pobreza como uma das piores/principais formas de privação das liberdades. Dessa forma, a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social e no desenvolvimento da sociedade. No entanto, Sen (2010) destaca que a integração aos mercados gera melhorias nos estilos de vida e ao mesmo tempo pode gerar exclusão e privação das liberdades, mesmo assim, para que o indivíduo possa participar do intercâmbio econômico, o mesmo necessita adquirir as liberdades substanciais, e é nessa perspectiva, que o Estado pode ser considerado como o principal indutor para essa inserção.

Piketty (2014) reconhece a importância da intervenção social do Estado dentro das forças econômicas e caso a economia passe a regular o desenvolvimento da sociedade sem que haja a participação do Estado, as desigualdades tenderam a aumentar cada vez mais, pois para o autor, a intervenção econômica foi capaz de reverter tal quadro no passado e poderá voltar a fazê-lo. Em outros termos: A taxa de retorno do capital (r), sempre supera a taxa de crescimento da renda (g), essa, para Thomas Piketty, sempre foi, é na atualidade, e será sempre a força de contradição do capital. Por isso, nesse jogo de quem ganha contra quem perde, é de suma relevância do poder público na vida social e econômica da sociedade, fixando as regras e garantido bens substantivos para a população marginalizada;

As despesas públicas com educação e saúde representam entre 10% e 15% da renda nacional em todos os países desenvolvidos neste início de século XXI. Dentro desse grupo, constatamos diferenças significativas entre os países. A educação primária e secundária é quase inteiramente gratuita para toda a população, mas o ensino superior pode ser privado, e bastante caro, sobretudo

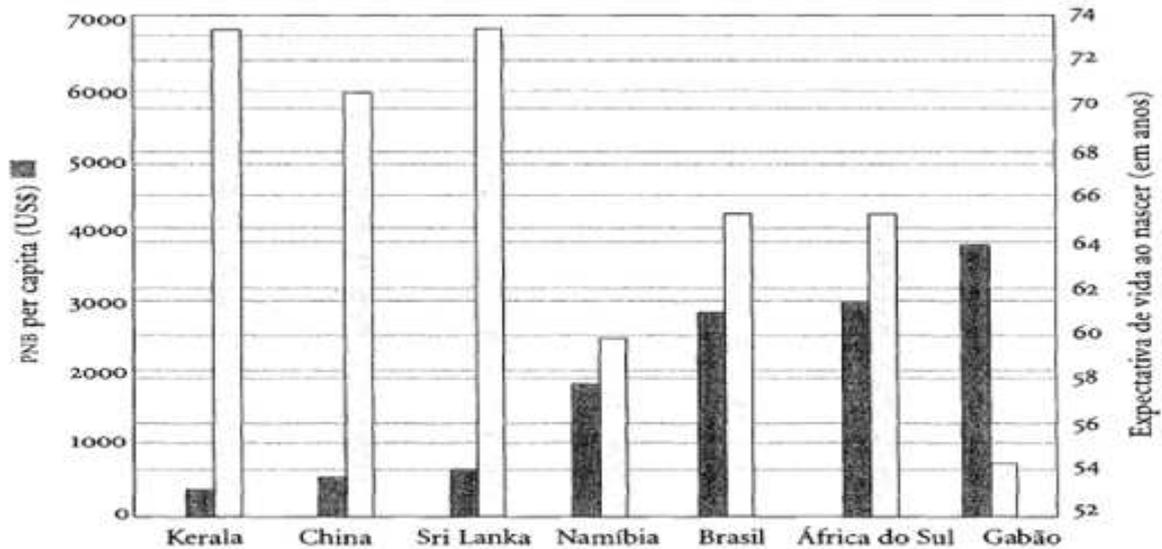
nos Estados Unidos, e em menor grau no Reino Unido [...] Em todos os países desenvolvidos, essas despesas públicas permitem que os governos assumam uma grande parte dos custos dos serviços de educação e de saúde: quase três quartos na Europa e a metade nos Estados Unidos (PIKETTY, 2014, p. 465).

Pode-se afirmar que o Estado é um importante agente promotor da expansão das liberdades, tendo em vista que o desenvolvimento em sua plenitude só ocorrerá a partir da democracia, pois, a educação, a saúde e outros bens básicos, não são capazes de fornecer liberdades, sem que haja o direito de opinião, diferente do que acontece em regimes autoritários (Coreia do Norte, China e Venezuela, por exemplo). Para Sen (2010), as liberdades surgem a partir das oportunidades, não sendo possível pensar em mundo desenvolvido sem a liberdade de troca, através das facilidades econômicas e políticas.

Sen (2010) também reconhece a importância do Estado atuante no desenvolvimento social, em que, um país não consegue se desenvolver se o mesmo não investe na educação, tecnologia e no social. Entende-se que não existe a possibilidade do Estado investir no desenvolvimento da população, caso não haja crescimento econômico, tendo em vista que o mesmo necessita de recursos para proporcionar o desenvolvimento social e econômico dos mais pobres e/ou marginalizados. Nessa perspectiva, o desenvolvimento social dependerá do crescimento econômico, à medida que o Estado necessitará de recursos para garantir o investimento nos bens básicos, direcionados a população privada da possibilidade de acessá-los.

Vale ressaltar que, a melhora dos dados estatísticos, por si só, pode não representar o desenvolvimento de determinada sociedade. Ao tempo que, o crescimento econômico poderá caminhar na contramão do desenvolvimento social. Esse caso pode ser observado quando é analisada a figura a seguir, retirada de de Sen (2010), na qual o autor mostra o resultado do Produto Nacional Bruto (PNB) de alguns países subdesenvolvidos e relaciona esses dados com a expectativa de vida dos mesmos, sendo possível afirmar que, o país com maior expectativa de vida ao nascer, também foi o país com menor PNB per capita no ano de 1994, assim como no caso do Gabão, em que mais agregou-se PNB per capita no ano de 1994, e mesmo assim, a sua expectativa de vida era inferior a 55 anos.

Figura 02 : PNB PER CAPITA (EM DÓLARES) E EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER, 1994 .



Fontes: Dados dos países, 1994: World Bank, *World Development Report 1996*; dados de Kerala: expectativa de vida, 1989-93, Sample Registration System citado em Government of India (1997), Department of Education, *Women in India: A statistical profile*; produto interno per capita, 1992-93, Government of India (1997), Ministry of Finance, *Economic Survey 1996-1997*.
Retirado de Sen 2010.

Por isso, a relação entre expectativa de vida e desenvolvimento possui uma relação fundamental para o desenvolvimento social, sendo a garantia de prevenção a doenças epidemiológicas, educação e saneamento básico, correspondem a parte substancial na melhoria desses índices. E a partir de Sen (2010) também é possível afirmar que o custeio público desempenha papel fundamental para o desenvolvimento social, e pode variar de acordo nível econômico de cada país.

[...] Uma economia pobre pode ter menos dinheiro para despendar em serviços de saúde e educação, mas também precisa gastar menos dinheiro para fornecer os mesmos serviços, que nos países mais ricos custariam muito mais. Preços e custos relativos são parâmetros importantes na determinação de quanto um país pode gastar. Dado um comprometimento apropriado com o social, a necessidade de levar em conta a variabilidade de custos relativos é particularmente importante para os serviços sociais nas áreas de saúde e educação (SEN, 2010, p.69).

Sen (2010) dá ênfase à importância do Estado social dentro do sistema capitalista. Ou seja, em todos os países desenvolvidos, as despesas públicas permitem que os governos assumam grande parte dos custos dos serviços de educação e saúde. O objetivo é possibilitar a igualdade de acesso a esses bens fundamentais e, assim, toda criança deveria poder ter acesso à formação educacional, qualquer que seja a renda de seus pais, toda pessoa deveria poder ter

acesso a cuidados de saúde, inclusive e principalmente quando um país atravessa uma fase ruim do ponto de vista socioeconômico. Nesses termos, vale ressaltar a relevância de modernizar o Estado social ao invés de desmantela-lo, reconhecendo que o mesmo é responsável pela garantia dos direitos sociais fundamentais ao desenvolvimento social: o direito a educação, à saúde e a aposentadoria.

Sobre o caso do desenvolvimento tecnológico, Piketty (2014), discute o caso de países emergentes e a China, pois segundo o autor, esses países não exportadores de petróleo, estão claramente engajados num processo de crescimento econômico muito rápido. Porém, tudo indica que isso cessará quando esses países alcançarem a mesma produtividade e nível de vida dos países ricos. Por isso, para Piketty (2014), a difusão do conhecimento e das técnicas de produção é um processo fundamentalmente “equalizador”, uma vez que, quando o país menos avançado consegue alcançar o mais desenvolvido, seus índices de crescimento econômico diminuem e estabilizam com os demais países desenvolvidos.

Sen (2010) também concentra-se na discussão dos desdobramentos negativos do desemprego para o indivíduo na sociedade, tendo em vista que seus efeitos vão além da perda da renda, sendo que abrange danos psicológicos, perda da motivação para o trabalho, perda da habilidade e da autoconfiança, perturbações com a família e com a sociedade. Também exemplifica a pobreza e a privação na Índia e na África Subsaariana, frisando questões que vão além do fato dessas duas regiões se colocarem entre as piores, no que se refere aos níveis de renda per capita no mundo. Não bastasse isso, essas regiões são marcadas por três características que o autor considera como enfoque para privação das necessidades básicas, são elas: a morte prematura, subnutrição e o analfabetismo, chamando a atenção para a deficiência das políticas que requerem atenção imediata.

Quando discute-se desenvolvimento, a educação tem um papel fundamental para a obtenção de resultados mensuráveis. No entanto, o baixo nível de instrução que é um marco nas famílias pobres, tem como uma das principais consequências a concentração de unidades familiares envolvidas em atividades mal remuneradas, e embora, o grau de instrução não seja capaz de garantir melhores salários, é possível afirmar que a capacidade emancipatória dos indivíduos dentro da sociedade, está associada a evolução na escolaridade, por isso, mesmo que não garanta mobilidade social, as instituições educativas pode garantir voz política aos menos favorecidos economicamente, desde que, busquem articulações sociais, as quais antes seriam ainda mais difíceis sem o acesso à educação. E sobre a relação entre mobilidade social e diplomas, vale ressaltar o pensamento de Piketty (2014), sendo que o autor associa essa relação

infundada, a elevação dos níveis de qualificação também foi acompanhada pelo crescimento das desigualdades sociais.

Considerando as transformações técnicas e do mercado de trabalho, todos os níveis de salários progrediram em ritmos semelhantes, de modo que a desigualdade não se alterou. A questão que nos colocamos agora é a da mobilidade: a massificação do ensino permitiu uma renovação mais rápida entre vencedores e perdedores dentro da hierarquia das qualificações, para uma dada desigualdade? De acordo com os dados disponíveis, a resposta parece ser negativa: a correlação intergeracional entre diplomas e rendas do trabalho, que mede a reprodução das hierarquias no tempo, não parece manifestar uma tendência de baixa no longo prazo e parece até mesmo manifestar uma tendência de aumento mais recente (PIKETTY, 2014, p.472).

No caso da América Latina, pode-se destacar a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) como órgão responsável pela busca da superação do subdesenvolvimento econômico. No entanto, fica evidente que o principal projeto de superação do “atraso” foi a industrialização tardia dos países latino-americanos e principalmente do Brasil, ou seja, o foco desse projeto de “desenvolvimento” estava atrelado apenas ao crescimento econômico dos países subdesenvolvidos no momento “pós segunda guerra”. E a partir de Furtado (1973) é possível verificar que foi nessa concepção cepalina que a indústria se utilizaram do Estado para disseminar o discurso do desenvolvimento econômico autônomo, mas baseado apenas no crescimento econômico e na inserção da indústria brasileira na economia-mundo.

Nesse contexto, o Estado brasileiro passa a desempenhar o papel de autônomo e responsável por criar ações e estimular o capital interno e as economias regionais, e daí que surge o debate referente a questão do desenvolvimento regional. Celso Furtado com sua obra *Formação Econômica do Brasil*, o expoente desse debate, afirma que o citado trabalho se aproxima do pensamento keynesiano, ao entender que o Estado poderia ser um ator decisivo na transformação das sociedades. Mas a partir de Santos, J. (2013), a crítica ao foco desse modelo de desenvolvimento pode ser resumida em um aspecto básico:

O desenvolvimento autossustentado deveria ser promovido por uma política racional de Estado, com adequada e limitada utilização dos recursos estrangeiros, com ação empresarial organizada (para a promoção de uma industrialização crescente e exportações industriais), e ainda com a integração econômica regional, no caso da América Latina (pela cooperação internacional), e interna, em relação às regiões brasileiras. A região, enquanto porção do espaço a sofrer a intervenção estatal, serve aos interesses de um

modelo de desenvolvimento ou da produção capitalista. A ação regional passaria a construir a possibilidade de homogeneização do espaço via sua monopolização pelo capital (SANTOS, J. 2013, p. 55).

Foi no modelo de Estado adotado por Getúlio Vargas que o Brasil deu início ao modelo de desenvolvimento tardio da indústria, mas baseado em perspectivas econômicas de crescimento rápido. É nesse momento que o Brasil passa a investir no desenvolvimento de setores estratégicos da economia, buscando fortalecer a produção industrial, com foco no aço e incentivar o mercado interno, através do controle fiscal das importações.

Mas, foi no governo Juscelino Kubitschek, que Celso Furtado passou a questionar o aumento das desigualdades existentes entre Centro-Sul e Nordeste, e em Furtado (1973) observa-se que a economia brasileira serve para mostrar que “um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento”. (p.95). “Serve também para mostrar como a política econômica pode ajudar a criar o perfil de demanda que maximiza a transferência de progresso técnico”. (p.106). Partindo dessa premissa, é evidente que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro no início do século XX, pode caracterizar o desenvolvimento como um “mito”, e o foco deste concentrou-se na indústria e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Assim Furtado (2003) traça metas de desenvolvimento para o caso brasileiro, mas, mesmo diante do quadro de desigualdades vigentes naquele momento, a proposta de desenvolvimento ainda é vinculada ao “desenvolvimento econômico” e no fortalecimento da indústria.

Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional. A medida que se chegar a captar a essência desse problema, se irão eliminando certas suspeitas como essa de que o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento do desenvolvimento de outras. A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. (FURTADO, 2003, p.249).

Para Sachs, I. (2002), o conceito de desenvolvimento, toma como base seis dimensões, partindo da perspectiva de que o desenvolvimento deve ir além do significado econômico. Dando ênfase a dimensão política (nacional e internacional), classificando essas dimensões em sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional. Portanto, desenvolvimento envolve quatro sistemas interativos e complexos,

sendo eles; econômico, social, ambiental e de governança. E para Sachs, J. (2017) ao se analisar o desenvolvimento sustentável é preciso ser especialista em sistemas interativos e complexos reconhecendo as complexidades das questões e procurando fazer um diagnóstico específico para cada caso.

Em Sachs, I. (2009), verifica-se que os indicadores mostram que atualmente cerca de metade da humanidade vive nas cidades, enquanto que a outra metade reside nas áreas rurais. Outro ponto relevante refere-se ao fato de que, nos próximos cinquenta anos a população mundial aumentará um pouco mais de 50%. Se a população rural tivesse de permanecer estacionária, sem absorver parte do crescimento demográfico, seria preciso, em um espaço de meio século, dobrar a capacidade das cidades, possuindo condições de receber três bilhões de novos moradores, fornecendo assim, um trabalho decente, moradias corretas e garantir as condições de exercício efetivo da cidadania. Sem isso, eles não serão urbanizados e sim marginalizados, e, conseqüentemente, esses novos moradores tenderão a piorar os indicadores sociais das áreas urbanas. Sachs, I. (2009), afirma que;

Esse se desdobra num imperativo ecológico. Os camponeses são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiães das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas. Evidentemente, será preciso incitá-los e até remunerá-los por essas funções, começando por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem. Na falta disso, esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas (SACHS, I. 2009, p. 28).

Com base em Sen (2010) e Sachs, I. (2002), é possível entender que o modelo de desenvolvimento para o século XXI, baseia-se na inter-relação e na cooperação efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário. Por isso, o foco deveria ser a busca pelo consenso e pela solidariedade entre os membros da sociedade, indo muito além dos interesses particulares, envolvendo um processo social baseado no dialógico e na troca de argumentos e posições. Nesses termos, cabe aos governos buscarem estratégias que possibilitem a articulação dos interesses em comum. E é nessa perspectiva de desenvolvimento social, sustentável e democrático, que se exige um Estado ativo e facilitador, conseqüentemente, cabem aos municípios estimularem a participação e o fortalecimento da sociedade civil, e isso, poderá promover uma sociedade cada vez mais sustentável, menos desigual e também menos conformada com as injustiças sociais. Podendo tornar-se cada vez mais consciente dos seus

deveres e direitos, e capaz de questionar o domínio de oligarquias sobre as massas e lutar pela expansão das liberdades substantivas.

2.3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI

O território pode ser compreendido como uma categoria que foi durante muitos anos concebida como “propriedade” da Geografia, principalmente no que se refere a Geografia Política, a qual, sempre buscou entender a relação dos Estados com a superfície terrestre, estabelecendo assim, o domínio da geografia, partido da “a região” e o que se refere às causas do “crescimento espacial dos Estados”. Nessa perspectiva, o Estado e sua superfície (o território) não deveriam ser considerados como formas fixas, mas levou-se em consideração as relações de poder e de domínio territorial, sem estabelecer limites rígidos, pois ele está sujeito à dinâmica populacional e força política de cada Estado.

Nessa abordagem, é importante entender o significado do “poder” e sua conexão com a formação do território ou do Estado-nação (para a Geografia política), e assim, o desenvolvimento do Estado é produzido por diversas e complexas relações e significações a partir do seu avanço histórico social e cultural. Nesta vertente, o “poder” do Estado teria como base o desenvolvimento da noção de sentimento nacional, assim como o desenvolvimento da cultura, poderia ser relacionado com o fortalecimento do sentimento de comunidade, e assim, Ratzel (1990) apud Santiago (2013) justifica o expansionismo territorial baseado na integração do sentimento de unificação e representação do poder.

[...] é o princípio do interesse mútuo da raça humana, que une e domina as nações, sem com isso estar envolvido nelas’ (*Weltgeschichte*, VIII, p.4). Esse mútuo interesse na vida repousa nas ideias e nos bens que tendem ao comércio entre os povos. Raramente foi possível a um Estado colocar barreiras a eles. Mais usualmente, a regra tem sido a de atrair os Estados para os mesmos caminhos que eles já forçaram. Devido aos rumos semelhantes de expansão, e andando por caminhos parecidos, ideias e mercadorias, missionários e negociantes frequentemente se encontram juntos. Ambos aproximam os povos, criam similaridades entre eles, e com isso preparam o solo para o avanço político e a unificação [civilizatória] (RATZEL, 1990, p.180-181) Apud (SANTIAGO, 2013, p.136).

Ao considerar essa premissa, o Estado para ser cada vez mais forte e articulado, necessitaria fortalecer “o poder cultural”, conseqüentemente, a questão nacional possui um sentido relevante no seu fortalecimento, como resultado do desenvolvimento do Estado. Em

Raffestin (1993), o “poder” é compreendido como antecessor ao Estado, sendo utilizado por aparelhos complexos que envolvem o território, controlam a população e dominam recursos, sendo assim, visível, maciço e identificável. Nessa abordagem de Raffestin (1993), o poder é visto como sinônimo de controle e da dominação sobre os homens e as coisas, representado sobre a população, o território e os recursos.

Assim, a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. O poder utiliza seus meios para visar triunfos (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Conforme Souza, M. (2012), é possível entender que, o poder também pode refletir na capacidade de tomada de decisão, conseqüentemente, a não participação em tomada de decisões tende a acabar com as estratégias de desenvolvimento e acabar com a capacidade do grupo em tomar decisões. Pode-se compreender como um dos desdobramentos da articulação do poder, o caso da formação da liderança, sendo essa uma representação social capaz de dialogar com seus representados, e engajar os atores sociais no processo de desenvolvimento rural, poderá ser o elo entre as organizações de desenvolvimento e seu grupo social.

Em Saquet (2013), é possível afirmar que o “poder” é inseparável das relações sociais, e está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas e ademais, conseqüentemente, o território pode ser compreendido como um espaço definido conforme relações sociais baseadas no poder. O poder definido através de cada sociedade ou grupo social, a partir disso Saquet (2013) afirma que;

[...] relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade, relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. o desvendamento de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e construção do eu, do indivíduo, integrando a dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa. O território nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade (SAQUET, 2013, p.33).

Nessa perspectiva, o poder no território, pode também ser associado a capacidade organizacional dos sujeitos sociais. Por exemplo, quando determinado grupo entra em consenso

para a eleição de representante, o qual irá (na teoria) representar aquele grupo, na busca por recursos econômicos, investimentos estatais e ações que priorizem o desenvolvimento social. Isso também, pode materializar o poder desse determinado grupo em relação a sua capacidade de desenvolver o território, para além do conflito ou da resistência, mas também, relacionado ao poder de articulação social e voz política. Dentro dessa afirmação, Arent (1985) Apud Souza, M. (2013) distingue o poder, da força, do vigor e da autoridade, e conseqüentemente, abre o leque de materializações de relações sociais existentes no território, para além da dominação e da força, sendo que, na contemporaneidade existem “multiterritorialidades” e decorrente disso, multifuncionalidades dentro dessa abordagem.

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no “poder”, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. (ARENT, 1985:24-5) apud (SOUZA, M. 2013, p.81).

Sobre as multiterritorialidades, Saquet (2013), destaca que a relação entre soberania e território envolve pessoas e atividades, e nessa perspectiva, o território deve ser concebido como uma área onde um determinado elemento pode exercer autoridade sobre pessoas ou um lugar, por isso Saquet (2013) destaca que, “[...] Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, uma expressão geográfica da dominação social em uma certa área.” (SAQUET, 2013, p. 68). O poder corresponde a uma área e/ou um lugar, apropriado e transformado, assim como pode ser associado a recortes (local, regional e nacional) nos quais circulam informações, e é sobretudo para Saquet (2013) resultado do processo de mundialização do capital, por isso, o território inexistente como puramente natural, sendo assim um espaço socialmente construído sobre diversas ramificações das relações de poder.

Para entender o desenvolvimento numa perspectiva territorial, torna-se necessário compreender o processo como algo ontológico. Assim como para Haesbaert (2004) o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza). Para Schneider (2011) o desenvolvimento envolve um processo histórico de mudança social, em que sociedades são transformadas ao longo do tempo

e um esforço consistente e deliberado de determinadas agências, governos e instituições para produzir mudanças. Por isso torna-se necessário o “deslocamento” disciplinar proposto em Schneider; Escher (2011) deixando as fronteiras entre sociologia, economia e geografia mais porosas e permeáveis, pois somente assim será possível entender os aspectos sociais, econômicos e culturais que materializam o desenvolvimento do território.

Nessa perspectiva, é necessário avançar em relação ao conceito de Poder e debater sobre a questão das multiterritorialidades, sendo nessa ótica que o próximo subitem busca trabalhar, entendendo que, o processo de desenvolvimento pode ser traduzido nessas multiterritorialidades ou novas dinâmicas territoriais. Entende-se que o poder e a cultura poderão ser “transferidos” para os alimentos produzidos e comercializados pela agricultura familiar, e estas identidades territoriais deverão ganhar força e resiliência dentro das cadeias ou redes agroalimentares. As leituras geográficas sobre essas novas dinâmicas territoriais podem e deverão ser feitas compreendendo a relação rural/urbano, conseqüentemente, surge a necessidade de se abrir o leque de estudos e debruçar-se sobre a nova Geografia da alimentação e a relevância da agricultura familiar para a manutenção, não só, do mundo rural, mas também, do mundo urbano. Todavia, essa abordagem deve estar preocupada com os rebatimentos dessa nova maneira de olhar para o território, pois produtos territoriais têm ganhado novas atenções do capital, e decorrente disso, gerado rebatimentos em torno das relações socioeconômicas.

2.3.1 RURAL/URBANO E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

A ciência geográfica pode ser concebida como uma importante ferramenta para analisar e explicar as relações socioespaciais que envolvem a cadeia de produção e comercialização de produtos agrícolas e seus rebatimentos na relação rural urbano. Buscando elucidar as dimensões que consistem no abastecimento de produtos alimentícios de qualidade e a tendência no atendimento a um perfil de consumidores restrito, sendo caracterizados pelo poder econômico e/ou cultural, corroborando em ser um consumidor com capacidades para preocupar-se com a vida saudável. Nessa direção, a produção de conhecimentos e análises geográficas podem contribuir para explicar a dimensão social dos produtos orgânicos e a importância de democratizar o acesso aos mesmos, sob a ótica da desigualdade que marca a sociedade capitalista.

Diante disso, a identidade local dos produtos é uma marca da valorização territorial da origem produtiva dentro de um sistema agroalimentar. No entanto, a busca por novos mercados

tende a moldar as relações sociais e transformar os espaços. A identidade do produto pode ser a chave para compreender a “geografia da produção-consumo”, e explicar o processo que envolve a comercialização “face a face” nas feiras da agricultura familiar, mas também, poderá explicar a mobilidade do território através da comercialização em novos espaços, atendendo consumidores distantes e que se identificam com o produto pela sua qualidade e/ou garantia de procedência.

O incentivo à produção de alimentos saudáveis pode ser concebido como uma estratégia de desenvolvimento rural, capaz de ser refletida no urbano, tendo em vista que é reconhecido o seu potencial social e econômico para a agricultura familiar, a qual possui capacidade de nutrir os consumidores desse mercado “imerso” com alimentos saudáveis e garantindo procedência. Ao mesmo tempo, torna-se relevante a discussão de que a forma convencional como se produz, se processa, são distribuídos e o consumo dos alimentos no século XXI está gerando o desequilíbrio, à medida que nem quem produz e nem quem consome está satisfeito com os resultados, por isso, é necessário produzir para nutrir e não para atingir superávits. É nessa ótica, que busca-se, discutir as perspectivas que envolvem a produção e comercialização de alimentos saudáveis, associando com a emergência desses “mercados aninhados” no cenário nacional e global, conforme é percebido em Ploeg et.al (2012).

Em Cassol et.al (2016) é destacado como potencial mercado imerso as feiras livres organizadas por produtores tradicionais, apoiadas por diferentes atores e instituições. Sendo esse tipo de mercado caracterizado pela venda direta e pela confiança na origem do produto. É nessa perspectiva que o “mercado imerso” é concebido como um mercado socialmente construído, e mesmo diante da mercantilização das relações e dos costumes, Cassol et.al (2016) demonstra que as interações econômicas de troca e intercâmbio que se utilizam de valores coletivos e racionalidades assentadas em relações interpessoais estão crescendo.

Para Ploeg (2016) os mercados são uma construção social – os mercados podem e efetivamente são construídos por indivíduos e grupos sociais, tais como agricultores familiares. Por isso, pode-se afirmar que os mercados são frutos das relações e interações sociais, então, eles podem ser alterados ou organizados segundo o sentido e/ou interesse dos atores e agentes que criam estas relações. Enfim Ploeg (2016) entende que os mercados podem ser submetidos ao controle e ao poder dos indivíduos da sociedade, e não ao contrário, como pode acontecer e como fazem crer aqueles que assemelham os mercados à “mão invisível”.

A identidade da produção através de cadeias curtas e/ou venda direta, pode representar uma das formas de reintegração, ressocialização e realocação dentro de sistemas agroalimentares. O mesmo pode acontecer em cadeias longas, embora não seja um padrão da

agricultura familiar brasileira, sendo que através de símbolos, logomarcas e certificados de qualidade podem representar novas formas de territórios dentro de cadeias agroalimentares. Em outras palavras, espaços de produção podem significar territórios produtivos, através do fortalecimento da identidade territorial do produto, conseqüentemente, os espaços de consumo buscarão esses produtos associando-os a qualidade nutricional ou certificação de procedência.

Em Goodman (2017) percebe-se a ponte existente entre os espaços de produção e de consumo, sendo representados pelo “cultivo dos alimentos” e “conhecimento dos alimentos”, respectivamente. Associando-se a isso, percebe-se em Schneider (2016) a tendência existente para que os consumidores mais reflexivos determinem os mercados agroalimentares para a agricultura familiar. E por isso, os alimentos “sem origem e sem identidade” tenderão a perder importância dentro da reconfiguração da relação produção-consumo das cadeias agroalimentares.

Segundo Nunes; Schneider (2013), deve-se observar que as realidades, sejam elas institucionais ou organizacionais, passam a ser construídas, mantidas e modificadas por processos e práticas culturais. Com isso, as práticas organizativas são importantes e fazem referência às diversas ações e estratégias empreendidas pelos atores, tendo em vista a manutenção do desenvolvimento de projetos produtivos.

Produtos diferenciados têm potencial para alcançar preços melhores. Os mercados aninhados exigem o desenvolvimento de infraestruturas sociomateriais que possibilitem o fluxo de produtos e serviços. Tais mercados induzem a busca por multifuncionalidade e a criação de novos mercados. Eles dão margem a isso devido a presença de lacuna estruturais, elencadas em Ploeg (2016).

Cassol et al. (2016) ilustra como a construção ou fortalecimento de instituições é importante para o funcionamento dos mercados. Sugere assim, que a perspectiva institucionalista sobre os mercados imersos, permitirá compreender como as normas, regras e convenções sociais, criadas através das relações diretas entre produtores e consumidores, sendo essenciais, para gestão e manutenção dos recursos de uso comum. Conseqüentemente, essas características conferem força e resiliência aos mercados imersos, permitindo que consigam se reproduzir no interior dos mercados mais amplos.

Conforme Veiga (2001), verifica-se que a abordagem do desenvolvimento territorial deve estar atrelada a busca por uma estratégia de desenvolvimento no Brasil, sendo o desenvolvimento rural o foco dessa abordagem, mas cabe considerar que é a partir da integração rural/urbano, e assim, o rural é compreendido como um espaço relacional e multisetorial, e

assim, Veiga (2001) recorre a Turnes; Búrigo (1991) para destacar importância de busca por um projeto de futuro que contemple um estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural.

Espaço rural deve ser transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas que ali vivem acesso a condições dignas de vida, semelhantes àquelas das regiões urbanas. Esse processo pode ser chamado de ‘desenvolvimento local’ e definido como um grande ‘mutirão’ da comunidade (Poder Público, sociedade civil, movimentos e organizações populares) na busca de um projeto para o futuro de seu território, identificando e valorizando os potenciais e riquezas locais (Turnes; Búrigo, 1999:11) apud (VEIGA, 2001, p. 81).

É importante que exista a mobilidade e a articulação social que engendram a criação das redes de pequenas e médias empresas. Mas, também exista a organização espacial que permita evitar uma fratura entre cidade e campo. Nesta análise, Favareto (2006), entende que a dinâmica do território encontra-se estruturada de posições e oposições, distribuída desigualmente entre os agentes e os grupos sociais. Nesses termos, o território é menos compreendido como teoria e sim entendido como uma escala de processos sociais, assim, o território reflete aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos.

Pouco se sabe sobre as condições que levam um território a encontrar o caminho da dinamização econômica com coesão social e conservação ambiental. Mas os resultados até aqui obtidos por vários programas de pesquisa levam a crer que aquelas configurações baseadas em formas mais diversificadas e desconcentradas de distribuição dos trunfos sociais e ambientais tendem a ensejar mais e melhores possibilidades de interação social em uma tal direção (FAVARETO, 2006, p.128).

Também é possível ressaltar a importância do suporte social e ecológico para sustentar a teoria do desenvolvimento territorial, assim como, o avanço na compreensão do território para além da identidade, correspondendo, também, a um campo estruturado de posições resultantes da distribuição desigual da ação do capital no seu interior. É por isso, que em uma sociedade na qual o mercado se faz cada vez mais competitivo, em que o desenvolvimento científico gera grande lucratividade para a parcela da sociedade inserida nesse contexto, enquanto a maioria das pessoas vivem à margem do crescimento econômico, o Estado tem um papel decisivo na sociedade como um agente capaz de reduzir as disparidades sociais, através da introdução das políticas públicas, principalmente, na região Nordeste onde são encontrados os maiores índices de pobreza do país.

Pode-se afirmar que um dos desafios do desenvolvimento é a falta de estrutura do grupo gestor, pois existe grande dificuldade para conduzir ao processo, devido à rotatividade política a cada quatro anos, e o conjunto de relações clientelistas que é algo comum em municípios menores. Assim, esse fator dificulta o controle social nos territórios, e as políticas públicas acabam esbarrando nesses obstáculos, e conseqüentemente, não existe a comunicação efetiva entre as entidades e os sujeitos sociais, acarretando na falta de disseminação das informações sobre as deliberações dentro das instâncias representativas. Portanto, cabe ao grupo e a sociedade civil construir espaços democráticos de debate e deliberações, conforme observa Abramovay (2001), tratando da institucionalização das práticas sociais.

A gestão social dos territórios tem o intuito de realizar uma, dinamização econômica e social, combate à pobreza através das políticas públicas buscando a melhoria das questões ambientais e sociais. Essa desigualdade social no Brasil permanece como um dos desafios a ser enfrentada pelas políticas públicas como através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de novas estratégias de combate à pobreza rural (ABRAMOVAY, 2001, p. 06).

A articulação entre os atores sociais pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento que foi incorporada aos processos de discussão em torno das políticas públicas, sendo considerada como um elemento fundamental para a democratização da gestão das ações pelo Estado, aproximando-as do público alvo. Para Navarro (2001, p. 08), “a recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de agricultura familiar tem reforçado a tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local”. É pelo fato do rural contemporâneo ser considerado um espaço multisetorial, que as estratégias de desenvolvimento elaboradas pelo Estado passaram a discutir o desenvolvimento territorial, sendo esse território um espaço socialmente construído, e conseqüentemente, seus habitantes devem discutir ações que tenham como objetivo um projeto de desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento é dependente da articulação entre os agentes/entidades e atores envolvidos, fortalecendo assim, a participação social do envolvidos e em consequência disso, o empoderamento será o carro chefe para o desenvolvimento.

Para Ferreira (2007) os diálogos e as estratégias de construção do debate social e novas alternativas para a articulação do rural com os demais setores, têm se constituído como desafio para o empoderamento das famílias rurais, à medida que suas ações conseguiram transformar individual e coletivamente alguns espaços, e, conseqüentemente, converteu em protagonistas da reconfiguração do rural, por isso, atualmente, o rural além de corresponder a um espaço de

novas atividades econômicas, a sua população também atravessa um momento de saída da situação de exclusão social permitindo a participação de espaços mais democráticos de debate e deliberações de ações de desenvolvimento.

[...] deve-se entender o empoderamento como resultado da reapropriação e da reconstrução de categorias de pensamento, classificação e ação dispostas no interior do universo social em que se situam os agentes, eles próprios sendo reconstrutores desse universo social (FERREIRA, 2007, p. 145).

Conforme Favareto (2009) o empoderamento é o conceito que denomina concepções sobre os mecanismos de acesso ao poder de indivíduos, grupos, categorias sociais ou coletividades para intervir em instituições, programas ou contextos sociais que dizem respeito às suas vidas e à sua história. Em outros usos, engloba as estratégias ou técnicas para a realização do próprio processo de obter e/ou construir este poder, nesse sentido, ainda é existente a necessidade da intervenção do Estado na transformação do meio rural, através das políticas públicas por meio de um processo de transformação das práticas sociais, que atuam como obstáculos para as mudanças institucionais, a fim de capacitar os agricultores para que possam assumir o compromisso e a responsabilidade de organizar uma nova geração de agricultores mais autoconfiantes que possam buscar novas estratégias de reprodução social e a capacidade em decidir sobre a apropriação de novas tecnologias, com mais competência para viver sem a dependência das políticas de transferência de renda, sendo capazes de pensar em alternativas para superação das deficiências que também marcam o espaço rural brasileiro, o qual ainda apresenta áreas dependentes e/ou envelhecidas.

Concluindo, o grande desafio deste final de década é passar de um modelo que deu maior empoderamento aos movimentos sociais dos agricultores no controle social dos investimentos públicos, para um modelo capaz de levar à coordenação das forças sociais em direção a um estilo de desenvolvimento territorial que seja includente, sustentável e sustentado, para usar as palavras do professor Ignacy Sachs. Nisso deveriam se concentrar todos os esforços de mudança institucional nos próximos anos. Assim se poderia consolidar a transição, iniciada no começo desta década, em direção à adoção da abordagem territorial no desenho e execução das políticas de desenvolvimento rural no Brasil (FAVARETO, 2009, p.65).

Um dos desafios das políticas públicas de desenvolvimento consiste em “desburocratizar” as ações e as estratégias de desenvolvimento rural, pois para Souza, R. (2012), a participação da sociedade e o diálogo com os agentes do Estado, surgem como a base

para o sucesso das ações e das organizações de desenvolvimento rural. Conseqüentemente, a participação dos atores sociais, e a parceria com os agentes do Estado, podem garantir ou dar mais legitimidades as organizações que visam o desenvolvimento rural.

Conforme Goodman (2017) apenas os consumidores “privilegiados” têm condições de buscarem produtos de qualidade, conseqüentemente, classifica esses nichos como “socialmente excludentes”. Por isso torna-se relevante reconhecer as compras públicas como pedra fundamental para tratar a questão de distribuição desigual de alimentos de qualidade. Em Grisa; Schneider (2014) destacam-se o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como ações capazes de alocar esse grupo de agricultores no sistema agroalimentar, sendo que, esses mecanismos garantem mercado para a agricultura familiar em setores de demanda contínua, sejam eles órgãos federais, dos estados ou dos municípios. Pois da mesma maneira que a presença institucional na comercialização tem sido de suma importância para os agricultores não consolidados, pode ser considerada como um importante caminho para a democratização dos produtos de qualidade para os consumidores com menores capacidades de fazer escolhas.

No cenário nacional, ações como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PNAPO e os PLANAPOs, podem ser consideradas como as principais estratégias de apoio a produção orgânica brasileira. Percebe-se que segundo o PLANAPO 2016-2019, a agroecologia foi incorporada aos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que se refletiu no direcionamento de recursos de ATER para a disseminação de práticas agroecológicas e orgânicas no campo. Fato demarcado através de várias chamadas públicas lançadas pelo extinto MDA, que financiaram a atividade dos extensionistas e agentes de ATER que atuam com este enfoque. Além disso, contando com a linha de crédito Pronaf Agroecologia, dirigida à produção orgânica e de base agroecológica. E embora, no cenário nacional, seja reconhecida tanto em Chechi (2017) quanto em Caporal; Petersen (2012) a importância das PNAPO e PNAPOs para o fortalecimento da agricultura familiar de base orgânica, torna-se relevante discutir as respectivas relevâncias dentro de sistemas agroalimentares, principalmente, no Nordeste e especificamente em Sergipe, caracterizados segundo Mendes; Nascimento (2017) pela predominância de agricultores familiares pobres e que enfrentam dificuldades em acessar mercados e agregar valor na matriz produtiva.

As compras governamentais têm desencadeado um processo de organização da produção familiar orgânica de base orgânica, desempenhando importante papel na provisão de novos espaços de comercialização e geração de renda. Chamadas públicas como a de ATER

Mulheres e de organização produtiva tem buscado contemplar atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos que acessam o PAA, o PNAE e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Consequentemente, pode-se afirmar que ações ou políticas públicas aliadas a mercados institucionais, tornam-se determinantes estratégias de reprodução da agricultura familiar comprometida com a saúde pública e democratização de alimentos saudáveis para contextos socioeconômicos castigados pelo sistema capitalista.

Belik; Cunha (2015) destaca que para ocorrer uma mudança no sistema de abastecimento dos alimentos oriundos da agricultura familiar nos centros urbanos é necessário que as propostas caminhem em três frentes complementares (1 - Modernização e retomada do papel das Centrais de abastecimento no âmbito de uma política nacional de abastecimento, 2 - Estabelecimento de (novas) linhas de crédito de curto prazo para a comercialização de produtos de ciclo curto provenientes da agricultura familiar, 3 - Ampliação dos programas de compras governamentais). No entanto torna-se relevante destacar a importância de promover os mercados locais, regionais e nacionais, sendo esta primeira determinada pela necessidade de qualidade e sustentabilidade imposta por um perfil de consumidor cada vez mais exigente.

Também percebe-se em Belik; Cunha (2015) que deve-se ampliar os programas de compras governamentais, os quais atualmente têm baixo alcance, seja pelo pequeno número de agricultores capazes de atender as exigências e burocracias, seja porque as compras para a alimentação escolar ainda não conseguiram resolver os problemas de logística e distribuição de gêneros tanto nas grandes cidades, assim como no caso dos centros urbanos de menor porte. Nesse caso, compreende-se que a ação pública deve caminhar melhorando as condições de oferta dos produtores, inclusive no que diz respeito à capacidade financeira deles, tendo o papel de organizar melhor os sistemas de distribuição nas cidades.

Dialogando com Caporal; Petersen (2012) e Chechi (2017) sobre políticas públicas para a agricultura familiar, percebe-se a relevância de se ampliar o debate em torno da perspectiva do desenvolvimento rural, com base na consolidação de sistemas agroalimentares, comprometidos com a saúde pública e com a valorização dos alimentos. Buscando também relacionar a relevância da construção da identidade territorial e a sua mobilidade dentro dos espaços de comercialização nos centros urbanos, compreendendo as contradições socioeconômicas que envolvem a democratização e a mobilidade dos alimentos e suas identidades dentro dos sistemas agroalimentares com o enfoque analítico para o caso sergipano.

Percebe-se em Carvalho (2018) e Mendes (2014) a diversidade da matriz produtiva em Sergipe, desde o hortifrúti, até carnes, leite, lavouras temporárias e permanentes. Carvalho (2018) também destaca elementos da “modernização” na agricultura familiar sergipana, e

embora suas reflexões concentrem-se em “agricultores pronafricanos” é permitido refletir sobre a efetividade da política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e relacionar que seus resultados concentraram-se no incentivo a modernização, alongamento de cadeias, produção e crédito.

Justifica-se a relevância de políticas públicas capazes de apoiar a qualificação da matriz produtiva, fortalecendo mercados alternativos ao modelo disseminado em Sergipe pelo PRONAF, o qual afasta a agricultura familiar do desenvolvimento sustentável e busca inseri-la no modelo agroindustrial. Contudo, mercados emergidos a partir de programas como PAA ou PNAE podem associar essas políticas públicas como potenciais incentivadoras da produção familiar de base orgânica, e conseqüentemente, fortalecer os “nested markets” estudados por Ploeg et.al (2012) partindo da perspectiva de que, diante da emergência do debate referente a saúde pública, o mundo tenderá a caminhar para o consumo de alimentos saudáveis. Por isso, compreende-se a importância de estudar mercados alternativos ou imersos desenvolvidos por agricultores familiares e ações capazes de apoiar essa estratégia de sistemas agroalimentares, observando que seus modelos e diretrizes de produção, associando-se a proximidade entre vendedores e compradores, representam um modelo de mercado emergente e comprometido com a qualidade.

Embora Cassol et.al (2016) reconheça a “origem rural” como um potencial para “mercado imersos”, percebe-se em Sergipe que essa organização em prol da comercialização de alimentos saudáveis torna-se uma barreira, pois o diálogo entre instituições, entidades e agricultores orgânicos fica na maioria dos casos no campo das ideias.

Mas para Caporal; Petersen (2012) o grande esforço das políticas para a agricultura familiar continua sendo no sentido da “modernização”, isto é, no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso a máquinas e equipamentos para a mecanização. E em consequência disso, ações na linha do Pronaf Agroecologia não têm “recursos marcados” e não encontram apoio nos agentes financeiros que operam o programa, continuando marginais, mesmo depois de vários anos de sua criação. É nesse cenário que a ATER pública torna-se uma estratégia pontual capaz de desenvolver territórios, pois a assistência técnica é capaz de fortalecer e qualificar a matriz produtiva, através da produção e comercialização de alimentos saudáveis orientando estratégias produtivas e mercados potenciais para os agricultores assistidos. Enquanto que a extensão rural dissemina o conhecimento, criando caminhos e ações para emancipação dos atores assistidos, pois a ampliação do conhecimento é capaz de fazer com que os agricultores consigam acessar políticas e mercados institucionais fortalecendo a identidade territorial.

Goodman (2017) destaca a importância de se agregar valor à produção sem perder a identidade e os atributos dos produtos locais, e assim, a valorização territorial é vista como uma oportunidade e/ou estratégia de sobrevivência agrícola, sendo a pedra fundamental para a revitalização da economia rural. Por isso Goodman (2017) aponta caminhos para agendas de pesquisas sobre o rural no século XXI, pois as agendas de pesquisa deveriam priorizar novas análises sobre as inter-relações em construção entre abastecimento alimentar convencional e alternativo, captadas pelas noções de “integração”, e de como assimetrias de poder operam para influenciar a distribuição das rendas entre os atores nessas cadeias de valor. Um modo de abastecimento socialmente justo segue sendo importante, esforços no âmbito das compras públicas, até agora envolveram basicamente iniciativas isoladas, em nível micro. Sem mudanças políticas e institucionais profundas, as redes alimentares alternativas correm o risco de ficar limitadas a prover “pessoas abastadas”, em espaços de consumo restrito e dominados por varejistas rentistas.

Esse debate é de interesse para a Geografia e envolve a dinâmica territorial e a questão da resistência dentro da valorização do território, pois o abastecimento de alimentos em locais pode ser descrito como um espaço de “resistência” as forças impostas por um sistema corporativo globalizado, e contra invasão de alimentos sem origem e homogeneizados. Conseqüentemente, a resistência contra alimentos sem origem e sem identidade está alinhada a narrativa da identidade cultural. Nessa lógica, os alimentos de qualidade prometem revitalizar a sociedade rural e reparar as conseqüências sociais e ecológicas do produtivismo pós-segunda guerra mundial.

03 - DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

3.1 O ESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL BRASILEIRO

É possível que as políticas públicas incentivem o desenvolvimento rural, elaborando e executando estratégias para que os produtores familiares possam agregar valor aos seus produtos sem perder a qualidade nutricional. Consequentemente, será favorecido o tipo de produção orientada e preocupada com a sustentabilidade, desde o plantio até a chegada na mesa do consumidor.

Destaca-se nesta seção a importância do Estado de bem estar social, frisado em Piketty (2014), o qual poderia ser capaz de garantir as liberdades substantivas elencadas em Sen (2010). No entanto, é preciso fazer ressalvas no caso brasileiro e entender as matrizes históricas marcadas pelo clientelismo e o oligarquismo que afetam o desenvolvimento tanto das áreas rurais, como das relações sociais que moldam a sociedade contemporânea. Para Furtado (1973, p.30) “os problemas não parecem residir no plano econômico. A estrutura oligopólica sobre a qual essa economia se assenta constitui um poderoso instrumento de expansão econômica”. Essa expansão econômica pode ser relacionada ao poder de acumulação das elites e amparados pelo aparelho do Estado em detrimento do desenvolvimento e/ou do social.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil e a inserção do seu espaço rural na economia, estão atreladas a um verdadeiro jogo de interesses e dependência econômica/política/territorial. Martins (2010) ao destacar esse modelo escravocrata, considera que pode ser um condicionante que recua o Brasil até hoje, por ser oposto ao padrão norte-americano. Se houve a difusão do trabalho assalariado nas áreas urbanas, o mesmo não ocorreu no campo. Tanto na cultura da cana de açúcar no Nordeste, como do café no Sudeste, pois a servidão e a sujeição permaneceram como fator marcante das relações de trabalho que se desenvolveram nas áreas rurais do século XIX. Um exemplo, foi o caso dos EUA, pois o modelo adotado para inserção das áreas rurais, de abrir a fronteira para a livre ocupação, enquanto que no Brasil, se estabelece a compra da terra como uma forma de tornar esse colono cativo a fazenda voltada para a grande agricultura de exportação. Ou seja, os grandes fazendeiros criaram um caminho para acabar com a escravidão sem abdicar do modelo econômico que garantisse a acumulação de capital nos mesmos moldes da escravidão, criando a ilusão de que o trabalho dos seus “cativos” seria recompensado pela posse da terra.

Outro aspecto marcante do papel do Estado na transição do trabalho escravo para o assalariado na economia brasileira é percebido em Martins (2010), e está atrelado ao regime de trabalho livre e a proclamação da Lei de terras, sendo evidente que não era mais interessante para a sociedade capitalista a manutenção da escravidão, e no entanto, os recém “livres” não

teriam como ter acesso à terra, se não pela via do trabalho. E assim, se estabeleceu a relação de fidelidade entre os proprietários de terra e os trabalhadores, consolidando o desejo do trabalhador em ter acesso à terra como mecanismo de dominação política e econômica. Essa criação do trabalho livre foi uma alternativa encontrada pelos grandes fazendeiros de meados do século XIX, pelo fato da escravidão não ser mais interessante para a acumulação do capital. Na época houve, segundo Martins (2010), proposições de uma reforma agrária, defendida pelo senador nordestino Souza Dantas (da Bahia) onde a grande produção capitalista (café e açúcar) ficaria sob o domínio industrial e a pequena produção ficaria sob responsabilidade dos agricultores familiares, através da doação de pequenos lotes, mas essa tese foi combatida e conotada como socialista.

A Lei de terras nada mais é que uma articulação do capital para que houvesse uma incorporação do território brasileiro neste ciclo, pois os países os quais o Brasil mantinha relações comerciais, exigiam a abolição da escravatura para que as relações fossem mantidas. Então a saída encontrada foi, ao invés do trabalho ser escravo e a terra livre, como ocorria no regime de sesmarias, o trabalho agora seria livre, onde o escravo seria substituído pelo imigrante. Aliado a isso, Carvalho; Costa (2017) destacam o desenvolvimento da agricultura de base familiar dentro das grandes propriedades, a partir dos déficits de exportação, que acabaram estimulando o setor de subsistência, ao tempo que, embora a agricultura praticada pelos lavradores/escravos fosse bastante rudimentar e individualizada, isso acabou sendo o carro chefe para o fortalecimento do comércio interno;

A agricultura de subsistência começa a se desenvolver dentro das grandes propriedades, sendo produzida por escravos; ou nas proximidades desta, longe da cidade e de seus mercados consumidores. Tal segmento, quando individualizado, tem pequena extensão territorial, solos pobres, baixo nível econômico, produtividade escassa e sem vitalidade e a sua mão de obra se resume a do lavrador e da sua família. Apesar disso, os lavradores de culturas de subsistência, proprietários de terras, em função da proximidade com as grandes fazendas acabavam participando de seu regime em condições similares ao que conhecemos como rendeiros e agregados. Sendo assim, os déficits de exportação desses séculos estimularam o setor de subsistência (CARVALHO; COSTA, 2017, p. 17).

Para Martins (2010), a inserção do Brasil na economia mundo representou a consolidação da relação de poder entre o proprietário de terra e o trabalhador, estabelecida como elemento de dominação social e política, e no caso do Nordeste, o coronelismo representou a aliança entre as oligarquias nordestinas ao capital do Sul, principalmente. Segundo Souza, J.

(2017), embora a classe trabalhadora tenha (em diversas fases do processo de consolidação territorial e econômica do Brasil) avançado no cenário das “alianças” que corroboraram em estratégias excludentes na história política brasileira, vale ressaltar o papel da classe média, no cenário de dominação. O qual prevalece camuflado em novas formas de garantia do poder, assegurado pelo domínio do Estado por a minoria, e assim, as elites dominantes mantém o perfil predatório de domínio e com uma nova “escravidão” amparada pelo enfraquecimento das instituições. Aliado isso, Piketty (2014), destaca que, o jogo de interesses do capital acaba comprometendo o papel e as independências do Estado, dialogando assim com Souza, J. (2017), a medida que no caso brasileiro, a força política e o domínio econômico da “elite do atraso” continua barrando o desenvolvimento e as conquistas possíveis.

A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil. Os grandes latifundiários aumentavam sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como, aliás, acontece ainda hoje. Nada muda significativamente com a elite do dinheiro de hoje que compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário – como o mal explicado “acidente” com o avião do ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, comprova – para manter seu bolso cheio. O que importa é garantir o saque ao orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menor do capital estrangeiro e a quebra do ânimo e da solidariedade dos trabalhadores para a maior exploração possível do trabalho. Alguma mudança? (SOUZA, J. 2017, p. 64).

Dentre as principais contribuições, Souza, J. (2017) serve para refazer uma leitura crítica e contemporânea, e assim reavaliar os principais conceitos que estão postos pela literatura brasileira, os quais “demonizam” o Estado, e o coloca sempre como ineficiente e corrupto, disseminando em contraposição a isso, uma falsa eficiência do mercado. Por isso a difusão de conceitos como patrimonialismo, o homem cordial, entre outros dessa vertente, servira para mascarar o fato social e histórico que marca e interfere no desenvolvimento da sociedade brasileira, que é a escravidão. Portanto, não existe Mercado sem Estado, e muito menos Estado sem Mercado, pois, percebe-se em Souza, J. (2017) que o Estado necessita do mercado para levantar recursos através de impostos e garantir bens substanciais para o público, assim como o mercado necessita que o Estado garanta infraestrutura para a disseminação do interesse privado.

Segundo Mendes (2014), foi a partir da segunda metade do século passado, impulsionado pelos avanços técnico-científicos, que o espaço mundial tem se reestruturado em ritmo intenso, em consequência dos avanços tecnológicos e pela integração dos países por meio

da economia global, no sistema mundo. Tal progresso tecnológico tem sido o carro-chefe no processo de expansão do sistema capitalista, o qual no seu estágio de maturidade se ramifica em direção a novos espaços, reestruturando assim, a economia dos mesmos e redefinindo a organização social dos seus indivíduos. Com isto, diante da crise econômica e política enfrentada pelos países centrais a partir da metade do século XX, houve uma política de incentivo a descentralização industrial em direção aos países subdesenvolvidos, como países asiáticos, africanos e latino-americanos, entre eles o Brasil. Nessa mesma análise, Alcantara; Costa (2011) discutem a constituição da sociedade brasileira e as estratégias para a inserção econômica e a superação de problemas estruturais, como saúde e a educação, sendo o Nordeste o principal alvo de políticas públicas, pois o mesmo tem apresentado poucas alternativas de crescimento econômico e capacidade de integração ao mercado mundial aliada a privação de bens substanciais (saúde, educação e liberdade política) para o desenvolvimento da população.

Fatores que fizeram desta região alvo das experiências de planejamento e execução de ações governamentais apresentadas como alternativas para alcançar uma possível —solução para a situação de pobreza quase absoluta. O planejamento e implantação das ações governamentais no Nordeste se tornaram objetos de estudo que atraem a atenção de pesquisadores e estudiosos para a leitura e análise dos possíveis resultados obtidos e até que ponto estas ações interferem na qualidade de vida da população nordestina. (ALCANTARA; COSTA, 2011, p. 202.).

Nesse contexto, a agricultura, como parte relevante do processo de consolidação da econômica do sistema, foi inserida principalmente no que se refere à produção e ao consumo. Assim, conforme Mendes (2014) a partir da inserção da agricultura na economia/mundo capitalista, os efeitos foram a ampliação do desemprego estrutural e da fome em todo o globo terrestre. Tal modernização veio beneficiar o grande produtor rural, e marginalizou deste processo o agricultor não-consolidado, o qual não possuía capital, conhecimento e informação para se inserir nas transformações da agricultura, e é nessa perspectiva, que se destaca a importância da ATER pública, para os agricultores não consolidados, visando a ampliação da capacidade de se inserir nesse cenário que vem transformando o meio rural, fornecendo a eles incentivos à produção e criando estratégias de comercialização em novos mercados.

É consenso entre os estudiosos do mundo rural, o fato de que o meio rural brasileiro vem passando por transformações, tais como a disseminação da tecnologia e a incorporação de novos mercados de trabalho e comercialização, fazendo-se necessário ampliar o olhar e o debate em torno das questões que envolvem o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente

após a segunda parte do século XX. Sendo assim, a agricultura familiar brasileira apresenta heterogeneidade, principalmente, devido à diversidade presente não apenas no meio rural, assim como, nas áreas urbanas as quais acabam influenciando de forma direta ou indireta as atividades e a forma de se organizar das unidades familiares rurais. Consequentemente, as discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões e consequências em torno da pobreza rural, da geração de renda e da (i) racionalidade econômica e/ou imperfeição dos mercados, além da inserção tecnológica das unidades familiares, assim como a relação rural/urbano para compreensão das atividades agrícolas e/ou não agrícolas presentes no novo rural brasileiro.

Foi a partir do final do século XX, com o surgimento de novas demandas e atividades ocupacionais no meio rural, que o agricultor deixa de dedicar-se exclusivamente as atividades agrícolas e passa a diversificar o trabalho dentro da unidade familiar. Ao mesmo momento, vale ressaltar que as condições de reprodução das unidades familiares, irão estar associadas as condições de vida de cada contexto social, no qual as famílias estarão inseridas.

Em Mendes (2014), destaca-se a importância do enfoque da diversificação produtiva e da renda no meio rural e sua relevância social tornaram a pluriatividade uma das alternativas para a agricultura familiar nos países do eixo central da economia capitalista e posteriormente na América Latina e países em desenvolvimento. A partir do desencadeamento de atividades não-agrícolas no meio rural, as famílias de agricultores tiveram que reestruturar o modo de produzir e de trabalhar, tendo em vista que ao menos um membro da família passou a exercer atividade laboral fora da unidade que forma o núcleo familiar. Em consequência disso, a pluriatividade pode ser considerada como uma importante estratégia para o fortalecimento das políticas públicas, pois, é constatado em Schneider (2006) que as famílias pluriativas apresentam tendências que potencializam a vida social dos agricultores familiares. Desse modo, é possível afirmar que, o incentivo a pluriatividade e o fortalecimento de políticas públicas como a ATER, pode ser considerada uma importante estratégia de desenvolvimento rural, tendo em vista a importância da diversificação da economia rural com a emergência de novas atividades agrícolas e não-agrícolas, aliado à dominação do processo produtivo por parte dos agricultores familiares assistidos.

Para Mendes (2013), é possível afirmar a importância de resgatar e estimular a produção e comercialização, consequentemente, geração de renda para a agricultura familiar. Caso contrário, os problemas sociais deixarão de ser rurais e migrarão para os centros urbanos, sendo que a alta parcela da população com baixo nível de instrução, é um fato que acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, assim como, a permanência do jovem, que se

depara em um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de maiores oportunidades e melhores condições de vida. Por isso, a ATER pode assumir o protagonismo nesse novo contexto, ampliando a renda das unidades familiares, apoiando a comercialização e o conhecimento das famílias.

Aliada a esses fatores, a necessidade cada vez maior de informação e conhecimento, cria desejos e anseios para que os filhos de agricultores se desloquem em busca das áreas fornecedoras de tais conhecimentos gerando declínio da permanência dos potenciais agricultores no espaço rural (MENDES, 2013, p. 96).

Para Schneider (2000), a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, é decorrente do próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. Por isso que torna-se relevante entender as diferenças que ainda existem entre o rural e o urbano brasileiro, mas mesmo assim, é importante compreender que cada vez mais o rural/urbano encontra-se dependentes e interligados, sendo importante entender que o rural não é mais sinônimo de atraso e pobreza, embora ainda persistam entraves socioeconômicos que dificultam o modo de vida das áreas rurais.

Sobre a agricultura familiar brasileira, cabe afirmar que a mesma começa a se transformar a partir do final do século XX, fruto principalmente das alterações no mercado de trabalho rural. Para Garcia (2014), as políticas públicas passaram a enxergar o meio rural para além da questão agrária, com a ampliação da mão do Estado brasileiro, ou seja, a criação de programas que buscam não apenas desconcentrar a terra, mas também fixar o homem no campo e fortalecer a agricultura familiar brasileira.

Pode-se afirmar que a pobreza rural é uma das piores formas de privações das liberdades substanciais, assim, não é possível pensar em desenvolvimento sem que haja a superação dessas privações, as quais afetam não apenas a vida econômica, mas também a cultural e a social. O Nordeste pode ser tomado como um importante exemplo dessas formas de privações, quando comparado com o restante do país e principalmente com a região Sul. Pois, em Cardoso (2013), constata-se que, no decorrer da primeira década dos anos 2000 os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foram destinados de maneira concentrada aos agricultores mais capitalizados e organizados, ou seja, os mais pobres e sem racionalidade econômica voltada para a lógica dos mercados permanecem excluídos ou sendo privados do programa. E sobre o desequilíbrio tecnológico e de recursos financeiros, Alcantara;

Costa (2011), também frisam que o desencadeamento desigual do modo de produção capitalista sobre o território brasileiro, obrigou o agricultor não consolidado a recorrer a estratégias para promover o sustento familiar através do incremento da renda;

Isso pode ser relacionado ao desigual desenvolvimento do modo de produção capitalista sobre o território brasileiro, que promoveu a expropriação do trabalhador no campo. A este restou a alternativa de auto-reprodução da força de trabalho a partir de relações de produção não-capitalistas, entendida como o trabalho familiar praticado pelo pequeno agricultor ou camponês. Sendo que, quando essas propriedades são muito pequenas e a mão-de-obra torna-se excedente, cabe aos membros da família saírem em busca de uma outra ocupação que possa incrementar a renda familiar e auxiliar no sustento. (ALCANTARA; COSTA, 2011, p. 204).

No caso das políticas de reforma agrária, conforme Martins (2000) verifica-se que, por questões de força política e interesses econômicos dos proprietários de terra, os beneficiários desse programa acabam recebendo terras com um alto valor de custo para o Estado e na maioria das vezes, em condições desvantajosas para a fixação dos agricultores familiares. Graziano (2010) considera que;

É verdade, como se pode mostrar com os dados históricos disponíveis relativos aos devedores dos diversos programas de crédito rurais existentes, que os grandes devedores são os piores pagadores (...). Não será menos verdade também que lideranças dos movimentos sociais rurais, sob o argumento de uma dívida social não paga, têm contribuído para inviabilizar práticas inovadoras de financiamento dos pequenos (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p.181).

No entanto, além desses elementos destacados por Graziano (2010), outro fator que tem contribuído para inviabilizar as práticas inovadoras, principalmente, nos assentamentos do Nordeste, é o caso da dificuldade em gerenciar o crédito rural, pois devido aos fatores culturais e econômicos, os agricultores acabam não investindo o recurso e tendem a ter dificuldades no pagamento das dívidas e tornando-se inadimplentes, também por isso, não é necessária apenas redistribuir a terra, mas também criar mecanismos para fixar esse sujeito na nova unidade familiar.

Para Abramovay (1990, p.188), a agricultura familiar contemporânea é caracterizada pelo dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a integração aos mercados. No entanto, recorrendo a Sen (2010, p.42 e 43) é possível afirmar que, a integração aos mercados pode gerar melhorias nos estilos de vida e ao mesmo tempo exclusão e privações das liberdades, de acordo

com as oportunidades econômicas de cada contexto. Conforme Mendes (2014) é possível afirmar que, no caso específico do Nordeste, o Estado é um importante aparelho que poderá romper com as privações das relações sociais, assim como integrar de forma racional os agricultores familiares à lógica dos mercados. Entretanto, o tradicionalismo e o patrimonialismo podem ser destacados como os principais desafios, para a efetivação de políticas públicas nessa região do país.

Ao dialogar com Nascimento J; Mendes (2015), percebe-se que há uma grande concentração de domicílios rurais no Nordeste com rendimentos inferiores a três salários mínimos, apontando para a necessidade de se repensar as políticas públicas para o meio rural, assim como, ações capazes de gerar renda para esses agricultores familiares. Ao tempo que, o baixo nível de instrução presente nas unidades familiares tem como consequência a concentração de unidades familiares envolvidas em atividades mal remuneradas. Verifica-se melhorias nos índices relacionados à renda e a educação, e no caso de Sergipe, isso pode ser associado à interiorização dos investimentos do Estado, fato que acaba alterando a dinâmica sócio espacial de todos os setores inseridos nesse contexto espacial, como exemplo pode-se destacar a expansão das instituições de Ensino Federal, fator que pode ser considerado como determinante para a melhoria dos índices de educação, principalmente no interior do estado de Sergipe.

Com base no que é ressaltado em Piketty (2014), o fato de ao longo da história a taxa de rendimento do capital sempre ter se mantido “dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda [...] isso permite que uma determinada classe de proprietários se dedique a algo além da própria subsistência” (p.345). É nessa perspectiva, que é possível a partir da própria lógica de reprodução do capital no século XXI, afirmar que as famílias rurais, mesmo inseridas em áreas pobres, podem buscar muito mais do que apenas a dedicação a atividades agrícolas. Assim como a utilização do meio rural pode fornecer mais possibilidades de sobrevivência para a agricultura de base familiar, sendo o Estado o principal fator para a expansão das liberdades substanciais nas unidades familiares pobres.

Entende-se aqui, que o sistema capitalista poderá durar para sempre, pois o apocalipse ainda não ocorreu, sendo necessário buscar estratégias dentro das contradições desse sistema econômico, para inserir as famílias pobres, principalmente do Nordeste, no contexto socioeconômico mais elevado do que o atual, através de políticas públicas voltadas para a juventude rural, gênero e a educação. Com base em Piketty (2014) e Sen (2010), para que a sociedade se torne menos estática, mais justa e meritocrática, o Estado como importante regulador no crescimento do capitalismo, deve apoiar as políticas públicas de educação, sociais,

trabalhistas e fiscais e possibilitar a inserção de mais pessoas nos “ganhos” do sistema, podendo atingir as desejadas mobilidades.

Martins (2003) verifica que os órgãos e as ações presentes no meio rural devem estar atentos para a contribuição da não dispersão da família, e, dessa maneira, assegurar o futuro dos filhos próximos da família, assim como está previsto na diretriz do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no caso da reforma agrária, ela deve, dentre suas atribuições, promover a interiorização dos serviços públicos básicos e a redução da migração campo-cidade forçada. Nesses termos, pode-se afirmar que a efetivação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas áreas rurais, poderá em médio ou longo prazo promover a autonomia econômica e social dos agricultores familiares.

E esta é a razão pela qual a luta contra a pobreza no interior do País exige da assistência técnica uma dupla conversão: por um lado, contribuir à implantação de um ambiente inovador que se traduza na aquisição de novas competências produtivas e organizacionais por parte dos agricultores (...) o que exige, é claro, uma reformulação radical no próprio caráter da extensão rural que, de escritório de assistência técnica, deve transformar-se em um dos núcleos centrais em que são concebidas e apoiadas as medidas necessárias ao desenvolvimento dos territórios em que se encontram (ABRAMOVAY, 2003, p. 9).

As políticas de desenvolvimento rural e/ou territorial devem estar, também, compromissadas com as gerações mais jovens, ampliando a oportunidade de geração de renda, com a discussão sobre estratégias capazes de superação da pobreza rural e condições de miséria a qual os agricultores nordestinos encontram-se inseridos. Logo, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural e/ou intersectorial, devem estar atentas às novas ruralidades do setor, além de fornecer mecanismos para a inserção dos agricultores familiares de áreas mais pobres, no ciclo do sistema produtivo e em suas racionalidades.

Em Abramovay (2003) entende-se que um dos caminhos para a luta contra a pobreza rural no Brasil é aumentar a capacidade de investimento dos agricultores marginalizados. Pois, conforme Mendes (2014) e Nascimento, C. (2005), essas famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste, estão cada vez mais se tornando pluriativas. E Abramovay (2003) verifica que um dos principais desafios das políticas territoriais no Brasil tem sido melhorar a capacidade e as condições de acesso aos mercados dos agricultores familiares. A ATER poderá ser uma saída para a família residente em áreas rurais na busca pela ampliação da renda e domínio do processo produtivo. De maneira que, as atividades agrícolas não possuem, por si só, a capacidade de

suprir as necessidades das famílias ao longo de um ano. Cabe assim a essas famílias recorrerem às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, como também no caso das famílias pobres, a busca pela pluriatividade tende a servir como uma ponte para a passagem de uma atividade a outra e até mesmo uma saída da situação de pobreza.

Fica evidente o papel que a participação do Estado pode desempenhar no desenvolvimento da agricultura familiar, em que algumas literaturas destacam a política de crédito rural como decisiva para a modernização desse setor. É possível afirmar que, os desafios da agricultura no Brasil vão além de problemas como a concentração da terra. Torna-se necessária à superação da atuação de elementos que servem de barreira para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Graziano da Silva (2010) destaca a atuação dos movimentos sociais rurais, que assim como a bancada ruralista, também, prejudicam os investimentos e incentivos do Governo Federal, pois buscam confundir os membros das cooperativas, levando-os a associar o crédito agrícola ao subsídio e dessa maneira atuam influenciando na inadimplência tanto do setor agrário, quanto do setor agrícola brasileiro.

Mas não há dúvida de que os pequenos também contribuem para generalizar essa “cultura do não pagar” que hoje ameaça as bases do crédito rural no país. E mais: se for verdade que membros da bancada ruralista incentivam a prática de renegociação das dívidas do crédito rural como uma forma de assegurar sua liderança setorial (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p.181).

É possível observar que ao mesmo tempo em que a agricultura brasileira apresenta locais com marcantes integrações da agricultura com a indústria, ainda existem áreas do país que precisam duelar contra elementos os quais acabam barrando o desenvolvimento deste setor. Nessa perspectiva, Martins (2003) destaca a manipulação ideológica existente nos assentamentos de reforma agrária, em que os agricultores se sentem empregados das instituições intermediadoras da reforma agrária, e acabam ficando reféns de funcionários do Estado, que visam no movimento o alcance de algumas metas pessoais e também agem de forma camuflada no movimento, sendo assim;

Mesmo que haja discrepância e até conflitos entre os agentes do governo e os agentes do MST, há também funcionários e técnicos identificados com as metas da organização e que desenvolvem uma ação direta para enquadrar os assentados em suas diretrizes partidárias e doutrinárias, sem vínculo com os pressupostos e diretrizes do Estado. Podem-se entender as razões pelas quais o assentado se sente mandado e algumas vezes até mesmo empregado de uma

organização rica, que seria o MST. Há aí a anulação do trabalhador rural como sujeito de ação e sujeito de processo histórico (MARTINS, 2003, p.101).

Para Martins (2003) problema que envolve a questão agrária no Brasil não é somente a concentração fundiária, mas a forma com que as organizações ditas defensoras da reforma agrária enxergam essa questão. Pois no momento que o “sem terra” recebe a terra e precisa vendê-la, por não ter condições de lidar com ela, torna-se evidente a necessidade de se rever a política de reforma agrária, em que não é necessária apenas distribuir a terra, mas também criar mecanismos para fixar esse sujeito na nova propriedade. Para Graziano da Silva (2014), a questão agrária na atualidade pode ser compreendida para além da reforma agrária, sendo a questão política associada a concentração fundiária, o principal fator que barrou as políticas de reforma agrária no Brasil. Pois o elemento que sempre fundamentou o poder político, principalmente no Nordeste, foi o poder fundiário da minoria, assim;

O Estado brasileiro passou a ser meramente um comprador de imóveis rurais destinados a formar novos assentamentos rurais e, em decorrência dessa mudança, nem mesmo a superficial aparência de reforma agrária que existiu em anos anteriores permaneceu. Por tudo isso, reitera-se, nunca houve reforma agrária no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 2014, p.709).

Verifica-se que o objetivo de desconcentrar a terra acabou tornando-se caro e sem retorno para o Estado brasileiro, a medida que, o capitalismo agrário (mundial) passou a exigir novas estratégias de desenvolvimento rural, e, assim, a reforma agrária passou a ser deixada em segundo plano, é nesse contexto que, “o capital está tomando conta da agricultura, revolucionando-a, fazendo insustentáveis as velhas formas de produção e de propriedade e criando a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1988, p. 12) Apud (GRAZIANO DA SILVA, 2014, p.703). Aliado a isso, existe a fronteira “social e política”, a qual é considerada para Graziano (2014), outro agravante para a reforma agrária no Brasil, ao tempo que, essa reestruturação fundiária seria possível, apenas em um modelo socialista, ou seja, o Brasil foi uma exceção no cenário mundial capitalista, em que o Estado adquiriu terras e redistribuiu, pois, no Pós-Segunda Guerra, enquanto o objetivo das potências capitalistas passou a ser a disseminação das tecnologias e a inserção das áreas rurais no ciclo do capital.

Nas coletâneas reunidas em Mattei (2013; 2016), verifica-se que a “modernização conservadora”, foi um dos principais responsáveis pelo agravamento dos problemas econômicos e sociais no meio rural do Brasil. Conseqüentemente, o foco nas estratégias de

expansão da agropecuária brasileira representou obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária. Por isso, em Mattei (2013; 2016), fica evidente que um projeto de desenvolvimento, deve também, estabelecer alianças entre o setor público e os movimentos sociais, buscando intervenções efetivas para a democratização da terra no país e geração de renda para as famílias assentadas. Nessa perspectiva, em Mattei (2013; 2016), também percebe-se que o aumento da produtividade em prol do crescimento econômico tem afetado diretamente a qualidade dos produtos agrícolas, e disseminado o discurso de que a modernização resolveu a questão da concentração de terras no país. Criou-se assim, a ilusão de que não é necessária a democratização da terra, tendo em vista que se produz cada vez mais em menos terra.

Com base nisso, é preciso ajustar o debate e evoluir para a pertinência da discussão sobre a questão “rural no Brasil”, reformulando e rediscutindo os equívocos que envolvem as últimas décadas de políticas de desenvolvimento do rural brasileiro. Ao considerar a relevância em combater a concentração fundiária, reconhecendo a dificuldade de uma “Revolução Socialista”, mas sim, fortalecendo o compromisso da agricultura familiar e das famílias assentadas em produzir alimentos de qualidade, e o Estado é capaz de introduzir novos atores nesse processo e garantir condições de desenvolvimento social e sustentável.

Para Abramovay (1990), o Estado contemporâneo tem uma função decisiva a manutenção da renda agrícola, partindo da perspectiva de que diante do avanço técnico presente no campo e a pulverização da oferta agrícola, existe uma tendência na queda da renda e do emprego rural, e assim, o Estado pode ser um relevante agente que pode (através da institucionalização da renda agrícola e garantias aos agricultores não consolidados), minimizar os efeitos das tendências do capitalismo agrário contemporâneo e corrigir as imperfeições dos mercados, por isso, o Estado moderno pode desempenhar um papel decisivo para a sociedade rural, e principalmente, para o fortalecimento dos agricultores não-consolidados, os quais não possuem capacidade de agregar valor à produção ou até mesmo buscar mercados para a produção. Nesses termos, Abramovay (1990) ressalta que;

A busca incessante do progresso técnico numa estrutura competitiva tende a transformar em redução de preços os ganhos de produtividade. Se esta tendência não traz a derrubada violenta das cotações é porque cabe ao Estado a manutenção da renda agrícola. Isso significa que a natureza da intervenção estatal na agricultura não pode ser interpretada à luz da defesa de certos segmentos da classe capitalista: não é apenas a agroindústria, mas o conjunto da sociedade que acaba por beneficiar-se por políticas estatais que resultam

na estabilização – e em alguns momentos na queda – dos preços alimentares, através do controle da renda agrícola (ABRAMOVAY, 1990, 308).

No caso do Nordeste, destaca-se o pensamento de Martins (1994), na afirmativa de que o Estado não deve ser um agente clientelístico, mas sim, deverá promover a autonomia das unidades familiares pobres, fornecendo aos agricultores mecanismos que possibilitem os mesmos superarem as barreiras ligadas às relações sociais e econômicas. A partir disso, deverá ser buscada a consolidação de uma nova mentalidade dos envolvidos no processo de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, pois para Alves et al.(2016) as cooperativas, prefeituras e associações são aliadas eficientes na luta contra as “imperfeições dos mercados” destacando que a ATER pode e deve contribuir para construção desse entorno.

O desenvolvimento rural é um processo multifacetário e altamente dinâmico sendo que seu foco e direção mudam com o tempo. E conforme Ploeg (2016) na Europa (a partir de 1990) de à produção de novos bens e serviços juntamente com as atividades agrícolas emergiram o debate sobre a multifuncionalidade. Hoje há uma atenção redobrada sobre a comercialização dos novos bens e serviços. Distribuí-los através dos mercados gerais resulta ser cada vez mais contraproducente, quando não impossível. Assim, um amplo leque de novos mecanismos para distribuição desses produtos vem sendo desenvolvido.

3.2 A DIVERSIDADE DO RURAL BRASILEIRO

O meio rural atualmente não corresponde apenas à prática de atividades agrícolas, em que o turismo rural (principalmente no Sul) e a expansão de atividades não agrícolas surgem como um dos novos elementos desse “Novo rural”, classificados em Graziano (1997). Diante do processo de diminuição e/ou envelhecimento da população do campo brasileiro, é voltada a atenção para a capacitação e fixação do jovem no campo. Sendo assim, ressalta-se que o meio rural contemporâneo não deve ser enxergado apenas como um ambiente ligado ao atraso, mas também, sim, como um espaço que vem passando, nas últimas décadas, por um processo de transformação e incorporação de novas atividades e relações que exigem desses agricultores capacitação e racionalidade em gerenciar os ganhos nas unidades familiares. Com isso, as políticas de transferência de renda, podem ser classificadas como importantes, mas não são capazes de suprir a necessidades desses agricultores e, principalmente, dos jovens, os quais necessitam de uma estruturação capaz de dinamizar a produção e inseri-los, de forma competitiva, na dinâmica dos mercados e suas racionalidades.

Torna-se importante compreender as transformações ocorridas no rural brasileiro e verificar os fatores determinantes para esses fenômenos, antes inexistentes nos espaços rurais. Mas, em um país heterogêneo no que se refere aos aspectos culturais, sociais e econômicos, como é o caso do Brasil, cada contexto espacial poderá oferecer suas especificidades, não sendo possível estabelecer um novo padrão do rural, mas compreender as potencialidades e demandas de cada recorte analisado. Por isso, o espaço rural brasileiro é caracterizado por não se destinar apenas para a produção agrícola, mas também, a atender setores como o turismo, lazer, pesca esportiva e outros. Dessa maneira, as potencialidades desse “novo rural” além de dinamizar a economia, poderá trazer benefícios na área ambiental e social.

[...] podemos dizer que entre as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural brasileiro deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural. Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não agrícolas que vem se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras [...] (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.12).

Graziano da Silva; Del Grossi (2000) destacam a nova forma de organizar as atividades ocupacionais dos trabalhadores com domicílios agrícolas, como estratégia que acaba potencializando as rendas das pequenas propriedades agrícolas. Nessa perspectiva, o incremento de atividades não agrícolas pode ser associado à queda da renda oriunda das atividades agrícolas, por isso destaca-se que;

Podemos concluir dizendo, que os dados apresentados mostram uma forte redução do número e da renda dos agricultores que se denomina de agricultura familiar no âmbito do PRONAF, ou seja, das famílias agrícolas por conta própria e dos empregadores com até dois funcionários permanentes. E que muitas dessas famílias estão buscando nas atividades não agrícolas e na produção de subsistência uma nova alternativa de sobrevivência frente à queda de seus rendimentos vindos das atividades agropecuárias (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000, p.156).

Os desafios do rural brasileiro, principalmente no caso do Nordeste, vão além de problemas como a seca, à medida que a diversificação do trabalho caracteriza-se como uma alternativa das famílias rurais. Ressalta-se que as condições de reprodução das unidades

familiares, irão estar associadas as condições de vida de cada contexto social, no qual as famílias estarão inseridas. Sobre as transformações do rural:

O rural vem se reconfigurando devido as transformações socioespaciais que se despontaram nas últimas décadas, desmistificando a ideia que associava rural, como um modo de vida ultrapassado e o urbano como avançado. Essa análise toma-se como base, as modificações do cenário rural brasileiro, mediante a reestruturação das forças produtivas, bem como o advento da globalização, tendo esta como uma fase do modo de produção capitalista. Essas transformações na dinâmica socioespacial assumem grandes evidências, no período do meio técnico-científico–informacional, mais precisamente no Brasil a partir de 1970 (ROCHA; SANTOS, 2015, p.2).

Por isso, a industrialização fez surgir um novo ator no meio rural, que diversifica as atividades ocupacionais, as quais permitem classificá-lo como agricultor em tempo parcial, que busca cada vez mais está inserido no sistema produtivo, sem abdicar das atividades agrícolas em alguns dias da semana. Com isso, Graziano da Silva (1997) aponta que;

[...] Em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural. Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não agrícolas que vem se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo [...] (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.12).

É nessa direção, que o agricultor em tempo parcial se destaca como um sujeito marcante do “novo rural brasileiro”, o qual encontra-se caracterizado por fatores socioeconômicos e representa um dos principais elementos que caracterizam a “urbanização do meio rural”. Portanto, com base no pensamento de Lefebvre (2001), é possível afirmar-que é praticamente impossível que aconteça a separação entre o rural e o urbano para aqueles que buscam entender a totalidade das relações sociais e explicar as contradições da sociedade contemporânea.

Não há a menor dúvida de que a separação entre a cidade e o campo mutila e bloqueia a totalidade social; ela depende da divisão do trabalho material e social que encarna, que projeta sobre o território. Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto, compreendendo a as funções de administração e comando (LEFEBVRE, 2001, p. 50).

Para Schneider (2000), o processo de “urbanização do campo” é resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. Por isso que torna-se relevante entender as diferenças que ainda existem entre o rural e o urbano brasileiro, mas mesmo assim, é importante compreender que cada vez mais o rural/urbano encontram-se dependentes, e ao mesmo tempo, entender que o rural não é mais sinônimo de atraso e pobreza apenas. Desse modo, ressalta-se que o espaço rural contemporâneo não deve ser enxergado como um ambiente ligado ao atraso, mas sim, como um espaço que vem passando, nas últimas décadas, por um processo de transformação e incorporação de novas atividades que exigem desses agricultores capacitação e racionalidade em gerenciar os ganhos nas unidades familiares.

O processo de transformação do rural contemporâneo é algo complexo, que necessita ser compreendido de acordo com as características particulares de cada recorte espacial, breves exemplos são os casos apontados por Schneider (2006) e Fajardo (2008), onde é possível observar a presença de modos de vida particulares que caracterizam a Região Sul do Brasil. Mesmo assim verifica-se a importância exercida pela participação do Estado, para esse recorte analisado. Schneider (2006), ao analisar o caso de Veranópolis-RS, denominando esse processo de desenvolvimento rural como algo “endógeno”, demonstra a presença de outros setores como a indústria de vários segmentos e bancos estatais que fornecem a estes agricultores elementos importantes para a reprodução das unidades familiares. Em Fajardo (2008) no caso do estado do Paraná, onde, o alto grau de conhecimento técnico e organização dos agricultores fez se consolidar a formação de Complexos Agroindustriais, com isso, mesmo apresentando extremamente organizados e dinâmicos, os agricultores familiares inseridos nessas localidades não deixam de necessitar da participação do Estado, para a transformação do setor produtivo e inserção ou ampliação dos mercados.

Navarro (2010) por sua vez, reconhece a importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, no entanto, segundo o autor, por não considerar a imensa diversidade da agricultura familiar brasileira as políticas públicas acabam esbarrando, “em crescentes inconsistências, pois não são informadas pelas diferenças socioeconômicas, padrões de racionalidade e graus diferenciados de sociabilidade capitalista que são a marca principal do mundo rural brasileiro” (p. 207). Dessa maneira, Graziano (2010) destaca que, é preciso atentar-se para a existência do que ele denomina como as “agriculturas brasileiras”, pois, “Já não se pode mais falar de um único determinante, nem de uma única dinâmica geral, nem de um único setor agrícola – o qual é, hoje, uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada” (p.168).

Em áreas pobres, e principalmente no Nordeste, existe a necessidade de uma atenção especial nas discussões referentes à aplicabilidade de políticas públicas destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a disseminação das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, e para Graziano (1997) as transformações do “novo rural brasileiro”, não significaram o declínio da produção na unidade familiar, mas sim, a possibilidade da ampliação da renda, conseqüente da maior disponibilidade de tempo oriunda do implemento de novas tecnologias nas atividades agrícolas, que acaba exigindo cada vez menos membros da unidade familiar dedicando-se somente a atividade agrícola.

Wanderley (1997) aborda a questão referente a forma político-administrativa de se separar o rural do urbano no Brasil, onde atribui-se quase sempre ao meio rural, a associação ao atraso e a precariedade, fato evidenciado no caso do Brasil, pois não existe, segundo a autora, nenhuma sede de município localizada em uma área classificada como rural pelo IBGE. Mas o rural brasileiro vem se modificando nos últimos tempos, principalmente no que se refere ao pós-década de 1990, com a incrementação de novas atividades e reorganização do espaço. Em virtude dessas mudanças fica cada vez mais difícil de se diferenciar o que é o espaço urbano do rural, devido mudanças não apenas no meio rural mas na forma de se relacionar com o urbano. É importante ressaltar que, no momento de se avaliar e caracterizar o rural e a cidade, não pode-se considerar apenas a concentração da população, mas outros fatores como relações de prestações de serviços e econômicas, as quais estabelecem o grau de dependência entre uma área e outra, por isso Wanderley demonstra que;

É necessário, portanto, considerar não apenas a área mais ampla na qual está população rural está inserida, mas sobretudo, as relações que se estabelecem entre o meio rural e a cidade próxima, sede municipal, da qual ele é o entorno. Estas relações definem um espaço social, que é, sem dúvida, extremamente diversificado e é, precisamente, esta diversificação que interessa apreender e compreender. Trata-se, antes de mais nada, de uma diversidade que resulta da própria diferenciação das cidades, das estratégias dos habitantes do campo, de acesso aos bens e serviços municipais e da diferenciação dos espaços da vida cotidiana. Ela gera pelo menos três tipos de relações entre o rural e o urbano [...] (WANDERLEY, 1997, p.4).

Outro elemento evidente em Wanderley (1997), se refere a insuficiência da leitura do rural/urbano dentro do principal órgão censitário brasileiro e sua dificuldade em representar o que é rural e o que é urbano no Brasil, considerando um agricultor que resida na cidade como urbano, mesmo que todas as suas atividades laborais diárias sejam desempenhadas no meio rural. Sendo assim, independentemente do tipo de atividades desenvolvidas em uma

determinada região, para o IBGE, os aglomerados urbanos irão sempre desempenhar um papel de destaque em relação ao meio rural, pois todas as funções político-administrativas são atribuídas as áreas urbanas.

A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é frequentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades (WANDERLEY, 1997, p.3).

Por isso, entende-se as especificidades, e as transformações dos espaços rurais e urbanos consequentes da sociedade globalizada, sendo possível encontrar no Brasil atual, regiões agrícolas com poucas características do rural tradicional, assim como, existem regiões com denominação urbana que contem grande importância das atividades rurais, ou até mesmo economias baseadas na dinâmica rural. Nesta direção, Graziano (1997), ressalta que;

As políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas típicas de uma sociedade pós-industrial, como por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, etc (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.5).

Tanto Schneider (2006) como Graziano da Silva (1997) apontam a região Sul como a qual reúne o maior número de elementos que aproximam essa Região do país ao que foi evidenciado nos países desenvolvidos, principalmente da Europa, no que se refere as transformações do rural, associando principalmente ao alto grau de tecnificação e organização dos agricultores da região. No caso da Região Nordeste, Nascimento, C. (2005) e Cardoso (2013), destacam alguns elementos presentes nessa região do país como os baixos índices de escolaridade, além das elevadas desigualdades sociais e econômicas, fatores que diferenciam as necessidades do Nordeste frente as transformações destacadas neste ponto, por isso, entende-se que ainda é necessário buscar estratégias para melhorar as condições de vida das populações

rurais, e, é preciso levar em consideração as necessidades das novas ruralidades destacadas por Graziano (1997). Mendes (2014) entende que, [...] é importante resgatar e estimular a produção e comercialização, conseqüentemente, geração de renda para a agricultura familiar, caso contrário, os problemas sociais deixarão de ser rurais e aumentarão os urbanos [p.79].

Recorrendo a Schneider (2010) é possível afirmar que os desafios do rural brasileiro vão além da adoção de técnicas agrícolas e tendências financeiras, mas também, envolvem questões ambientais e sociais, assim como a superação de forças ideológicas e de relações de dependência social, que foram impostas ao longo das décadas, principalmente no Nordeste, as quais são obstáculos para o desenvolvimento rural brasileiro. Por isso, é possível encontrar novas relações e/ou medidas clientelistas. Conseqüentemente, mesmo encontrando algum grau de desenvolvimento tecnológico em determinadas áreas do país, ainda é possível encontrar o clientelismo camuflado no meio das relações sociais.

O rural brasileiro do século XXI, é marcado pela “heterogeneidade estrutural” associada as diferentes formas de aplicação do “modelo tecnológico dominante”, e que a sua aplicação dependerá dos biomas, regimes hídricos, tipos de solo, relevos e diversos outros aspectos naturais. Por isso, a expansão econômica no campo enfrenta não apenas contextos econômicos e patrimoniais, diversos, mas também, processos biológicos impossíveis de serem superados. Decorrente disso, pode-se afirmar que a expansão capitalista não será sempre desigual, apenas por questões econômicas, mas existirão outros fatores: social, culturais e naturais, que interferem na atividade e na vida de cada sociedade. Outro aspecto, refere-se a incapacidade estatal de corrigir as conseqüências das transformações no campo, sendo que o Estado não consegue antecipar as contradições das transformações, e, sim busca políticas públicas para combater as desigualdades. Nesses termos, para Navarro (2016);

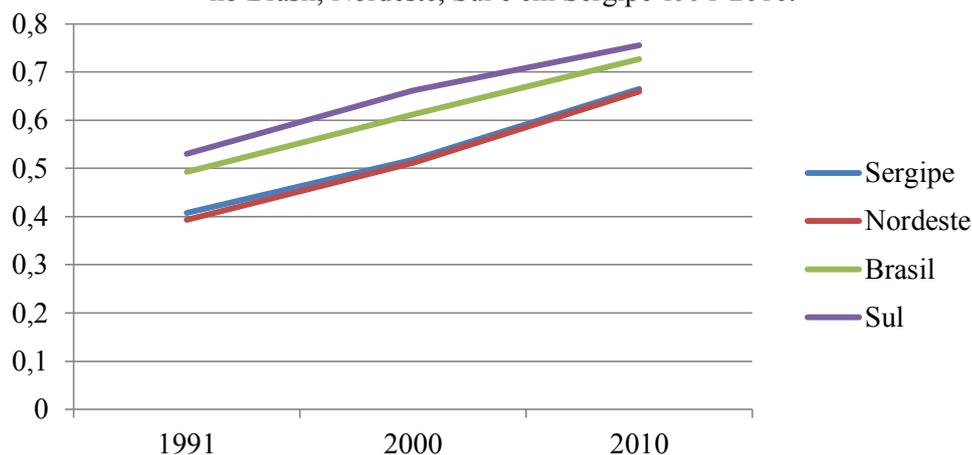
Esses são equívocos encontradiços na literatura que discute o desenvolvimento agrário, quase sempre incapaz de analisar corretamente os diversos ângulos do processo em sua totalidade, integrando-os em uma explicação consistente. Além disso, esse é um tema que alguns minimizam, pois seria “decorrência banal”, inclusive porque insistem que o desenvolvimento capitalista, em qualquer sociedade, sempre será “desigual”, e a heterogeneidade, portanto, seria uma conseqüência incontornável. É outro erro, pois alguns estudiosos parecem ignorar que a expansão econômica no campo enfrenta não apenas contextos, patrimônios e recursos heterogêneos (produzindo desenvolvimentos desiguais), mas também processos biológicos impossíveis de serem artificializados (como decorre no setor industrial, por exemplo). (NAVARRO, 2016. p. 43).

Vale ressaltar alguns elementos que compõem a agricultura familiar contemporânea, aonde um deles é a semelhança, e ao mesmo tempo, a diferença com, a micro ou grande empresa, e, segundo Abramovay (1990), “é sobre a base da unidade familiar que se processa a própria concentração do processo produtivo” (p.189). Com isso, diferentemente das unidades empresariais, a agricultura familiar tem como principal objetivo garantir a sustentação da família através da diversificação do trabalho e/ou das atividades produtivas, principalmente, em áreas pobres, e não a reprodução do trabalho assalariado. Contudo, cada vez mais é exigido do agricultor apresentar racionalidade econômica para tomar decisões dentro da unidade de produção familiar. No entanto, é relevante destacar, com base em Mendes (2014), que ao longo da história da humanidade os agricultores sempre buscaram melhores condições de trabalho, através do aprimoramento das técnicas, como também maior independência em relação às condições da natureza. Entende-se que os avanços obtidos ao longo dos tempos, propiciaram a esses agricultores inserirem novas atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, sem abandonar a produção de alimentos.

Conforme Abramovay (1990, p.188) afirma-se que a agricultura familiar contemporânea é caracterizada pelo dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a integração aos mercados, no entanto a partir de Sen (2010, p.42 e 43) é possível afirmar que a integração aos mercados, pode gerar melhorias nos estilos de vida e ao mesmo tempo exclusão e privações das liberdades de acordo com as oportunidades econômicas de cada contexto socioeconômico. Sendo assim, a partir de Mendes (2014) é possível afirmar que, no caso específico do Nordeste, o Estado é um importante agente que poderá romper com as privações das relações sociais, assim como integrar de forma racional os agricultores familiares à lógica dos mercados. Entretanto o tradicionalismo e o patrimonialismo podem ser destacados como os principais desafios, para a efetivação de políticas públicas nessa região do país.

Com base na leitura da figura 03 é possível fazer relação com o pensamento de Sen (2010), sendo que o índice de desenvolvimento humano aponta para a disparidade social e econômica presentes nas regiões do Brasil. Nessa perspectiva mesmo com os avanços verificados nas últimas décadas, pode-se afirmar que a agricultura familiar em Sergipe e no Nordeste acaba sendo privada da maioria das condições que caracterizam o desenvolvimento rural. Mas também, percebe-se que as últimas gerações de políticas públicas não foram capazes de equalizar os índices entre as regiões Nordeste e Sul do País. Outro agravante, poderá ser a decadência das políticas sociais após 2015, sendo importante aguardar o censo de 2020 para compreender até que ponto o declínio dos recursos para as ações de apoio as famílias mais pobres poderão afetar estes índices.

Figura 03 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Médio no Brasil, Nordeste, Sul e em Sergipe 1991-2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
Organização: João Ernandes, Setembro, 2017.

A tabela 01 destaca que mesmo representando a maioria dos estabelecimentos rurais, a agricultura familiar corresponde a menor parcela das terras nos recortes destacados, exceto Sergipe, onde a agricultura familiar corresponde a mais de 54% das terras sergipanas. O Censo agropecuário de 2006, revela que no Brasil (78,41%), no Nordeste (82,53%), e em Sergipe (92,54%), a maioria dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 (hectares) e (4,93%, 7,38% e 2,23%) respectivamente, representam os produtores sem área dentre o total de estabelecimentos pesquisados. No entanto, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a agricultura familiar é responsável por mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola, e, segundo o Portal Brasil/MDA, 70% do que foi consumido no Brasil em 2015.

Tabela 01- Estabelecimentos agropecuários dedicados à agricultura familiar e não familiar no Brasil, no Nordeste e em Sergipe – 2006.

	Agricultura familiar		Agricultura não Familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (há)	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (há)
Brasil	4.551.855	106.788.461	623.781	226.891.577
	77,89%	32,01%	12,11%	67,99%
Nordeste	2.274.114	35.429.809	179.946	40.644.602
	92,67%	46,57%	7,33%	53,43%
Sergipe	93.212	803.973	7.395	678.464
	92,65%	54,23%	7,35%	45,77%

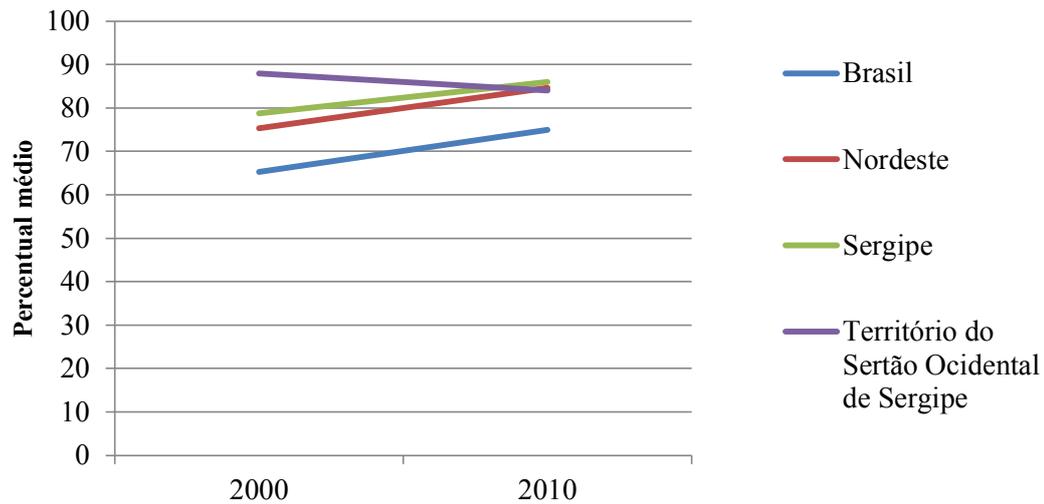
Fonte: Censo Agropecuário, 2006.
Organização: João Ernandes, Setembro, 2017.

Nesses termos, Abramovay (1990) analisa que devido à capacidade de integração e a importância produtiva “é praticamente infundada a associação da agricultura familiar à pequena produção” (p. 188), ou seja, essa relação acaba desconsiderando a importância da agricultura familiar e a sua capacidade de integração aos mercados. Sendo que, com base em dados que estão sendo apresentados ao longo deste trabalho, observa-se que a produção da agricultura familiar, corresponde a grande parte da parcela do que é consumido no Brasil, onde o agricultor dedica-se, cada vez menos, exclusivamente a produção agrícola e com maior produtividade nos estabelecimentos rurais. Dessa forma, mesmo diante da concentração fundiária, o que se tem é cada vez mais produtividade na agricultura familiar em menores parcelas de terra e de tempo, ou seja, a agricultura familiar, contemporânea, apresenta características bastante distintas de uma “pequena produção” pois corresponde por ser a principal fonte de alimentação das mesas brasileiras.

Abramovay (2003), destaca também a importância das políticas públicas estarem atentas para mais um elemento marcante presente na agricultura familiar brasileira contemporânea, que é o caso do “empreendedorismo de pequeno porte”, principalmente no caso do Nordeste. As políticas de assistência técnica e extensão rural podem ser consideradas como algo relevante para o fortalecimento da agricultura familiar, ao tempo que, como observa-se em Nascimento, C. (2005) e Mendes (2014), essas unidades familiares tendem a recorrer a diversificação dos rendimentos, em virtude das condições de pobreza que enfrentam. Por isso, estruturar e inserir esses agricultores de maneira competitiva na dinâmica econômica dos mercados pode ser considerado como uma importante estratégia para o fortalecimento socioeconômico das unidades familiares.

Na figura a seguir, verifica-se que há um crescimento do número de domicílios rurais no Nordeste, com rendimentos inferiores a três salários mínimos, e embora tenha ocorrido diminuição desse índice no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, percebe-se a necessidade de se repensar as políticas públicas para o meio rural, assim como, ações capazes de gerar renda para esses agricultores familiares. Ainda assim, o baixo nível de instrução presente nas unidades familiares, tem como consequência a concentração cada vez maior de domicílios envolvidos em atividades mal remuneradas, caso contrário os índices de renda podem apontar para uma maior concentração de renda nas próximas décadas, tanto no Brasil, quanto no Nordeste e em Sergipe, mas no caso do Território do Sertão Ocidental, evidencia-se a tendência contrária em relação ao demais recortes, mas com percentuais acima de 80% dos domicílios rurais com rendimentos inferiores a 3 salários mínimos.

Figura 04 – Percentual dos domicílios rurais com rendimento inferiores a 3 salários mínimos no Brasil, no Nordeste, em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe 2000-2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro, 2017.
Organização: João Ernandes, Setembro de 2017

A alternativa de recorrer a essas atividades que atribuem baixa remuneração, é apontada por Nascimento, C. (2005), como uma estratégia para os agricultores familiares tentarem permanecer no meio rural, sendo que, devido ao baixo índice de escolaridade desses agricultores como é apontado por Cardoso (2013), acaba tendo reflexo no tipo e rendimento das atividades remuneradas exercidas fora do domicílio familiar. Portanto, esses fatores servem como base para ressaltar o pensamento de Mendes (2014), pois, o autor chama a atenção, para o fato de tornarem-se importante a discussão e aplicação de políticas públicas capazes de promover o fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste, sendo que, caso isso não ocorra esses problemas tenderam a agravar, os problemas existentes nas áreas urbanas.

Para que ocorra a eficácia da aplicação das políticas de desenvolvimento rural, é preciso discutir as demandas de cada lugar, pois, o meio rural brasileiro contemporâneo apresenta-se cada vez mais diversificado e complexo, sendo possível, encontrar locais onde o modo de vida dos agricultores ainda é tradicional e rudimentar, mas sem deixar de atentar-se para as novas formas de ocupação e demandas do “Novo Rural” brasileiro. Tomando o estado de Sergipe como referência é possível observar que, ao mesmo tempo em que ainda existem agricultores que vivem em extrema condição de pobreza e dependem apenas das atividades agrícolas para conseguir o sustento das unidades familiares e das políticas de transferência de renda do Estado, evidencia-se que é possível registrar a presença de outro tipo de agricultor que busca não depender apenas das atividades agrícolas e que mesmo enfrentando barreiras como o baixo nível de conhecimento ou capacidade de agregar valor à sua produção, pode ser enquadrado em

outro perfil e que também produzem as novas ruralidades, mesmo apresentando algumas tendências tradicionais.

3.3 A ARTICULAÇÃO DA ATER COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

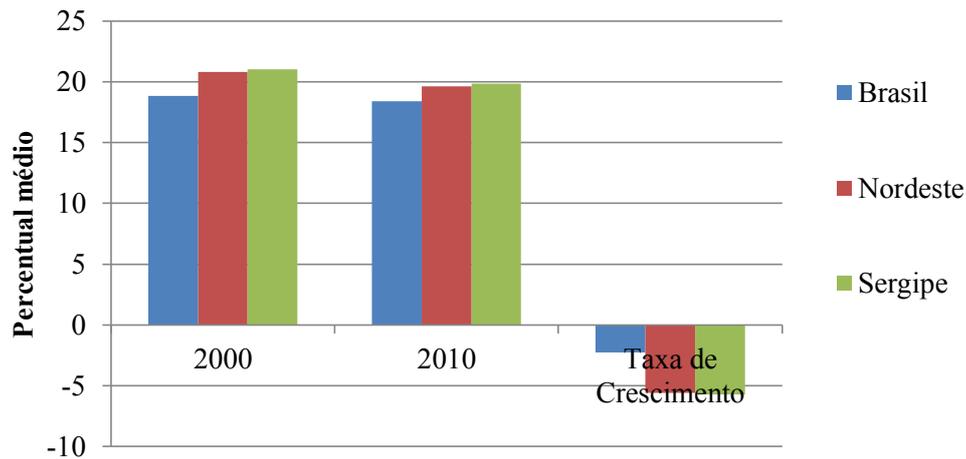
Atualmente é possível verificar que os baixos índices de escolaridade dos agricultores familiares acabam tendo reflexo nos salários recebidos nas atividades remuneradas e na capacidade de organizar os ganhos da unidade familiar, conseqüentemente esses agricultores tendem a enfrentar privações substanciais para a reprodução das unidades familiares, ou seja, além de barreiras econômicas como irracionalidade na lógica dos mercados, o analfabetismo e a pobreza rural, também atuam como fatores determinantes para a marginalização da população pobre no desenvolvimento rural. Com isso, destaca-se a importância do Estado, na preparação dos jovens agricultores frente aos novos desafios da agricultura familiar contemporânea, e essa fração da população irá ser responsável pela modificação socioeconômica de áreas pobres, diante do processo de envelhecimento da população rural e a escassez de oportunidades para a juventude rural.

Segundo Menezes et. all (2014), a população jovem no Brasil é de 53 milhões, e de cada seis jovens, apenas um permanece no campo, ou seja, somente 16% com idade entre 15 e 29. Os dados também confirmam que 2,3 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza, e que 25% são jovens rurais. Pode-se afirmar que, a maior dificuldade para a permanência de jovens no campo é a falta de profissionalização, renda e lazer. Além disso, os projetos que conduzam o acesso às políticas públicas voltadas a esses jovens são muito escassos. É sabido que em unidades familiares com condições econômicas mais favoráveis, mais próximas aos centros urbanos e com melhor infraestrutura, a migração de jovens tende a ser menor. Diante disso, a ATER pode atuar de maneira estratégica, estimulando a sucessão familiar e a disseminação do conhecimento no meio rural, apoiando a juventude e tornando o rural mais atrativo para essa parcela da população.

A figura 05 aponta para a evolução das populações rural jovem em Sergipe, no Nordeste e no Brasil, demonstrando que, a taxa de diminuição dessa parcela da população no Nordeste e no estado de Sergipe se consolidou no período analisado em torno de -6%, mais do que, o dobro da média nacional que é de aproximadamente -2%. A partir disso, ressalta-se como um dos elementos determinantes para esse fator, a saída do jovem das áreas rurais, por falta de elementos que fortaleçam o desenvolvimento e os objetivos dessa parcela da população. Esse

grupo quando privado de oportunidades acabam saindo das áreas rurais em busca de melhores condições de vida. É possível destacar a importância do Estado em formular políticas públicas voltadas para a fixação e/ou retorno desse jovem rural, com o investimento em áreas voltadas ao desenvolvimento do setor. Algumas das estratégias poderiam ser a criação de colégios agrícolas e cursos de capacitação para a população rural, a partir disso, essa população poderá se inserir cada vez mais no ciclo dos mercados e gerenciar as atividades agrícolas de forma profissionalizada. Caso contrário, os dados de 2020 poderão preocupar ainda mais e consequentemente, inviabilizar a sucessão familiar dos domicílios rurais.

Figura 05 – Evolução e taxa de crescimento comparativa da população rural jovem (idade de 15 – 24 anos) no Brasil, Nordeste e em Sergipe 2000 – 2010 (em %).



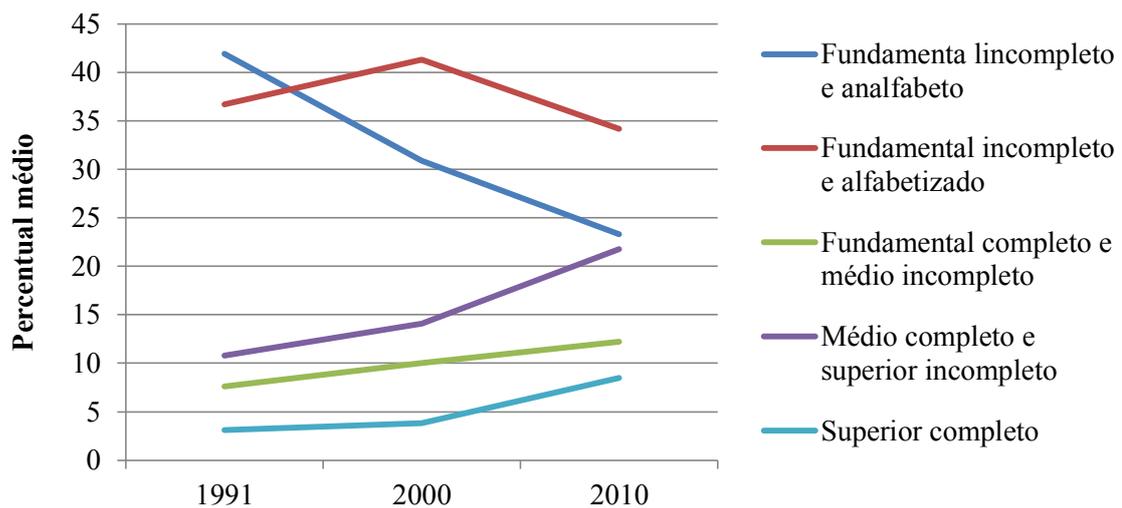
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Setembro de 2017.
Organização: João Ernandes, Setembro de 2017.

É possível destacar a importância da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nas unidades familiares, mas é importante ressaltar que as atividades não agrícolas tendem a se concentrar, cada vez mais, em setores que atribuem baixa remuneração a estes agricultores. Como exemplo de políticas públicas voltadas para os jovens agricultores, o Governo Federal disponibiliza uma linha de crédito específica, PRONAF JOVEM, e que, ainda, é pouco acessada por motivos de requisitos profissionalizantes e até mesmo, acesso a essa informação. Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) os jovens agricultores, para acessar a linha de crédito perante os agentes financeiros, devem ter concluído ou está cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ter participado de curso ou estágio de formação profissional e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os dados da figura 06 representam os baixos índices de escolaridades que podem ter como

uma de suas principais consequências às atividades de baixa remuneração das áreas em questão, o que acaba refletindo nos tipos de atividades não agrícolas realizadas por estes agricultores, e consequentemente, concentrando estas atividades em setores como ajudante de pedreiro, carroceiro e faxineira. No entanto, existe a tendência para a melhoria dos índices de escolaridade para a década de 2020, podendo gerar maiores possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico da população, pois grupos mais escolarizados tendem a ter maior participação nas discussões de interesse social.

Figura 06 – Evolução do percentual de escolaridade em Sergipe 1991-2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro, 2017.
Organização: João Ernandes, Setembro de 2017.

Faz-se necessário a elaboração de políticas públicas que consigam atender as demandas para os jovens agricultores, e possibilite a permanência dos mesmos no meio rural, ou até, retornem trazendo novas experiências para a dinamização econômica e social da unidade familiar. Dessa maneira, a participação dos agricultores familiares e principalmente da Juventude Rural, constitui-se como um dos elementos fundamentais para o direcionamento dos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar, torna-se importante discutir de forma profissional e racional a aplicabilidade dos investimentos e estratégias para assegurar as necessidades e os desejos dos jovens agricultores.

Grisa; Schneider (2014) destacam o PRONAF como a principal política agrícola para agricultura familiar do Brasil no século XX, onde estudos comprovam melhores resultados no tocante as regiões Sul e Sudeste do Brasil, devido ao poder de articulação com os mercados, cultura e as condições de vida dos agricultores, que pode ser considerado como determinado para o maior sucesso em relação as demais regiões e principalmente ao Nordeste. Grisa; Schneider (2014) também ressaltam a política de reforma agrária, com foco no final dos anos

1990 e início dos anos 2000, sendo que a política de criação de assentamentos de reforma agrária se fortaleceu de 1995-1997, atingindo o número de 92.984 mil famílias assentadas neste último ano e alcança o número máximo de 104.197 famílias assentadas em 2005. Após este período, os números decrescem novamente, haja vista o enfoque central parecer ter mudado para a qualificação dos assentamentos constituídos, melhorando as condições de infraestrutura e de produção, enquanto a criação de novos foi posta em um segundo plano, realizada fundamentalmente com a incorporação de terras públicas nas regiões Norte e Nordeste.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1995, assim como o MDA no ano de 1999, podem ser consideradas como as principais estratégias do Estado brasileiro para a inserção social do meio rural. Com isso a partir de Cardoso (2013) é possível afirmar que os anos 2000 inauguram um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, pautados na linha de crédito e na produção. No entanto, Resende & Mafra (2016) demonstram os avanços conseguidos a partir do Pronaf, assim como os desafios para a sua efetivação no Brasil, diante da diversidade e das características das diferentes tipologias de agricultores familiares e por também estar associado ao crescimento da renda, deixando em segundo plano o desenvolvimento social.

Nesse sentido, o aumento no limite da renda dos agricultores familiares se tornou, apesar de outras medidas, a principal mudança ocorrida no âmbito do Pronaf. Contudo, é preciso considerar que a identificação dos grupos pelas faixas de renda apresenta o risco da redistribuição ser tomada como garantia de reconhecimento desses agricultores, resultando numa concentração ainda maior dos recursos entre os agricultores familiares já consolidados, mais propensos a acessar a lógica do mercado. Logo, a ampliação dos limites de renda, por um lado, não significa que o acesso a política tem aumentado, principalmente quando se trata de agricultores familiares de menor poder aquisitivo e, por outro lado, não representa que essa política adota uma perspectiva voltada aos agricultores e, sim, ao produtivíssimo e ao desenvolvimento baseado no aumento da renda (RESENDE; MAFRA, 2016, p. 275).

Grisa; Schneider (2014) analisam três gerações de políticas públicas, sendo a primeira caracterizada, pelo foco na construção da identidade setorial agrícola e agrária destacando-se o Pronaf, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), ATER e os assentamentos de reforma agrária; a segunda geração tem como foco a formação do social e estratégias assistencialistas para o meio rural, a partir do Pronaf infraestrutura, garantias safra, Programa de Habitação Rural (PNHR) e bolsa familiar; enquanto que a terceira baseia-se na busca de mercados para a segurança alimentar a sustentabilidade

ambiental, tendo como referências o PAA, o PNAE, Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), agroindústrias, selos e certificados. Observa-se ainda o incremento de novos grupos sociais na construção do referencial para a discussão das estratégias de intervenção do Estado para o fortalecimento do setor agrícola e agrário, tais como, representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, estudiosos do mundo rural, representantes do mundo rural, e organizações da sociedade civil, com pautas referentes a cada contexto de políticas públicas.

Diante dessas transformações Grisa; Schneider (2014) afirmam que o contexto de transição democrática parece ter avançado. No entanto surgiram novos desafios referentes a relação institucionalizada com o Estado, referente a gestão das políticas públicas e a governança das organizações da sociedade civil.

Em um contexto em que o processo de transição democrática parece ter avançado, os atores da sociedade civil passaram a ocupar um espaço que, por um lado, lhes confere maior legitimidade e reconhecimento, mas, por outro, cria novos desafios relativos à relação mais institucionalizada com o Estado (cogestão das políticas públicas), e à governança, gestão e administração de suas organizações. Estas questões e as repercussões deste processo na sociedade civil organizada precisariam ser aprofundadas pelos estudos e pesquisas rurais, como também seria necessária uma maior reflexão sobre os seus desdobramentos na estrutura e na governança do próprio Estado. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 142).

A coletânea reunida em Buainain et al. (2014), dentre as diversas contribuições, também demonstra o papel que a inovação tecnológica desempenha/ou na consolidação do setor agrícola brasileiro, e, conseqüentemente tem influenciado o mercado produtivo e de trabalho agrário. Diante desse panorama é visível que o foco das políticas públicas para o meio rural atravessa uma fase de alteração nos seus objetivos, deixando em segundo plano o subsídio e o crédito, e passa a buscar o fortalecimento social e a estruturação técnica do setor produtivo. Mas a presença institucional na comercialização tem sido de suma importância para os agricultores não consolidados, e com base em Grisa; Schneider (2014) destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como ações capazes de alocar esse grupo de agricultores no sistema produtivo, sendo que, esses mecanismos garantem mercado para a agricultura familiar em setores de demanda contínua, sejam eles órgãos federais, dos estados ou dos municípios.

Para Favareto (2006) a nova visão de desenvolvimento rural corrobora para a interação dos agentes sociais em esferas políticas e econômicas, buscando harmonizar os atores do Estado e os representantes da sociedade civil. Nessa perspectiva, a inovação nos espaços formados por agricultores não consolidados, seria a participação social e a descentralização administrativa, dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial. Nesse contexto, Leite (2010) ressalta que o grande desafio da agenda de ações para o rural brasileiro, constitui-se em articular políticas públicas, agricultura familiar e os diversos segmentos sociais, criando estratégias de governança e gestão participativa.

[...] em vários territórios os fóruns ou colegiados não se fazem representativos de todos os segmentos sociais da agricultura familiar local, ou ainda, os colegiados, em lugar de representarem espaços propícios à participação ampliada, figuram muito mais como estruturas impostas por determinadas políticas públicas para que os atores locais acessem recursos federais. Dessa forma, esses espaços não raros acabam excluindo de sua dinâmica os segmentos menos articulados e mais carentes reproduzindo a mesma estrutura preexistente de políticas de poder local e privilegiando alguns segmentos em detrimento de outros (LEITE, 2010, p. 130).

Dentro das transformações e do cenário de inovação presente no novo rural brasileiro, a Assistência Técnica e Extensão rural, pode ser considerada como uma das principais ações que podem contemplar estratégias para a superação de desafios como a pobreza rural e a inserção produtiva, tendo em vista que, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) consiste em tentar melhorar a renda e as condições de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Sendo assim, a assistência técnica é um trabalho de orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando principalmente à resolução de problemas relacionados com a produção. Já a extensão rural é um serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Por isso, para Peixoto (2014), os serviços de ATER são de grande relevância, principalmente, para os agricultores mais pobres.

Em face das insuficiências orçamentárias e estruturais da maioria das entidades estaduais de Ater, que ainda devem persistir ao menos a curto e médio prazos, tais entidades deveriam restringir seus serviços aos agricultores

familiares mais pobres. Nesse contexto, como sempre existirão entraves políticos e financeiros à universalização dos serviços públicos gratuitos de Ater, ganha importância o debate sobre mecanismos de recuperação e partilha de custos, abordados pela literatura apresentada na segunda e terceira seções deste capítulo (PEIXOTO, 2014, P. 919 – 920).

Em Alves et al. (2016), percebe-se que um dos focos da ATER consiste em combater a mortalidade infantil, desenvolver a educação e a habitação rural investindo em energia e infraestrutura, assim como investir na saúde através das obras de saneamento básico, além de promover a segurança alimentar e o apoio a programas como PNAE e PAA. Dessa forma, essas ações têm como principal objetivo combater a pobreza rural. A ATER também busca fortalecer a cidadania através da documentação, assim como promover a inovação tecnológica através do crédito rural orientado e a reforma agrária a partir do crédito fundiário, e sobre as linhas de ação da ATER, Alves et al. (2016) destaca que;

Em termos gerais, as atividades de assistência técnica e extensão rural no Brasil são realizadas por dois grandes grupos de entidades, o das entidades públicas e o das privadas. À continuação, apresenta-se um quadro resumido da capacidade atual (linhas de ação e força de trabalho) do sistema brasileiro de ATER. Esse sistema é conformado por instituições pertencentes a esses dois grupos de entidades que assistem, de forma significativa, a um número substancial de estabelecimentos vinculados à pequena média e grande produção. Devido ao fato de o trabalho estar focado na inclusão de parte significativa da pequena produção no processo de modernização tecnológica, assim como em decorrência de limitações de informações, não se incluiu aqui uma discussão sobre as atividades de assistência técnica e extensão rural realizadas por empresas integradoras, vendedoras de insumos bem como de máquinas e equipamentos, embora estas tenham papel importante no Brasil de hoje (ALVES, et al. 2016, p.73).

Dentre os principais objetivos da ATER, destaca-se o combate à pobreza rural e a partir das suas ações, é importante ressaltar o papel da inovação tecnológica e a difusão do conhecimento para a inserção dos agricultores familiares, não-consolidados, no sistema produtivo. No Nordeste especificamente, a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas e a alta parcela da população com baixo nível de instrução, acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, como também, a permanência do jovem que se depara em um cenário de poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidades.

Para Alves et al. (2016) a ATER poderá auxiliar os produtores a escolherem o melhor sistema de produção em termos de rentabilidade econômica, e também, a troca de informações

e o fornecimento das atividades inovadoras para a melhoria das atividades rurais. Conseqüentemente é importante que ocorra a dinamização social dos agricultores mais pobres, os quais não tem condições de buscarem serviços privados de ATER e por isso, cabe ao Estado amparar e assegurar a inserção desses agricultores não capitalizados, aliando a ATER com outras políticas públicas, que busquem inserção econômica e social, além do fortalecimento da juventude rural. Garcia (2014), ressalta a importância de manter a população em pequenos municípios e fortalecer o emprego no campo e também moradia no meio rural, articulando essas estratégias com melhorias nas condições vida tanto urbanas como rurais, estradas vicinais, educação, saúde, eletricidade rural, televisão, telefonia e segurança pública. Portanto se não houver melhorias, os jovens irão optar pelas cidades e não substituirão seus pais quando se aposentarem e se afastarem das atividades as quais construíram suas vidas.

Pode-se afirmar que os serviços de assistência técnica e extensão rural passam a figurar no mundo rural, a partir dos países centrais (Europa e Estado Unidos), sendo caracterizada pela troca de informação entre produtores rurais e os serviços técnicos (públicos ou privados), com o objetivo de difundir as tecnologias e criar estratégias de mudanças econômicas. O processo de transferência de troca de informações entre produtores rurais caracterizou tradicionalmente pelo fornecimento de conhecimentos cooperativos, através das famílias e/ou grupos sociais produtores. Sobre a disseminação da ATER pelo mundo, Peixoto (2014), ressalta que;

Assim, por gerações, a difusão de tecnologias foi uma importante fonte de mudança econômica. Conforme Rivera e Cary (1997), embora a extensão rural “moderna” tenha surgido já no século 19 nas universidades inglesas, a maioria dos países iniciou tais serviços nos anos 1950 e/ou 1960. O sistema cooperativo, implantado nos Estados Unidos desde fins do século 19 pelas Land Grant Colleges, não pôde ser reproduzido nos países em desenvolvimento, porque, ainda nos anos 1950, suas universidades rurais eram frágeis ou inexistentes. Por essa razão, muitos serviços de extensão rural começaram suas atividades atrelados aos ministérios da agricultura, mas pouco coordenados com a pesquisa agrícola [...] (PEIXOTO, 2014, p. 894 895).

Ao longo da sua efetivação a ATER afastou-se do “modelo linear” de transferência de tecnologia e da abordagem “de cima para baixo”, caracterizados pelo fluxo de informações direcionados aos produtores rurais gerados e determinados pelos técnicos e pesquisadores. Com isso, buscou-se métodos da extensão que enfatizavam fluxos de informação de baixo para cima, por princípios de educação de adultos e por participação das partes interessadas. O trabalho crescente da extensão rural com as organizações dos produtores rurais e com o uso de métodos

grupais foi outra mudança importante associada a esse novo momento. A partir de então, os produtores rurais deveriam ter mais controle sobre a informação de que efetivamente precisam e/ou desejam e também sobre como a informação lhes é fornecida. E segundo Peixoto (2014), foi na década de 1980, que ganharam ênfase as abordagens participativas e a preocupação com a produtividade das mulheres, assim como a preservação dos ecossistemas, junto com estratégias de recuperação de custos e de privatização.

Alves et al. (2016) afirma que foi com o objetivo de barrar o comunismo no campo, que após a Segunda Guerra Mundial que a influência dos Estados Unidos e dos europeus, passou a focalizar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, concentrando recursos na agricultura familiar. Então, em 1948 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a qual tinha como principal objetivo desenvolver um programa de crédito educativo, destinado a pequena agricultura e as famílias de agricultores. A Acar contou, segundo Alves et. Al. (2016), com o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), e Alemanha, França e Japão em Projetos específicos. Com isso, pode-se entender o modelo Acar como o primeiro passo para a disseminação da ATER no território brasileiro, e Alves et. al. (2016), resume os caminhos da assistência técnica e extensão rural no Brasil, citando os ajustes que ocorreram desde meados do século XX e o arranjo construído para a sua expansão.

O modelo Acar expandiu-se por vários estados e pelo Nordeste, incorporando a extensão rural. Em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), para captar recursos – principalmente do governo federal -, zelar pelos princípios e coordenar em nível nacional as Acares. Em 1974, a Abcar desapareceu e, no seu lugar, foi estabelecida a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que foi extinta pelo governo do então presidente Fernando Collor de Mello. As acares foram transformadas em empresas de assistência técnica e extensão rural (Emateres) pelos estados e assim permaneceram. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), criada em maio de 2014, assumiu algumas funções da Embrater. A Abcar fez sumir o fomento, e a visão americana da extensão rural monopolizou a assistência técnica brasileira. É claro que essa visão foi ajustada, tanto filosófica como operacionalmente, à situação brasileira (ALVES et. al. 2016, p.68).

Sobre o papel das Agências de ATER, Alves & Souza (2014) ressaltam que confundir a difusão da tecnologia com a extensão rural é erro de diagnóstico lamentável, o qual determinará o fracasso das Agências nos seus propósitos. As condições desfavoráveis do entorno do estabelecimento, em relação à pequena produção, inviabilizarão a adoção da

tecnologia, sendo essa que irá fazer a produção crescer por hectare, fato que pode ser considerado como fundamental para quem tem pouca terra e para o sucesso da Agência. Nos municípios, caracterizados por déficits socioeconômicos, a extensão rural deve estar preparada para ajudar as comunidades e prefeituras na busca por estratégias e soluções desses problemas que as envolvem.

Evidentemente, a Agência não será uma agência de desenvolvimento rural. Seu objetivo principal é fazer a tecnologia chegar aos excluídos da modernização. Para isso, terá que diagnosticar corretamente os fatores que impedem milhões de produtores de incluírem a tecnologia como opção de fazer agricultura. Além do mais, sem fazer cada hectare gerar mais valor, o problema de pobreza não encontrará solução na agricultura (ALVES; SOUZA, 2014, p. 940).

Durante o período de transformação das áreas rurais, o papel do Estado também sofreu transformações, e atualmente, Buainain et.al (2014) considera que, esgotou-se um conjunto de “primeiras tarefas” de transformações rurais induzidas pelo Estado, combinando crédito rural, pesquisa agrícola e serviços de ATER estatais. Nessa fase diversos agentes privados passaram a se dedicar a produção de pesquisa e a difundir inovações, além de disputar o bolo da riqueza. Nesse contexto, o Estado foi “saindo a francesa”, o que foi comprovado pelos gastos públicos na agricultura. Assim para Buainain et. al (2014) a nova fase de desenvolvimento rural tem nos agentes de ATER privados como os principais atores do desenvolvimento. As “sete teses sobre o mundo rural” sustentam que “o papel do Estado mudou (ou deveria mudar), seja porque sua ação já não é tão necessária, seja porque os desafios atuais são muito mais complexos e transcendem as possibilidades do Estado. Ainda além: muitas soluções não serão mais estatais e dependerão da mobilização de agentes privados”. (BUAINAIN et. al, 2014, p. 1175).

Mas, diante do que foi citado acima, como ficam os agricultores descapitalizados dentro desse contexto citado por Buainain et. al (2014)? Ao tempo que é possível levantar duas hipóteses: a primeira refere-se a falta de recursos para recorrer a uma assistência técnica privada; e a segunda, consiste nas prioridades do estabelecimento pobres, sendo que a possível ausência da ATER pública, influenciará na adoção de novas estratégias dentro dos estabelecimentos marginalizados, sendo que, embora tenham desejo de “inovar”, as incertezas das atividades rurais não permitem, para esses atores, buscarem caminhos sem o auxílio do Estado.

A “fuga do Estado” pressionada, principalmente pelas elites agrárias e influentes nas políticas para o rural, têm caracterizado para Buainain et. al (2014) um desenvolvimento rural

“biforme”, pois o avanço econômico e tecnológico da agricultura exportadora têm concentrado a produção cada vez mais nas últimas décadas, e de outro lado, o aprofundamento das desigualdades sociais, acabou promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais, ou seja, exige-se cada vez mais do agricultor familiar contemporâneo, por isso Buainain et.al (2014) cita que, “em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização.” (BUAINAIN et. al, 2014, p. 1172).

Portanto, mesmo diante da “fuga do Estado” citada por Buainain et. al (2014), é reconhecido que o Estado deveria desempenhar papel coordenador e indutor de processos consistentes com os objetivos do desenvolvimento rural. Com isso, os agricultores capitalizados não dependem (tanto) do Estado no tocante ao financiamento, mas também buscam por insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco, sendo que podem recorrer as agências privadas para tal. No entanto, a ATER fornecida pelo Estado, pode ser considerada como uma inovação para os agricultores não consolidados e precisa ser articulada com outras políticas públicas para que ocorram melhorias nas condições de vida dos agricultores não consolidados, caso contrário, a adoção de tecnologia e o fornecimento de crédito, poderá criar um novo problema para as familiar rurais pobres, tendo em vista a necessidade de que seja buscado gerir os recursos dentro da unidade familiar, e, também, melhorar os índices sociais.

04 – ESTRUTURAS SOCIOMATERIAIS E
DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DA ATER
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Nesta seção busca-se discutir os desafios e perspectivas para a efetivação da ATER como uma estratégia de desenvolvimento para o Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Leva-se em consideração o aporte teórico e os dados primários e secundários coletados para a fundamentação do debate proposto. Espera-se discutir questões referentes a inserção produtiva, análises socioeconômicas, relacionando-as com os dados referentes ao grupo que recebe ou não ATER no território em questão. A partir disso, discute-se perspectivas de desenvolvimento que podem ser apoiadas na ATER e articuladas com outras ações.

Com base no Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – (PTDRS) Apud Ramos Filho (2017) , as entidades de apoio a ATER em Sergipe são: Cáritas Diocese de Aracaju, Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – (MST), Comunidade Quilombola de Frei Paulo/SE, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado de Sergipe – (FETASE), Departamento Agropecuário de Sergipe – (DEAGRO), EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe – (UFS), Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural – (SASAC) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – (CEDRS) e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe – (PRONESE).

Dentre os principais objetivos contidos no plano de desenvolvimento territorial, ressalta-se o foco na melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares, criando ações com condição de geração de emprego e renda da população no seu desenvolvimento social, cultural, educacional, rural, respeitando os recursos naturais, culturais, sociais, de segurança, políticos e principalmente o ambiente em que vivem os agricultores, tornando esses ambientes duradouros.

A ATER pode ser considerada uma estratégia importante para melhoria da renda e as condições de vida dos agricultores familiares, principalmente do grupo classificado por Abramovay (2003), como agricultor pobre, o qual acaba encontrando maiores dificuldades para se reproduzir e inovar, frente à limitação de investimento, sendo esse grupo de agricultores é o predominante na região Nordeste do Brasil.

O Território Sertão Ocidental de Sergipe é composto por 19 municípios, possui área total de 6.683,80 Km² segundo o IBGE, tendo população total de 455.467 hab.(2010), e a população rural correspondia em 2010 a 193.070 (42,39%). Possui, conforme o censo agropecuário de 2017, 38.320 estabelecimentos agropecuários. O território corresponde a

41,06% do total de estabelecimentos agropecuários de Sergipe (o estado possui 93.333 estabelecimentos agropecuários).

Com base na tabela 02 percebe-se que dentre os estabelecimentos do território do Sertão Ocidental de Sergipe em que se aplica a metodologia de receber ou não orientação técnica (38.317 estabelecimentos agropecuários), em apenas 7,47% do total de estabelecimentos recebem orientação técnica no manejo da lavoura. No caso do estado de Sergipe, os percentuais também são preocupantes, pois somente 8,89% do total de estabelecimentos recebem orientação técnica (sendo que a metodologia se aplica a 93.214 estabelecimentos agropecuários). Percebe-se a necessidade de disseminar a ATER no estado de Sergipe, e o investimento em empresas públicas de ATER (no caso de Sergipe a EMDAGRO) e parcerias com empresas privadas, podem representar relevantes estratégias de apoio e ampliação dos serviços.

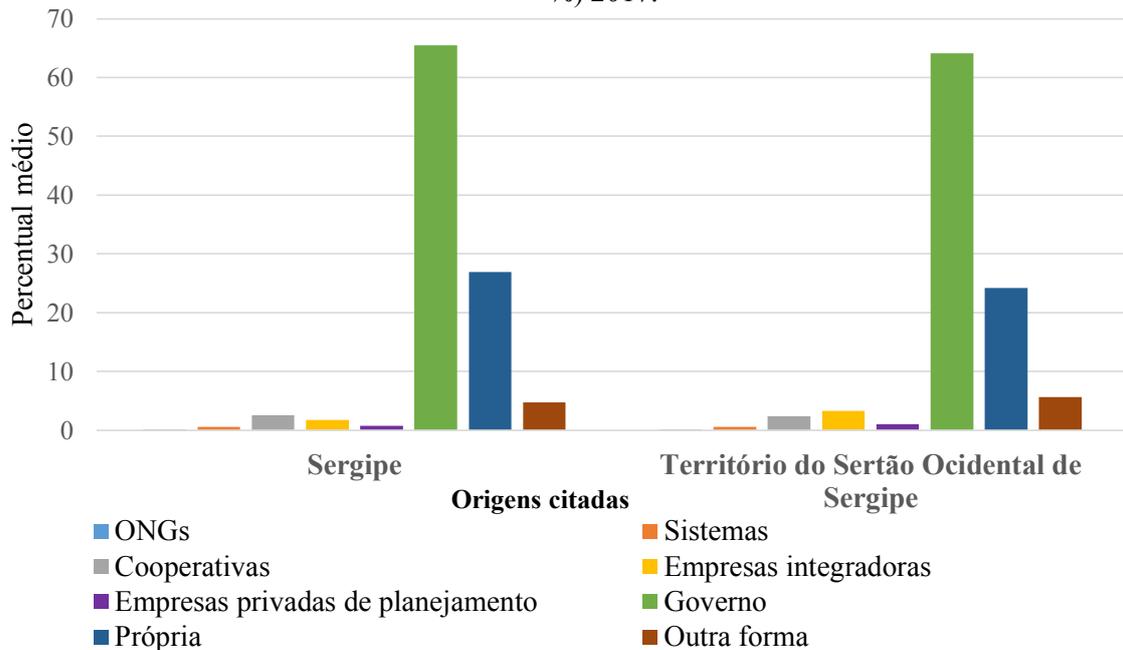
Tabela 02 – Número de estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (unidades), 2017.

Recorte espacial	Recebe assistência técnica	Não recebe assistência técnica
Sergipe	8.301	84.913
	8,89%	90,98%
Território do Sertão Ocidental	2.861	35.456
	7,47%	92,52%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A figura 07 reflete os dados referentes às origens da assistência técnica citadas nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, na qual é possível verificar que embora seja necessário o aprimoramento, a ATER pública está presente em mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do território em questão. Percebe-se o potencial para expansão dos serviços de ATER tanto privados quanto públicos, no entanto se faz necessária a ampliação do quadro de técnicos da EMDAGRO para maior efetivação dos serviços de ATER pública. Outra questão refere-se a importância do fortalecimento do cooperativismo, conseqüentemente, será possível ampliar o acesso aos serviços via cooperativas, haja vista que os dados representados ainda são tímidos em relação a essa metodologia.

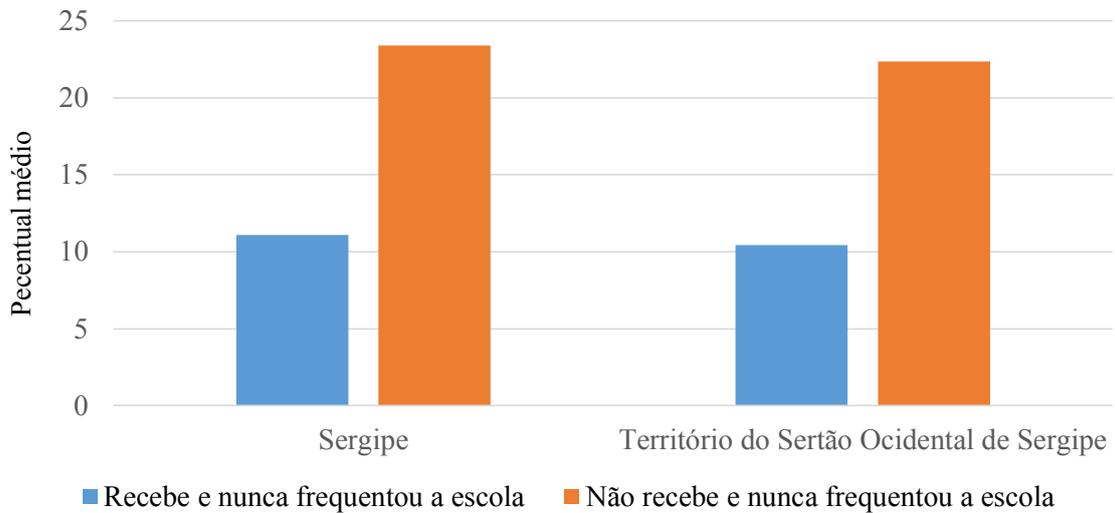
Figura 07 - Origem da assistência técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão ocidental de Sergipe (em %) 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A figura 08 apresenta a relação entre o acesso a assistência técnica e escolarização do produtor nos estabelecimentos agropecuários de Sergipe e do Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Conforme a figura a seguir é possível afirmar que existe tendência para o fato de que os agricultores que não acessam a ATER nunca terem frequentado escola, ou seja, os agricultores com mais anos de estudos tendem a buscarem aprimorar a produção de alimentos, conseqüentemente, recorrem aos serviços de assistência técnica, tanto em Sergipe, quanto no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, cabe ressaltar a relevância da ampliação das estratégias de desenvolvimento que visem os públicos mais desfavorecidos, sendo a escolarização dos agricultores um caminho fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas no Nordeste.

Figura 08 - Relação entre acesso a assistência técnica e escolarização do produtor em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %) 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Por meio da sistematização dos dados coletados em campo, verifica-se, a existência de agências de ATER privadas no território, como é o caso da RDS Agro (sigla refere-se as iniciais dos nomes de cada proprietário da empresa), que atende cerca de 90 agricultores, sendo que a mesma busca prestar serviços tanto a agricultores familiares, quanto médios empresários rurais do setor agrícola, cobrando em média 2% do valor do projeto. Embora a empresa de ATER privada referida busque apoiar a comercialização e a inserção de tecnologias no campo, fornecendo serviços ligados a consultoria, assessoria, elaboração de projetos avaliação da propriedade e georreferenciamento. É possível afirmar que os agricultores familiares que buscam as agências privadas podem ser considerados como mais “consolidados” em relação aos dependentes dos serviços públicos. Vale ressaltar que, a empresa de ATER privada busca trabalhar em parceria com as secretarias de agriculturas do território e as instituições financeiras oficiais e a EMDAGRO (principal responsável pela ATER pública no Território do Sertão Ocidental). No entanto, segundo a empresa, o principal desafio para o desenvolvimento da ATER é a falta de informação correta referente ao estabelecimento rural, pois os agricultores omitem muitas informações sobre as questões econômicas, mesmo assim, verifica-se o crescimento da produtividade das unidades familiares produtivas com a inserção racional de algumas tecnologias, assim como, o georreferenciamento auxilia no mapeamento das unidades familiares.

O quadro 01 traz uma síntese das informações referentes como os agricultores classificam a ATER prestada pela EMDAGRO e a relação com esses técnicos. Embora 100%

dos agricultores entrevistados classifiquem a relação com os técnicos “boa”, existe uma pequena parcela que comenta sobre a existência de dificuldade no diálogo e assimilação das orientações, assim como, determinado grupo de agricultores afirma ter desejo em receber orientação, principalmente para a produção do maracujá, mas por algum motivo não explícito, ainda não se inseriram no grupo de recebedores de ATER. Por fim, verifica-se que 53,9% dos agricultores que recebem ATER pública, iniciaram a relação entre 10 e 20 anos atrás, pode-se assim, relacionar a importância do desenvolvimento da política nacional de ATER, a qual entrou em decadência na última década.

Quadro 01 - Caracterização do serviço de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

Serviços/empresa citada	EMDAGRO		
Quando começou o serviço	Entre 1 e 10 anos	Mais de 10 e menos de 20 anos	Mais de 20 anos
	15,4%	53,9%	30,7%

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Observa-se que a principal agência citada pelos recebedores de ATER é a EMDAGRO, sendo que 100% dos agricultores entrevistados e recebedores de ATER são atendidos pela empresa. Em entrevista realizada com um dos diretores da EMDAGRO no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, verifica-se que o órgão tem como foco atender aos agricultores familiares, busca o desenvolvimento rural e busca atender todas as atividades agrícolas. No entanto, existe dificuldade em atender a maioria dos agricultores familiares, pois o quadro de técnicos encontra-se insuficiente para atender a demanda nas unidades familiares.

Um exemplo da dificuldade em atender os agricultores familiares é o fato de cada técnico atender em média 200 agricultores familiares (segundo um dos chefes da EMDAGRO). A tabela a seguir reflete um pouco da importância da ATER pública para os agricultores no que se refere a orientação ao crédito e a regularização das unidades produtivas, sendo que 73,7% dos estabelecimentos visitados possuem DAP e buscam ou buscaram algum tipo de financiamento. Por isso, mesmo diante da dificuldade em atender um maior público, a ATER pública desempenha um papel fundamental na orientação da produção e da busca por mercados e o acesso racional e simplificado ao crédito.

Tabela 03 – Agricultores entrevistados que recebem ou não ATER e a relação com a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o acesso ao crédito no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

Recebe a ATER		NÃO recebe ATER	
25%		75%	
Possui a DAP		Possui a DAP	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	24,4%	75,6%
Buscou/busca financiamento		Buscou/busca financiamento	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	40%	60%

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

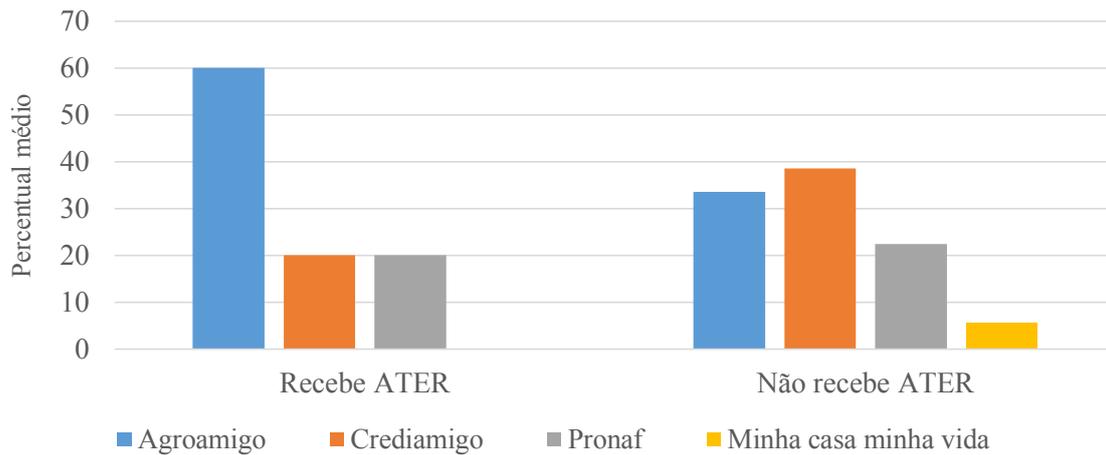
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

A figura a seguir destaca a relação existente entre os agricultores recebedores de ATER e o tipo de crédito acessado, dentre o universo de agricultores que recebem ATER. Evidenciou-se a presença da metodologia do Agroamigo em 60% dos estabelecimentos, em todos os casos, o crédito acessado foi investido na produção da unidade produtiva, principalmente na irrigação. Desses agricultores familiares 83% afirmam que esse crédito trouxe algum tipo de benefício para a família, e ainda, 67% dos agricultores, buscaram novamente o financiamento. Por sua vez, o Crediamigo¹ é uma linha de crédito acessada por cerca de 20% dos agricultores que recebem ATER, e 100% afirmam que também investiu na produção agrícola e na pecuária. No entanto, cerca de 50% afirmam que esse crédito trouxe algum benefício para a família, e em todos os casos, os agricultores ainda estão cumprindo as obrigações, mas afirmam que estão com as responsabilidades financeiras dentro do acordado.

O Pronaf é uma linha de crédito acessada por 20% dos agricultores recebedores de ATER, e esses agricultores confirmam que investiram o crédito retirado na produção de alimentos e/ou na compra de animais, os mesmos reconhecem benefícios para a sua família oriundos do acesso ao crédito, e 50% também afirmam que recorreram ao financiamento mais de uma vez.

¹Linha de crédito orientado do Banco do Nordeste do Brasil destinada a empreendedores em grupo solidário.

Figura 09 - Relação entre unidades familiares que recebem ou não ATER e a linha de crédito acessada no Território do Sertão Ocidental de Sergipe em (%), 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

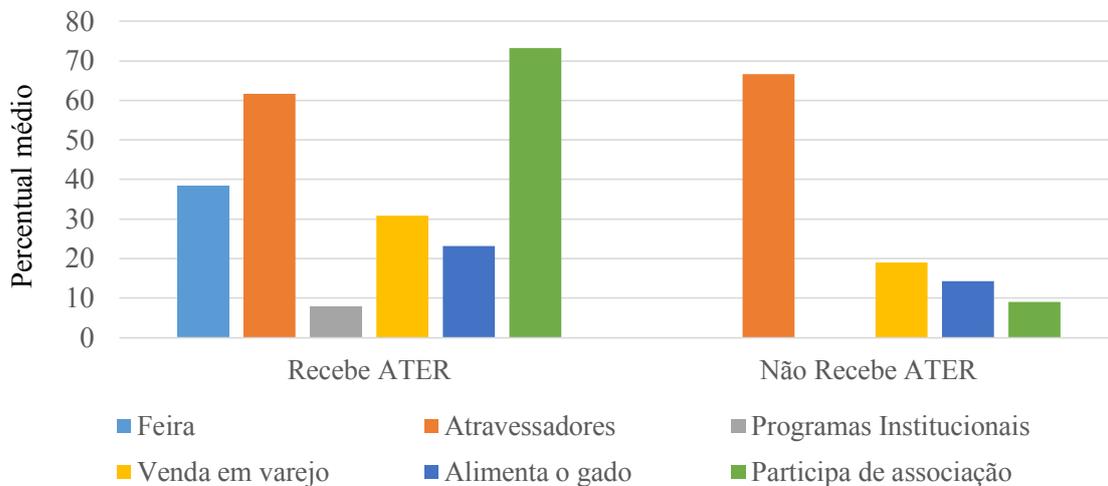
É relevante ressaltar o comportamento dos agricultores que não recebem ATER, visto que, 33,5% dos agricultores buscaram algum tipo de financiamento, recorreram ao Agroamigo e 100% deste universo, afirmou que investiu na produção de alimentos. Destes, 83% afirmam que o financiamento trouxe algum tipo de benefício para os membros da família. No entanto, apenas 16,7% recorreram ao financiamento mais de uma vez. No que se refere ao Crediamigo acessado pelos agricultores que não recebem ATER, é uma linha de crédito buscada por 38,5% dos estabelecimentos e somente 16,7% investiram na produção de alimentos, sendo que essas famílias desenvolvem outros tipos de atividades empreendedoras e não agrícolas, e recorrem ao financiamento para a compra de mercadorias. Nesse grupo, 57,1% afirmam que o financiamento trouxe benefícios para a família, e 14,3%, recorreu ao crédito mais de uma vez. Por fim é destaca-se que o Crediamigo tende a ser acessado por grupos que não recebem ATER, haja vista que estes agricultores tendem a buscar outras atividades sejam formais ou informais para sobreviver, e essa linha de crédito tem atendido pequenos empreendedores rurais dependentes de atividades não agrícolas.

O Pronaf é acessado por 22,4% das famílias que não recebem ATER, e todo esse grupo investiu o valor conseguido com o programa, na produção de alimentos, e os mesmos reconhecem algum tipo de benefício gerado para a sua família, 25% recorreram a esse crédito mais de uma vez. Por fim, existe uma parcela de 5,6% dos agricultores que acessaram o Minha Casa Minha Vida, e estes afirmam que o acesso ao programa agregou benefícios para a família. Portanto, percebe-se maior tendência dos agricultores familiares que recebem ATER em buscar algum tipo de financiamento, assim como, os mesmos tendem a buscar o financiamento mais

de uma vez, sendo esse grupo o mais interessado em manter as prestações em dia para manter a possibilidade de um novo crédito. Verifica-se a importância que a orientação no tipo e destino do crédito acessado poderá desempenhar para o desenvolvimento da unidade familiar, podendo evitar a inadimplência dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental.

A figura 10 relaciona a importância da ATER com a participação em associações e o destino da produção nos estabelecimentos analisados, é possível observar a tendência existente entre a ATER e o associativismo. Entre os agricultores entrevistados 73% dos que recebem ATER fazem parte de alguma associação, enquanto que, apenas 9% dos agricultores que não recebem ATER, fazem parte de associação.

Figura 10 - Percentual de participação em associações e principais destinos da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Outro fator relevante observado, diz respeito a comercialização dos produtos agrícolas, pois, mesmo a figura do atravessador se destacando em ambos os casos, é possível afirmar que os agricultores que recebem ATER têm mais opções de inserção dos seus produtos nos mercados, conseqüentemente, dependem menos dos preços dos atravessadores. Os agricultores assistidos pela ATER conseguem comercializar seus produtos na feira (30%) e em programas institucionais, como o PAA e o PNAE (8,5%). Enquanto que os agricultores não assistidos pela ATER não se apresentaram como participantes de programas institucionais e mais dependentes dos compradores intermediários.

Ainda sobre o caso dos intermediários, os agricultores familiares afirmaram que esses atores do processo compram a produção, na maioria dos casos, antes da colheita, e no caso da

mandioca, agregam valor e vendem para fora do estado (para a Bahia principalmente). Na figura 11, organizada em mosaico, percebe-se a importância da inserção tecnológica para os agricultores familiares mais dinâmicos (imagem 03), os quais compram a produção dos agricultores descapitalizados, estes não possuem maquinário para a transformação da produção. Na imagem 02 da figura 11, observa-se que embora faça uso da irrigação, fato relevante para a manutenção da produção, os agricultores que não buscam novas estratégias de produção e comercialização enfrentam maiores dificuldades para inserir seus produtos nos mercados. Este fato é observado a partir do caso da mandioca (principal produto citado pelos agricultores), pois, é comercializada no valor de R\$ 450,00 (t) em média, enquanto que os agricultores que possuem tecnologias comercializam a farinha da mandioca por R\$ 550,00 (t) em média.

Figura 11 - Contradições entre a inserção de tecnologias e as condições de vida no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Também observa-se que embora ainda esteja distante do ideal, verifica-se melhoria na qualidade da moradia dos agricultores familiares, pois a casa de taipa (imagem 01) foi substituída pela casa de alvenaria. No entanto, na imagem 05 da figura 10, percebe-se os agricultores fazendo uso de agrotóxico sem a preocupação com roupas adequadas e próximo a um reservatório de água, consequentemente, a ATER se faz importante para a orientação dessa atividade prejudicial tanto ao meio ambiente quanto a vida humana, pois mesmo inserindo algumas tecnologias (timidamente) os agricultores não dispõem de conhecimento e/ou capacidade econômica para o melhoramento da produção e comercialização de seus produtos.

A tabela 04 destaca os principais produtos agrícolas comercializados pelas unidades familiares rurais analisadas. A partir daí, é possível observar que as unidades familiares que recebem ATER, embora, concentrem sua produção na batata-doce e na mandioca, apresentam maior diversificação da produção, quando são comparados com as unidades familiares que não recebem ATER, assim como, mantêm um maior volume de produção. Conseqüentemente, contratam mais pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas, e também, destacam-se a produção da pimenta e da mandioca, como fontes de renda para essas famílias, as quais conseguem agregar valor à sua produção, através da inserção de tecnologia, ainda que esteja distante do ideal.

A tabela 04 quando relacionada com o que foi visualizado em campo, permite fazer uma análise sobre a dificuldade tanto dos agricultores que recebem, como dos que não recebem ATER, no tocante a capacidade de agregar valor e dominar outras tecnologias. Pois na perspectiva de Ploeg (2016) seria interessante buscar estratégias para a formação de “mercados aninhados”, os quais possuem potencial para desenvolverem-se de maneira alternativa em relação aos mercados gerais. Mas o que se percebe, é que os agricultores aderem a uma determinada produção, para atender demandas dos mercados gerais, aliado a isso, os agricultores não desenvolvem estruturas sociomateriais para tirar seus alimentos da invisibilidade e buscarem consumidores que escolhem alimentos diferenciados.

É nessa lacuna estrutural que a ATER pública deveria atuar dentro do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, buscando fornecer aos agricultores adeptos a produções alternativas, caminhos para atender uma demanda existente e com potencial de ampliação. A ATER também poderia atuar, juntamente com políticas públicas de cunho social e econômico, no fornecimento da estrutura sociomaterial capaz de emancipar os agricultores familiares do território, em relação aos mercados gerais. Pois conforme Ploeg (2016) agricultores familiares que se organizam em mercados aninhados, são os principais exemplos de mercados socialmente construídos, e são estes mercados que conseguem apresentar maior resistência em relação ao modelo produtivista disseminado no Pós Segunda Guerra mundial. Assim como, conseguem manter no alimento, sejam em cadeias curtas ou longas, identidade cultural e garantia de procedência.

Tabela 04 – Caracterização da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

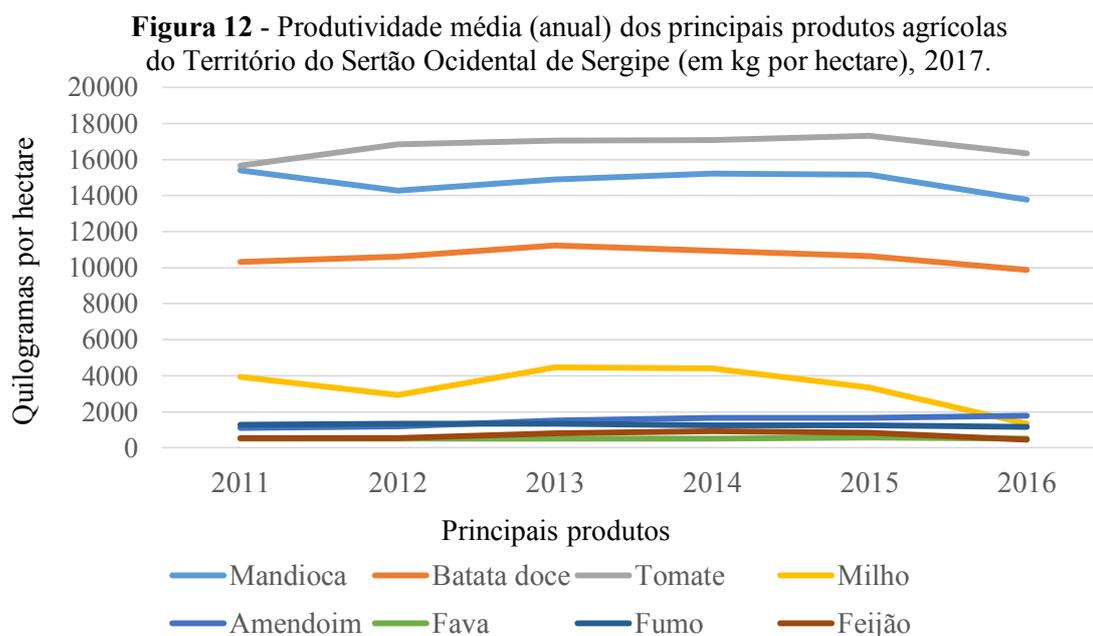
Recebedores de ATER					
Percentual de estabelecimentos	Produto	Área média da produção (em ha)	Produção média anual	Preço médio	Pessoal contratado
46,9%	Mandioca	01	11 toneladas	R\$ 450,00 (t)	03
46,9%	Batata doce	0,5	120 sacas	R\$ 30,00 (saca)	02
6,7%	Tomate	0,2	150 caixas	R\$ 20,00 (caixa)	01
20%	Pimenta	0,3	1 tonelada	R\$ 6,00 (kg)	02
13,4%	Farinha	03	50 toneladas	R\$ 550,00 (t)	05
13,4%	Milho	09	152 sacas	R\$ 35,00 (saca)	02
6,7%	Amendoim	0,5	29 sacas	R\$ 150,00 (saca)	
6,7%	Horta	0,2	Não sabe	R\$ 150,00 por semana	03
6,7%	Fava	0,3	1 saca	Não sabe	00
6,7%	Fumo	0,3	1 tonelada	R\$ 3,00 (kg)	03
6,7	Maracujá	0,6	20 toneladas	R\$ 700,00 (t)	02
Não recebem ATER					
Percentual de estabelecimentos	Produto	Área média da produção em (ha)	Produção média anual	Preço médio	Pessoal contratado
37,4%	Mandioca	01	05 Toneladas	R\$ 450,00 (t)	02
17,6%	Batata doce	01	100 Sacas	R\$ 40,00 (saca)	04
2,2%	Inhame	01	-----	-----	Família
8,8%	Macaxeira	01	-----	-----	Família
2,2%	Tomate	01	300 Caixas	R\$ 30,00 (caixa)	02
17,6%	Milho	10	60 Sacas	R\$ 30,00 (saca)	01
2,2%	Amendoim	0,5	20 Sacas	R\$ 200,00 (saca)	Família
6,6%	Horta	1,5	Não sabe	Por semana	Família
24,2%	Feijão	0,5	5 sacas	R\$ 120,00 (saca)	Família
2,2%	Acerola	0,5	1 caixa	R\$ 30,00 (caixa)	Família
6,6%	Maracujá	0,5	8 toneladas	0,8 kg	Família

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Percebe-se que as unidades familiares produtivas que não recebem ATER, concentram a mão de obra sobre a base familiar, com eventual contratação de pessoas ao longo do ano. Agrega-se também, o grupo que não recebe ATER, o qual concentra sua produção na mandioca, e destaca-se que o feijão, o tomate e o milho, são produtos secundários das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias de agricultores. Registra-se também que a acerola e o maracujá, surgem como produtos vendidos aos intermediários da produção, os quais, possuem maiores capacidades econômicas para agregar valor e/ou transportar as mercadorias para outros mercados.

Com base na figura 12, é possível fazer relação entre os principais produtos citados pelos agricultores familiares e mais um desafio para a efetividade da ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, pois os produtos com maior produtividade anual em kg por hectare (tomate, mandioca e a batata doce) são os produtos com maior adesão a lavoura dos estabelecimentos rurais do território. Mesmo assim, verifica-se que a produção não ocorre, em muitos casos, voltada para a demanda de mercado, mas sim, para atender a produtividade e a relação do tamanho da propriedade com a adesão a mão de obra. Nessa perspectiva, surge a importância da ATER pública, orientando a produção e a comercialização dos produtos. Assim é possível afirmar a importância em variar os produtos de um ano para o outro de acordo com a dinâmica dos mercados.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Em entrevista com o presidente de uma das principais associações dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a ASPOAGRE, verifica-se que embora a relação dos associados com os técnicos da EMDAGRO seja considerada como boa, o mesmo destaca a falta de articulação entre os governos municipais/estadual/federal, e a única ação do governo estadual efetivada junto a associação nos últimos 10 anos foi a doação de um caminhão. Este representante da ASPOAGRE também ressalta o desejo dos agricultores em produzir orgânicos, mas não existe apoio suficiente de ATER pública para esse tipo de produção, para a associação, a ATER pública em Sergipe é praticamente inexistente, principalmente, do déficit de técnicos, os quais em sua maioria encontram-se em final de carreira.

Os principais parceiros desses agricultores familiares são, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), e, são estes que orientam os agricultores na produção orgânica, para a associação, o foco da ATER pública em médio e longo prazo, deveria ser o apoio a produção orgânica e o aumento do quadro de técnicos. A entidade afirma que atualmente, seus mais de 20 sócios não estão recorrendo a programas como o Pronaf, PAA e PNAE, devido a questões burocráticas e a dificuldade de diálogo existente entre associados e representantes dos programas.

A pesquisa de campo também buscou discutir questões relacionadas a ATER, com algumas secretarias municipais de agricultura do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (Ribeirópolis e Itabaiana), sendo consenso entre os secretários a dificuldade de articulação de ideias e estratégias de desenvolvimento rural dentro do território, além do fato de que no momento as discussões encontram-se estancadas. Outro ponto ressaltado, refere-se a interferência da questão políticas nos projetos do governo para esses municípios. Atualmente não existe nenhum apoio a ATER que esteja sob conhecimento dos secretários, além da distribuição de sementes. E no ponto de vista dos secretários de agricultura municipais a ATER pública no território do Sertão Ocidental de Sergipe ainda é insuficiente e precária.

A figura 13 representa um mosaico com algumas imagens da feira da agricultura familiar no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (município de Ribeirópolis) realizada todas as quintas feiras. Embora represente alguma articulação dos agricultores para inserir seus produtos nos mercados, também reflete a falta de apoio da ATER pública a comercialização, pois, é consenso entre os secretários entrevistados e os agricultores familiares, que a ATER pública encontra-se estagnada. A adoção de tecnologias e inserção nos mercados tem sido alavancada pelos agricultores de maneira independente, principalmente, os produtores orgânicos.

Figura 13 - Feirinha da agricultura familiar no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Tanto os agricultores quanto o secretário de agricultura do município de Ribeirópolis, relatam que o único apoio para o desenvolvimento da “feirinha” está restrito a montagem das barracas para comercialização, em que é cobrada de seus integrantes, uma taxa na importância de R\$10,00 por semana. Um dos agricultores que comercializam na feira e que faz parte de uma associação do município de Moita Bonita/SE (o qual não autorizou ser identificado), afirmou que no início foi elaborado um projeto para a expansão da comercialização de produtos orgânicos no interior do estado de Sergipe, mas, um levantamento feito apontou que apenas 0,5% dos agricultores familiares poderiam atender as exigências para a consolidação das feiras orgânicas. Ribeirópolis foi o primeiro município do interior a organizar essa feirinha da agricultura familiar. Atualmente, qualquer agricultor pode vender na feira, mas existe predominância de produtos vendidos pela agricultura familiar de base orgânica. A feirinha recebe consumidores de vários municípios do Território do Sertão Ocidental, assim como, turistas que visitam o município e compram os alimentos de excelente qualidade.

Ainda sobre a feirinha da agricultura familiar, vale destacar que embora os produtos apresentem melhor qualidade, quando comparados com os produtos vendidos na feira tradicional (realizada nas segundas feiras), percebe-se também a tendência no aumento do preço das mercadorias comercializadas. Evidencia-se assim, a predisposição na capacidade de atender

um grupo de consumidores menor ou de maior poder aquisitivo. Por isso, destaca-se a importância que as políticas públicas, poderiam desempenhar no incentivo e apoio a produção orgânica reduzindo o valor desses alimentos, que poderia ser consumido pelas populações mais pobres das cidades. E assim, conforme Gazolla & Schneider (2017), ocorreria a ampliação dos consumidores orgânicos e o fortalecimento do papel da agricultura familiar em fornecer alimento de qualidade para as sociedades (cada vez) mais urbanizadas.

Mesmo diante de tantos desafios, é consenso entre os agricultores familiares e os órgãos pesquisados, melhorias geradas pela ação da ATER pública, que se correlaciona a articulação com outras políticas públicas (mesmo que de maneira muito tímida), pois, nas últimas décadas, o acesso ao crédito, aos insumos e a energia elétrica rural, podem ser destacados como os principais avanços da política de ATER. Mas, o caso do acesso aos mercados ainda é um problema muito sério para a produção agrícola tanto dos agricultores que recebem e do grupo que não recebe ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, ressalta-se a importância que a ATER poderá desempenhar no fortalecimento das unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, mesmo diante do fato de os serviços estarem aquém do necessário e impossibilitando um projeto articulado capaz de alavancar o desenvolvimento.

4.2 ATER E ESTRUTURAS SOCIOMATERIAIS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Quando se discute a relação desenvolvimento e a ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, torna-se importante compreender os aspectos sociais, econômicos e populacionais que interferem na dinâmica e na relação rural/urbano das famílias em questão. O quadro 02 exemplifica a evolução da população rural e urbana de acordo com o gênero no Brasil, em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, sendo possível, chamar a atenção para o fato de que a população rural tanto em Sergipe quanto no Território do Sertão Ocidental cresceu, não na mesma proporção da urbana; diferente da população rural brasileira, a qual, recuou nas últimas décadas. Assim, é possível levantar a hipótese da permanência nas áreas rurais poder ser considerada como uma aversão a migração, ou até mesmo, o receio a saída do rural em busca de outro modo de vida.

Quadro 02 – Evolução da população total residente no Brasil, em Sergipe e no Território Sertão Ocidental de Sergipe, por gênero e situação do domicílio 1991-2010.

			1991	2000	2010
Brasil	Homens	Urbano	53.854.256	66.882.993	77.710.179
		Rural	18.630.866	16.693.022	15.696.811
	Mulheres	Urbano	57.136.734	71.070.966	83.215.625
		Rural	17.203.619	15.152.189	14.133.184
	Total urbano		110.990.990	137.953.959	160.925.804
	Total rural		35.834.485	31.845.211	29.829.995
Sergipe	Homens	Urbano	480.100	611.067	723.916
		Rural	250.40	263.839	281.125
	Mulheres	Urbano	522.777	662.159	796.450
		Rural	238.594	247.410	266.526
	Total urbano		1.002.877	1.273.226	1.520.366
	Total rural		488.999	511.249	547.651
Território Sertão Ocidental de Sergipe	Homens	Urbano	79.518	104.762	125.757
		Rural	96.013	99.656	98.465
	Mulheres	Urbano	86.313	112.575	136.640
		Rural	93.483	94.396	94.605
	Total rural		189.496	194.052	193.070
	Total urbano		165.831	217.337	262.397

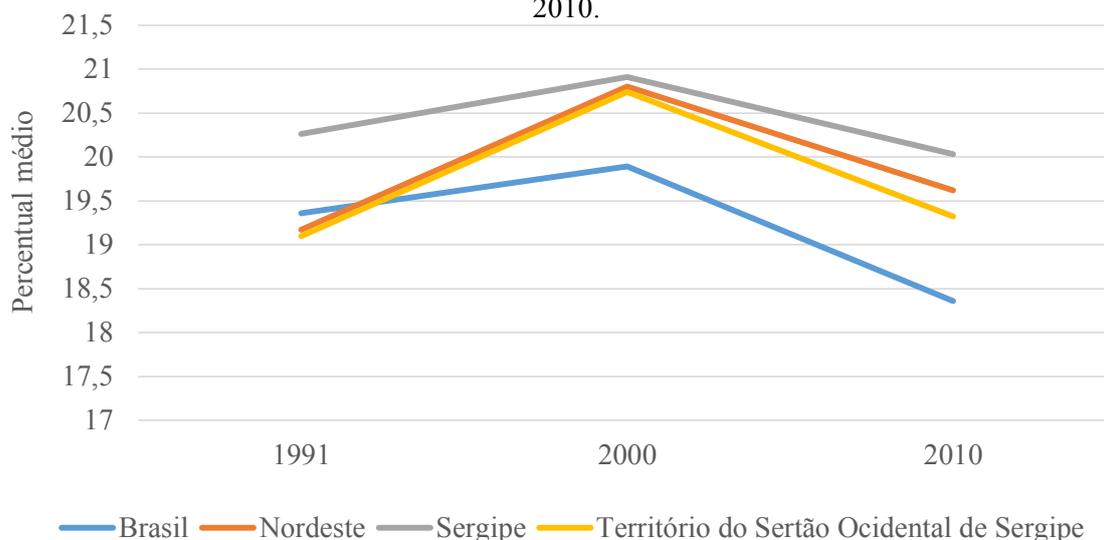
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Também vale destacar a questão da permanência da mulher no espaço rural, pois no estado de Sergipe e no Território do Sertão Ocidental, percebe-se o crescimento desse grupo. Consequentemente, surge a importância de discutir-se políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida dessa parcela relevante da população, a qual, relata nas entrevistas de campo a ausência de ações que possibilitem inserção profissional, sendo a atividade como dona de casa, a principal ocupação das mulheres entrevistadas em campo.

A figura 14 relaciona o percentual de evolução da população rural jovem desde 1991 até 2010, no Brasil, Nordeste, Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, logo, é possível ressaltar que, embora nos anos 2000 tenham ocorrido aumento no percentual da juventude rural de todos os recortes analisados; em 2010, todos os índices caíram, mostrando uma tendência para 2020, caso não ocorra uma estratégia capaz de reverter esse cenário. Nessa perspectiva, dois aspectos podem ser associados a essa tendência de queda da juventude rural; o primeiro refere-se ao envelhecimento das populações rurais, com a presença marcante de altos índices de aposentadoria e diminuição da mão de obra nas áreas rurais; o outro se refere a saída da juventude rural, seja por causa da oferta da qualificação, quando em muitos casos os jovens acabam não retornando para o rural após concluir os estudos, existindo também o jovem que sai do rural em busca de novas atividades, mesmo que seja, contra a própria vontade, mas em virtude do desejo em melhorar as condições de vida.

Figura 14 - Evolução do percentual da população rural jovem no Brasil, no Nordeste, em Sergipe e no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. 1991 a 2010.



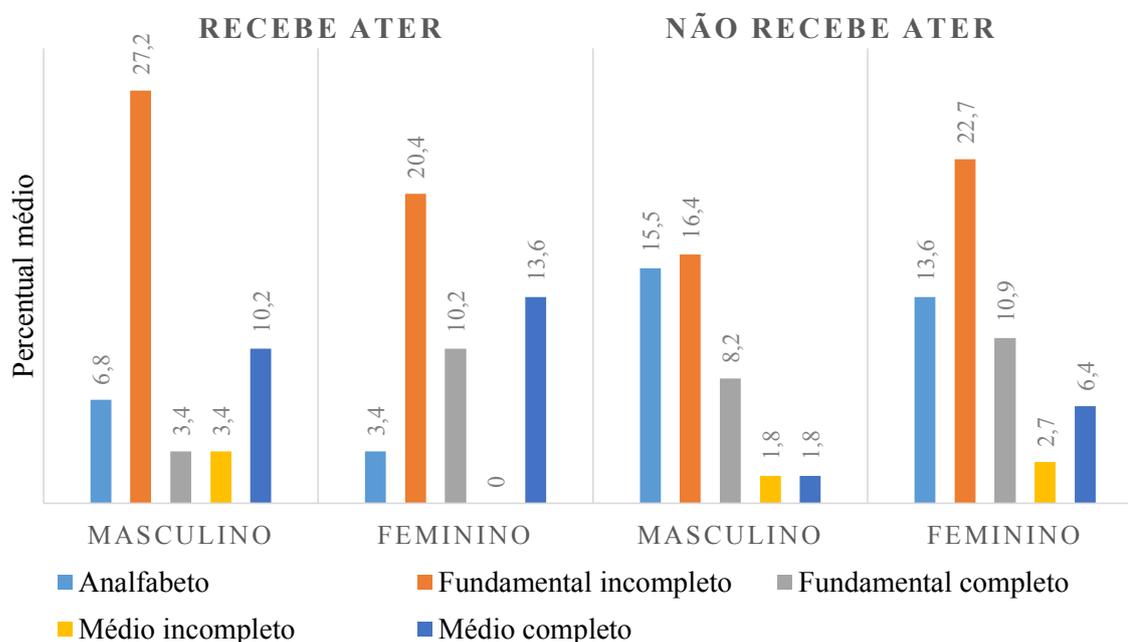
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

A figura 15 traz uma síntese da escolaridade média das famílias rurais do Território do Sertão Ocidental de Sergipe que recebem ou não ATER, é possível verificar que o grupo recebedor de ATER apesar de apresentar maior concentração de agricultores com fundamental incompleto, também apresenta melhores índices de escolaridade no que se refere aos agricultores com o ensino médio concluído. As agricultoras pertencentes ao grupo que não recebe ATER, embora ocorram proximidades nos dados, apresentam menor índice relacionado ao fundamental incompleto, no entanto, o índice de analfabetismo entre as mulheres do grupo que não recebe ATER, chega ao mais do que o triplo em relação ao grupo mulheres pertencentes aos recebedores de ATER.

Outro elemento importante, refere-se ao índice de agricultores que concluíram o ensino médio dentre as entrevistadas no Território do sertão Ocidental de Sergipe, sendo que, no grupo que recebe ATER, 13,6% das mulheres conseguiram concluir o nível médio, enquanto que o grupo de mulheres que não recebem ATER atingiu 6,4% de índice de conclusão do ensino médio. O mesmo ocorreu no caso masculino, pois no grupo de homens que recebem ATER 10,2% concluíram o ensino médio, enquanto que 1,8% dos homens pertencentes ao grupo que não recebe ATER conseguiram concluir o ensino médio. Por isso, mesmo que ainda seja de maneira muito tímida, é possível fazer relação entre a importância da ATER e a melhoria no índices de educação, pois mesmo diante de desafios como a disseminação dessa política, existe

uma relação direta entre escolaridade e acesso a ATER, pois as famílias que tendem acessar a política apresentam melhores índices de conclusão do ensino médio, por exemplo.

Figura 15 – Percentual de escolaridade média dos entrevistados (por gênero) que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

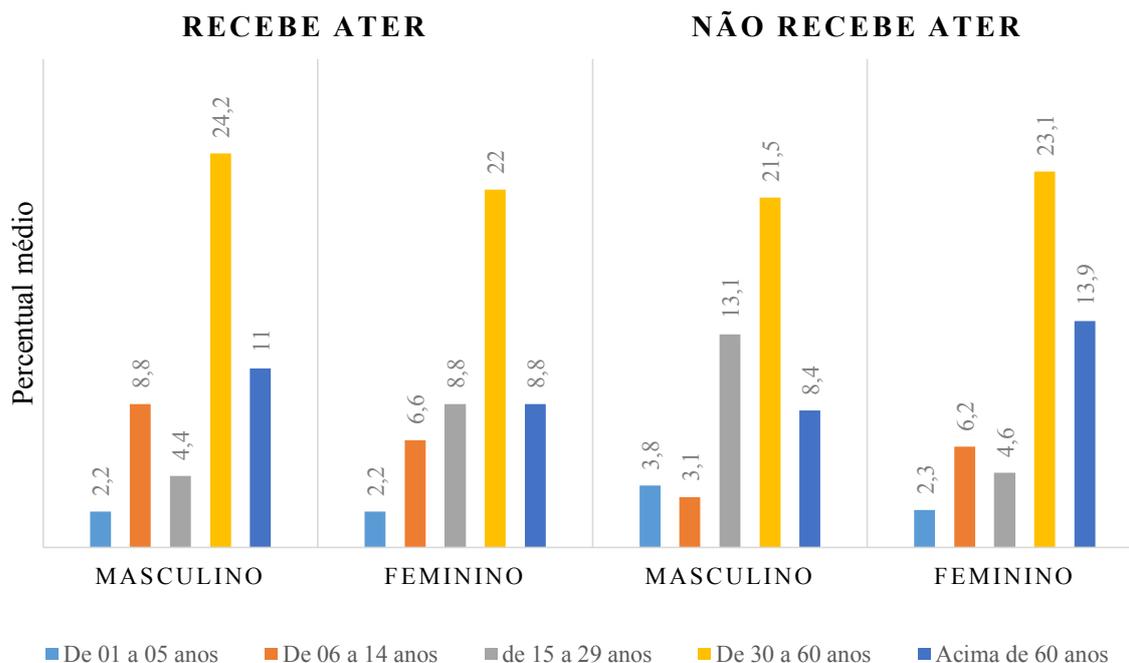


Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

A figura 16 resume a faixa etária das famílias rurais entrevistadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. A partir disso, percebe-se a concentração de membros das famílias, tanto receptoras de ATER quanto do grupo que não recebe, com idade na faixa de 30 a 60 anos. Mas, cabe ressaltar a tendência existente no envelhecimento das mulheres entrevistadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, ao tempo em que, o grupo de mulheres que pertencem as famílias que não recebem ATER, apresentam menores índices etários no tocante a faixa de 15 a 29 anos, quanto de 06 a 14 anos de idade, quando comparadas com o grupo que recebe ATER. As mulheres pertencentes as famílias do grupo que não recebe ATER apresentam maior índice com idade acima dos 60 anos, em relação ao grupo que recebe ATER. Vale ressaltar que, embora a ATER não trabalhe com público infantil, a informação é considerada, devido o acesso do produtor ao serviço interfira nas condições da unidade familiar, e também seja interessante para conhecer a faixa etária dos dois grupos analisados.

Figura 16 - Faixa etária das famílias entrevistadas que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %), 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

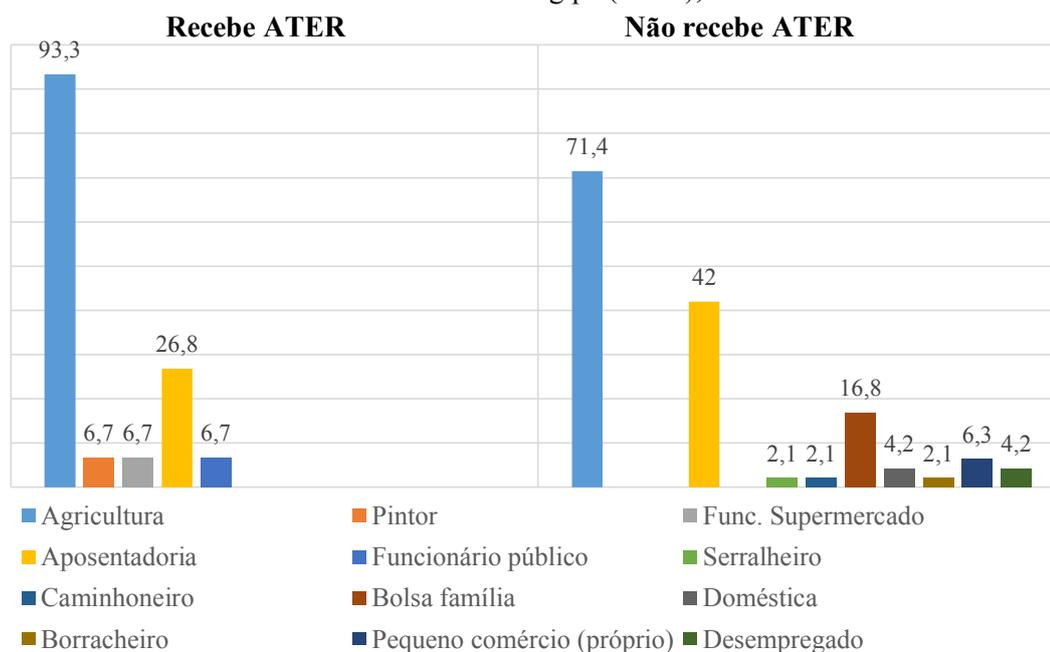
No caso masculino, o grupo que recebe ATER e com idade entre 30 e 60 anos destaca-se mais em relação ao grupo que não recebe ATER, atingindo 24,2% contra 21,5% do total de entrevistados. Também observa-se que, ao mesmo tempo em que, a faixa de 06 a 14 e acima dos 60 anos do grupo que recebe ATER se sobressai em relação ao grupo que não recebe ATER, em que o inverso acontece na faixa etária de 15 a 29 anos, e o grupo que não recebe ATER apresenta maiores valores percentuais.

Nesses termos, pode-se levantar uma questão referente a alternância dos percentuais dos grupos que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, destacando-se a importância de que seja repensado estratégias que busquem atender ao grupo de jovens agricultores, e a dificuldade existente no meio rural em dinamizar a vida das famílias rurais tornando esse espaço social mais atraente para a juventude rural. Por isso que são importantes, ações conjuntas que busquem incentivar não apenas a produção e a comercialização agrícola, mas também a inserção social dos indivíduos pertencentes as famílias rurais.

A figura a seguir traz as fontes de renda que compõe as unidades familiares, receptoras ou não de ATER, pesquisadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. E é possível perceber que existe maior percentual de unidades familiares com dependência em relação as atividades agrícolas, no caso das famílias que recebem ATER, estando presente em 93,3% das

unidades produtivas; enquanto que o grupo que não recebe ATER, citou a agricultura como principal fonte de renda em 71,4% dos casos. A partir disso, verifica-se que as atividades agrícolas são a base da economia familiar em ambos os casos, entendendo-se a importância que a disseminação da ATER poderá desempenhar na inserção econômica das famílias com maior dependência em relação as atividades agrícolas, principalmente, na superação dos desafios ligados as questões climáticas e a sazonalidade.

Figura 17 – Fontes de renda citadas pelas famílias receptoras ou não de ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em %), 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

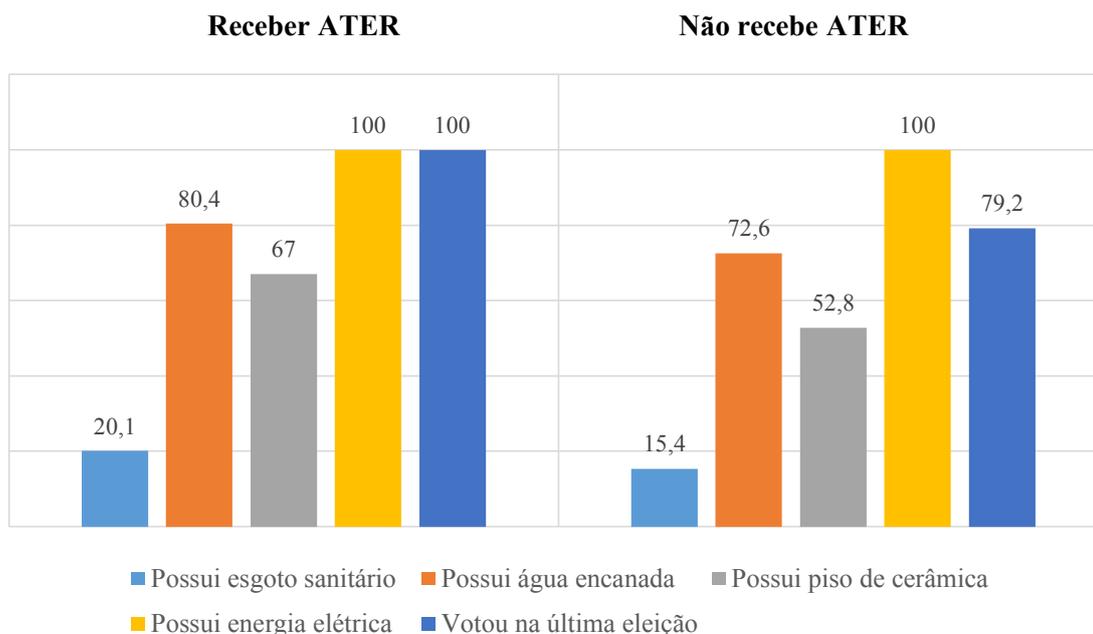
Também permite-se refletir sobre a importância da diversificação das fontes de renda; ao tempo em que, o grupo de entrevistados que não recebe ATER, apresenta menor dependência em relação as atividades agrícolas, pois, é perceptível maior diversificação dos rendimentos dentro da unidade familiar, conseqüentemente, a pluriatividade pode ser considerada, neste caso, como uma estratégia de aumento da renda familiar e permanência no meio rural. Por fim, a figura 17 também demonstra maior dependência, do grupo que não recebe ATER, em relação as políticas de transferência de renda do Estado, sendo que a aposentadoria é citada em 42% dos estabelecimentos pesquisados, enquanto que o grupo receptor de ATER cita a aposentadoria em 26,8% dos casos. O mesmo acontece no caso do Bolsa Família, citada por 16,8% das famílias que não recebe ATER, no entanto, essa fonte de renda não foi mencionada pelo grupo receptor de ATER, e como foi verificado na figura 16, esse grupo possui membros

com faixa etária que poderia ser atendida pelo programa. Uma hipótese pode ser levada em consideração para o caso dos entrevistados que recebem ATER não citarem bolsa família como fonte renda, sendo que estas famílias podem ter superar o nível de renda pré-estabelecido para recorrer ao benefício, e por isso não enquadram-se no perfil de baixa renda.

Os dados ligados a posse de elementos básicos (esgoto sanitário, água encanada, piso de cerâmica), podem ser associados a uma tendência em melhores condições de vida dessas famílias que recebem ATER, se comparadas com o grupo que não recebe. A figura 18 aponta para uma tendência de participação eleitoral dos agricultores entrevistados e recebedores de ATER. Em 100% dos estabelecimentos, os entrevistados haviam votado na eleição anterior, enquanto que no grupo que não recebe ATER, 79,2% dos entrevistados haviam votado na última eleição. Esse fator pode ser relacionado com Sen (2010), quando no capítulo *A importância da democracia*, percebe-se que os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão (divergências) abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Consequentemente, direitos políticos são, não apenas, centrais na indução de respostas sociais a necessidades econômicas, mas também centrais para a conceituação das próprias necessidades econômicas. Nesses termos, além da tendência de maior participação eleitoral dos recebedores de ATER, percebe-se a importância do direito de votar e ser votado na democracia, o qual cria a oportunidade, que está relacionada tanto a sua “importância instrumental” como do seu “papel construtivo”. Na Índia, conforme Sen (2010) as participações dos partidos de oposição têm sido fundamentais para o desenvolvimento de programas sociais, críticas e indicações contra a desigualdade entre os sexos.

A figura 18 busca exemplificar alguns elementos que caracterizam o perfil social das famílias entrevistadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, que recebem ou não ATER, sendo observável que em ambos os casos, 100% das unidades familiares dispõem de energia elétrica. O serviço representa um importante avanço adquirido através do Programa Luz para Todos do Governo Federal, fato que auxiliou no incremento de motores para irrigação e melhorias das condições de vida para essas famílias, assim como outras alternativas de reprodução sociais para as famílias rurais.

Figura 18 – Aspectos sociais das famílias que recebem ou não ATER no Território do Sertão ocidental de Sergipe (em%), 2017.



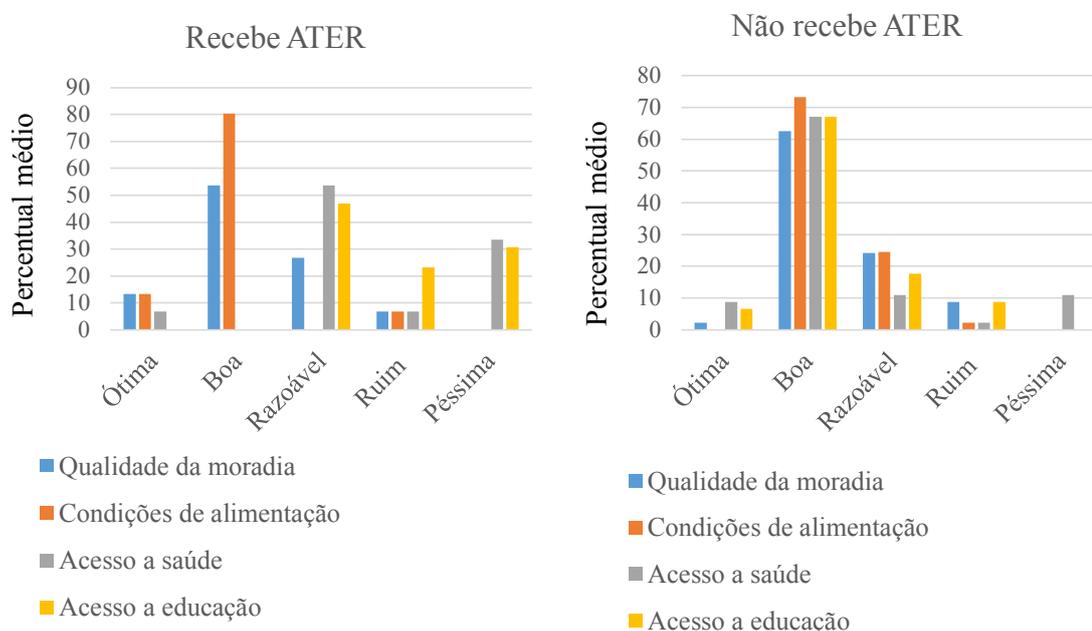
Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

A figura acima também reflete tendência na existência de melhores padrões vida das familiar beneficiadas com ATER, ao tempo em que, 67% dos entrevistados pertencentes ao grupo que recebe ATER, alegam possuir piso em cerâmica; enquanto que 52,8% dos entrevistados pertencentes ao grupo que não recebe ATER possuem piso de cerâmica na residência. O mesmo acontece com a água encanada, em que o grupo recebedor de assistência via ATER atingiu 80,4% dos domicílios com água encanada, contra 72,4% dos domicílios que não recebem ATER. O grupo que recebe ATER, também atingiu maiores índices de esgotamento sanitário em suas residências, chegando a 20,1%, contra 15,4% do grupo que não recebem ATER.

Na figura 19, representa-se o percentual de satisfação das famílias entrevistadas que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por esse verificou-se um considerável índice de satisfação das famílias que não recebem ATER, em relação a qualidade da sua moradia, condições de alimentação, acesso a saúde e educação, pois todos esses aspectos, foram considerados bons por mais de 60% dos entrevistados. Mas esses dados também podem representar, um maior índice de comodidade das famílias que não recebem ATER. Existem famílias pertencentes ao grupo que não recebe ATER cuja única fonte de renda é a aposentadoria, e o jovem pertencente a essa unidade familiar tende a se acomodar com a renda dos idosos. Também foi visível, relatos de famílias do grupo que não recebem ATER, em que

os membros da unidade familiar não faziam três refeições por dia, existindo casos, em que era feita apenas uma refeição diária.

Figura 19 - Percentuais de satisfação com as condições de vida das famílias que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.
Organização: João Ernandes, Janeiro de 2018.

Ainda referente a concentração das famílias não receptoras de ATER que consideram a sua moradia, as condições de alimentação, o acesso a saúde e a educação como boas, pode estar associado a melhoria nas condições de vida das famílias pluriativas, haja vista, foi evidenciado a tendência das famílias que não recebem ATER em diversificar a renda na unidade familiar. Portanto, vale destacar a relevância que a diversificação dos rendimentos, aliada a ATER, podem condicionar maior grau de satisfação das famílias rurais, sendo este um dos caminhos para o desenvolvimento rural.

Uma das questões levantadas em campo, refere-se a como os agricultores avaliam suas condições de vida em relação a como viviam seus pais e/ou avós, e é consenso entre mais de 90% do universo dos entrevistados, que hoje vivem melhor do que sua família viveu no passado. Tal melhoria está associada a maior oferta de alimentos, melhores condições de trabalho e transporte. Esse é um importante aspecto para desenvolvimento social, mas, vale ressaltar que os desafios ainda são grandes para as famílias rurais, se comparados, fica evidente que os primeiros passos foram dados. No entanto, ainda é preciso avançar para que as famílias rurais do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, consigam atingir a dignidade e melhores

condições de vida em sua plenitude. Portanto, a articulação da ATER com outras políticas públicas, aliada ao incentivo à diversificação do trabalho pode ser uma importante estratégia de desenvolvimento para o território. Conseqüentemente, o apoio e a integração entre à comercialização, produção, aumento da renda e participação social poderão ser o carro-chefe nesse processo. Nessa perspectiva, tanto no estudo em tela quanto em Landini (2014), percebe-se a relevância da ATER pública para promover o “desarrollo rural”, analisando a pobreza rural como um fator determinante para a adoção de tecnologias e geração de conhecimentos na América latina, e, o Território do Sertão Ocidental de Sergipe não foge dessa regra.

4.3 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Diante do cenário evidenciado sobre os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, quatro pilares podem ser considerados como determinantes para o desenvolvimento das famílias em questão; políticas públicas, o apoio a produção e a comercialização agrícola, o incentivo a diversificação dos rendimentos e a participação social.

Sen (2010) ressalta que um dos princípios básicos do desenvolvimento como liberdade, está atrelado a liberdade substantiva das pessoas em levar a vida que elas têm razão em valorizar, sendo este o alicerce da “capacidade humana”. Nessa perspectiva, a educação é o principal caminho para a expansão das capacidades humanas e a busca para a mudança social, (deixando o enfoque econômico em segundo plano). Conseqüentemente, Sen (2010) destaca que a expansão das capacidades humanas deve levar em consideração, o bem-estar e a liberdade das pessoas, influenciando o processo de mudança social que inevitavelmente contribuirá para a produção econômica.

A figura 20 representa algumas imagens de ações evidenciadas no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Na imagem 01, verifica-se a construção do sistema de abastecimento, viabilizado pelo Governo do estado de Sergipe; na imagem 02, observa-se uma das cisternas destinadas ao território, através do programa 1 milhão de Cisternas do Governo Federal, assim como a construção de um reservatório de água, adquirido com recursos do Ministério da Integração e em parceria com o Governo do estado de Sergipe (imagem 04), e por fim, as imagens 03 e 05, representam a construção de alguns postos de saúde no território. Nesses termos, é possível afirmar a relevância de ações do Estado para alavancar o desenvolvimento territorial, em que pese a ampliação das ações com foco na saúde, educação e combate à falta de água, tais ações hesitam reflexos pontuais e o sucateamento dos bens públicos, pois há

demanda social e assim, as políticas públicas serão capazes de conduzir o desenvolvimento rural, principalmente, em áreas mais carentes como é o caso do Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

Figura 20 - Algumas ações do Estado no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, 2017.

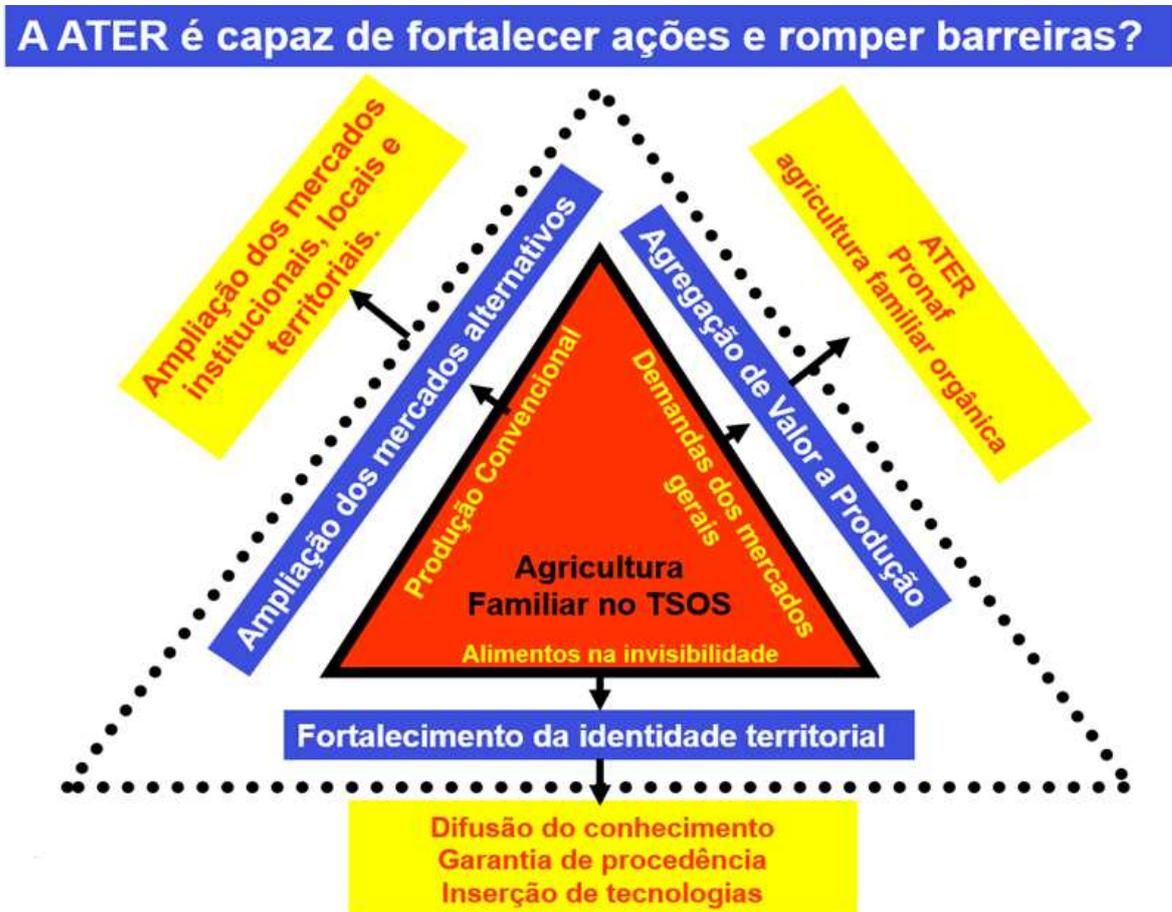


Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2017.

Assim como foi evidenciado em Landini (2016b) percebe-se que a disseminação da ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe poderá contribuir na orientação técnico-produtiva. Aliando-se a esses fatores, a ausência de domínio em relação as tecnologias, dificuldade em agregar conhecimento e valores econômicos e saudáveis as práticas produtivas, atuam como obstáculos para o desenvolvimento do sistema agroalimentar destacadas em Schneider (2016). A ATER pública também é capaz de fortalecer tanto o aspecto organizacional quanto institucional da agricultura familiar e assim como no caso do noroeste da argentina, a articulação interinstitucional e a comercialização, que se destacam como os principais problemas para a agricultura familiar sergipana.

Na figura 21 busca-se fazer a relação do pensamento de Ploeg (2016), embora o autor não trabalhe com a ATER, mas busca discutir a questão que envolve a agricultura familiar e a construção social de mercados no processo de desenvolvimento rural. No triângulo vermelho percebe-se os desafios atuantes na produção de base familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (TSOS), pois a produção familiar concentra suas forças no objetivo de atender demandas dos mercados classificados por Ploeg (2016) como gerais, os alimentos permanecem na invisibilidade, ou seja, perdem sua identidade territorial dentro das redes ou cadeias agroalimentares. Essa identidade pode ser concebida até como inexistente, haja vista, que não existe garantia certificada de procedência e a produção é pautada no uso convencional de agrotóxicos.

Figura 21 – Barreiras e perspectivas de Desenvolvimento e a importância da ATER no TSOS, 2019.



Fonte: Sergio Schneider, 2018² e adaptado por João Ernandes B. Nascimento.

²As cores e formas foram apresentadas na sessão - Desafios Teóricos do Desenvolvimento Rural - organizada no 56º Congresso Nacional da SOBER. O conteúdo foi totalmente substituído e reorganizado.

Na figura acima, percebe-se em azul três caminhos apontados como relevantes para a superação das barreiras supracitadas, e entende-se aqui, que a ATER possui potencial para a construção desse entorno e desde que seja aliada a outras ações de desenvolvimento, pode ser considerada como uma estratégia capaz de construir a estruturas sociomateriais apontadas por Ploeg (2016), destacando-se a ampliação dos mercados institucionais, locais e territoriais, a partir da difusão do conhecimento, garantia de procedência, inserção de tecnologias poderá ser dinamizada a produção de base familiar. E por fim, poderá consolidar políticas públicas de crédito e auxiliar na disseminação de modelos produtivos alternativos, tendo em vista que os agricultores terão maiores possibilidades de atender consumidores mais reflexivos e com capacidades de fazer exigências, no entanto, o “diálogo” entre políticas públicas torna-se um caminho indispensável para a democratização de alimentos saudáveis.

Em Chayanov (2017), percebe-se que o crédito é um caminho importante para a unidade “camponesa”, a qual poderá buscar melhorias para a inserção das mercadorias, estratégias para inserção dos produtos no mercado e estruturação da produção, em consequência disso, acontece o aumento do capital na unidade familiar, ao tempo em que o empréstimo e os juros são pagos decorrente do fortalecimento econômico da unidade familiar. Essa “equação perfeita” torna-se um desafio no caso do Território do Sertão Ocidental, diante da dificuldade encontrada pela maioria dos agricultores familiares em acessar os mercados, e perceber o momento de alternar a lavoura ou até mesmo, ampliar a rede de comercialização. Nessa perspectiva, a ATER pública deve ser um caminho para os agricultores aptos na busca a esses novos mercados, caso contrário, o acesso ao crédito de maneira desordenada poderá acarretar em mais um problema para as famílias rurais do território em questão, pois sem antes pensar na consolidação de estruturas sociomateriais, esses agricultores tenderão a ficar inadimplentes e terão seus estilos de vida excluídos. Por isso, torna-se relevante a discussão referente a uma estratégia de crédito capaz de dinamizar a vida das unidades familiares descapitalizadas.

Schneider (2016) destaca a importância da construção de mercados que garantam a reprodução da agricultura familiar, elencando os quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem, são eles; [...] “mercados de proximidade, mercados locais e territoriais, mercados convencionais e os mercados públicos e convencionais” [...] (p. 122-125). É possível evidenciar a presença desses quatro tipos de mercados no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. No entanto, o mercado classificado por Schneider (2016) como local ou territorial acaba sendo o mais presente na vida das famílias rurais do território em questão, este é dominado pela figura do intermediário comerciante, que possui interesses e mecanismos para a circulação das mercadorias de origem agrícola. Consequentemente, tais intermediários

acabam dominando os mercados convencionais, que possuem atuação nas esferas locais e globais. Os mercados de proximidade também desempenham grande relevância para unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, caracterizado pela venda direta, através das feiras livres. Os mercados institucionais, apresentaram-se como um desafio para os agricultores entrevistados, devido à dificuldade em atender e dialogar com as demandas, exigências e burocracias desse perfil de mercado em Sergipe.

Diante dessa dificuldade de integração aos mercados citadas acima, cabe a ATER pública, incentivar a agricultura coletiva destacada em Chayanov (2017), o coletivismo cooperativo poderá fortalecer o setor agrícola tanto no aspecto técnico quanto econômico. Esse coletivismo cooperativo, também é evidenciado como mais um desafio para os agricultores entrevistados no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, pois no caso dos recebedores de ATER a participação em associação, embora seja um caminho, é algo apenas ligado a formalidade, haja vista a maioria das associações do território em questão se encontrar com o cadastro desatualizado ou irregular. Logo, esse é mais um desafio para a discussão de estratégias coletivas, tendo em vista que, agricultura familiar tem potencial para efetivar mercados socialmente construídos, sendo um dos caminhos para isso, difundir conhecimento e tecnologias entre os agricultores familiares, para que os mesmos tenham condições de fortalecer a identidade cultural e buscar caminhos de desenvolvimento coletivo.

Por isso, vale a pena destacar o pensamento de Souza, R. (2012), em que o desenvolvimento rural, ocorre em espaços organizacionais, envolvendo a atuação das organizações e os indivíduos que fazem parte dela. No caso do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a participação coletiva poderá ser crucial para a organização de ações de desenvolvimento, principalmente, para o apoio da ATER, no que se refere a produção orgânica. Sendo a produção orgânica de base familiar uma demanda presente e crescente nos estabelecimentos e associações que produzem neste modelo, e que não contam com ações fundamentais para inserção desses produtos nos mercados.

Para Leite & Kato (2009) o rural não se resume apenas ao agrícola, mas também é um setor econômico. Diante disso, torna-se relevante a participação das famílias rurais nas discussões e administrações públicas. Um elemento associado a isso, consiste na desarticulação existente entre os conselhos municipais do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, pois verifica-se a incapacidade de articulação do colegiado territorial, a medida em que, os agricultores dificilmente dialogam com as entidades e se evidencia pouca conexão entre os atores do Território do Sertão Ocidental. Nessa perspectiva, ações públicas coletivas podem mobilizar a sociedade civil e as entidades institucionais, pois a ATER pública não será capaz

de conduzir o desenvolvimento rural, sem a participação dos atores que envolvem esse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo, indicam que da mesma maneira que a sociedade percorreu estágios, com transformações econômicas e socioespaciais, seus agentes e instituições também são modelados dentro deste processo. No caso do Estado contemporâneo, embora passe por momentos de crise de poder e autonomia, decorrente do comprometimento dos avanços dos interesses do capital em desfavor do social, também é uma importante ferramenta na reversão de quadros sociais desfavoráveis, através da criação de estratégias de desenvolvimento para os oprimidos pelo sistema econômico vigente.

O mundo não é o mesmo de séculos atrás, conseqüentemente, a maneira do homem entender, se relacionar e transformar o espaço também sofreu modificações. Não é possível explicar a dinâmicas da sociedade e suas contradições sem buscar entender as “faces” que o processo produz. Da mesma maneira é relevante conhecer a gênese das relações sociais que marcam a sociedade e o sistema econômico-social vigente. Buscando a partir disso, rever teorias e ampliar o debate entorno das abordagens em relação ao espaço socialmente construído.

Nestes termos é relevante ressaltar que tanto as ciências sociais como a geografia, não deram conta de prever os desdobramentos da sociedade capitalista, enquanto isso, atores sociais, desfavorecidos pelo sistema, necessitam de estratégias capazes de solucionar os problemas do presente. É nessa visão, que cabe aos pesquisadores buscarem agendas de estudos capazes de explicar a realidade de cada contexto e propor caminhos para a superação de mazelas socialmente impostas. Portanto, é necessário sair do campo da “denúncia acadêmica” e inserir os atores marginalizados no debate e na construção de estruturas sociomateriais que revigorem suas vidas.

Percebe-se a importância do debate sobre os caminhos, meios e fins do desenvolvimento, aprofundados em Sen (2010) para a compreensão das desigualdades e proposição de estratégias capazes de reverterem os quadros que se acentuaram nos últimos séculos. Dentro desse contexto, para Piketty (2014), é importante reconhecer o aumento da concentração de riqueza, que agrava o descontentamento das massas e ameaça os princípios democráticos, sendo a democracia um dos princípios para expansão das liberdades coletivas e individuais, vista como substanciais para o desenvolvimento. Para tanto, a intervenção do

Estado-social na economia se torna, dentro do sistema capitalista, a única maneira de reverter os ganhos do capital em áreas que visam o desenvolvimento social.

Bem como a relevância das discussões entorno dos mercados e suas abordagens na transformação da sociedade, e embora Polanyi (2000) considere que a grande dualidade do sistema não seja Estado X Sociedade, e sim Sociedade X Mercado. É possível afirmar que caso não ocorra a grande transformação social e a reinvenção das relações, o mercado sempre encontrará lacunas estruturais para sobrepor-se em relação aos interesses da sociedade. No entanto, vale considerar que estratégias que busquem a valorização sociocultural do local e/ou do territorial, podem servir como pedras fundamentais para expansão de alternativas sustentáveis e estruturação de mercados socialmente construídos e capazes de se desenvolverem dentro de mercados mais amplos.

Considera-se que as agendas de estudos sobre a geografia rural e as abordagens do desenvolvimento devem avançar em relação ao que está posto em Polanyi (2000), e entender as importâncias de políticas públicas para o desenvolvimento rural, o qual embora seja multifacetário, pode ter um dos seus reflexos no fortalecimento dos mercados constituídos por agricultores familiares. E é nessa abordagem que Ploeg (2016) compreende a importância da criação de estruturas sociomateriais para o desenvolvimento de mercados recém criados por agricultores familiares (mercados imersos ou aninhados). E essas estruturas são capazes de contrapor a tese de Polanyi (2000), pois mercados podem ser considerados como relações socialmente construídas, conseqüentemente, mercados socialmente imersos e desenvolvidos por agricultores familiares podem diferir da lógica dos mercados gerais, tendo em vista que o desenvolvimento de estruturas sociomateriais, serão capazes de manter o interesse social mesmo com o desenvolvimento das relações mercantis.

A ATER pode ser compreendida como uma ponte para o fortalecimento dessas estruturas sociomateriais, haja vista que é uma estratégia de desenvolvimento capaz de conectar outras políticas públicas e fortalecer a difusão do conhecimento e da tecnologia. E a partir disso, agricultores conseguirão obter estruturas sociomateriais para buscar consolidar mercados sem perder o caráter social da agricultura familiar e criando alternativas em relação aos grandes mercados gerais.

Diante deste cenário, o rural é parte integrante do desenvolvimento da sociedade contemporânea, pois foi reflexo de transformações e reinvenções que buscavam atender as demandas das áreas urbanas e do crescimento econômico. Aliado a isso, o rural deixou de ser sinônimo de atraso e passou a demandar por inovações técnicas e produtivas. No entanto, no caso brasileiro, esse poder de inovação passou a ser dominado pelos grandes empresários do

meio rural, deixando, em tese, os agricultores descapitalizados a margem do processo. Isso pode ser relacionado ao debate sobre alimentação em sociedade urbanizadas (os alimentos têm perdido qualidade dentro das grandes cadeias produtivas) e também levantado a questão sobre quem vai alimentar o mundo no século XXI, sendo sabido que cada vez mais se têm concentrado a população urbana em relação a rural, e as previsões da FAO (Food and Agriculture Organization) para 2050 é de que o mundo terá uma população de 10 bilhões de habitantes, sendo 70% urbana.

Pode-se destacar a ATER como uma ação capaz de reintegrar os agricultores que foram marginalizados pelo sistema capitalista, pois a Assistência Técnica e Extensão Rural é uma inovação para o perfil de agricultores predominantes no Nordeste, pois estes não possuem meios de buscarem novas estratégias para produção e acabam dedicando-se a cultivar basicamente as mesmas lavouras para atender a um mercado restrito. E a difusão da ATER pode desenvolver os mercados com potenciais de expansão, partindo da perspectiva de que a sociedade tenderá a exigir cada vez mais qualidade em relação aos alimentos consumidos, conseqüentemente, os agricultores que não possuírem estruturas sociomateriais poderão ter cada vez mais dificuldades de escoar sua produção.

Entende-se então, que a ATER é uma estratégia capaz de dar suporte e alavancar outras políticas públicas, e com a consolidação deste cenário, seus atores serão capazes de revitalizar a economia rural buscando maior autonomia e voz política. Conseqüentemente, terão condições de formar mercados independentes e buscarem novos espaços de comercialização, pois a consolidação de estruturas sociomateriais são capazes de lhes garantir melhorias nos estilos de vida, e a busca pela identidade cultural e/ou territorial. Mas ainda vale salientar, que a ATER pode e deve promover a expansão desses caminhos, sem deixar que o essencial da agricultura familiar se perca, entendendo que a tendência global é a valorização do alternativo e da garantia de procedência, e isso é característico da agricultura familiar, e o que falta no Nordeste e em Sergipe, especificamente, são ações capazes de manter a identidade dos produtos dentro das cadeias produtivas, retirando-os da invisibilidade.

O desenvolvimento está associado a capacidade de articulação entre os agricultores e a mobilização da sociedade civil, sendo preciso que as famílias rurais busquem participar ativamente dos espaços de diálogos com as entidades que representam o Estado, caso contrário, as decisões que buscam o desenvolvimento territorial não serão capazes de atender as demandas sociais das áreas rurais. Por este sentido, percebe-se a importância da evolução na abordagem do territorial, ao rural com a busca pelo entendimento sobre a multifuncionalidade e multisetorialidade desse espaço.

Nesse contexto surge a importância da juventude rural, considerada como parcela da população que será capaz de liderar o processo de desenvolvimento em médio e longo prazo, daí ressalta-se a relevância de estratégias capazes de tornar o rural um espaço cada vez mais atrativo para o jovem, seja no lazer ou nas atividades laborais, pois os principais fatores que obrigam o jovem a deixar o rural, está relacionado a falta de opções, tanto de mercado de trabalho quanto de progresso nos anos de ensino.

Uma das facetas do desenvolvimento rural é a formação de mercados aninhados, que resulta na consolidação de uma identidade territorial ao produto. Nessa lógica o alimento passa a representar a cultura de uma sociedade rural, a qual ganha força e resiliência para não se perder dentro das cadeias produtivas. E a ATER é uma estratégia capaz de apoiar os adeptos a produção alternativa, fornecendo a estes, estruturas capazes de amparar a resistência ao sistema corporativo e retirar os alimentos territoriais da invisibilidade. No entanto, é necessário se repensar o modelo de ATER que está posto, já que existem casos em que o modelo proposto busca inserir os agricultores na lógica das grandes corporações anexando-os aos mercados gerais. O que entende-se aqui, é a necessidade de ampliação de estratégias capazes de fortalecer os agricultores que produzem de maneira alternativa, pois são estes que necessitam de estruturas sociomateriais para lutar pela certificação e resistir ao produtivismo do Pós-Segunda Guerra.

Um dos desafios para o desenvolvimento rural, é o desmantelamento das ações do Estado, também é refletido na política de ATER pública, pois no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, se percebe a dificuldade existente em maximizar o poder de assistência aos agricultores que desejam participar dessa ação. Fato dificultado pelo quadro de servidores públicos deficitário e envelhecidos sem perspectivas de renovação, à medida que o país atravessa um momento de estagnação das políticas sociais e conseqüentemente das estratégias de desenvolvimento, cada vez mais, deixadas em segundo plano na agenda do Estado.

Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o Estado-social ao invés de desmantelá-lo, nisso fortalecer a ATER pública, aliada as políticas de crédito e de perfil social (saúde, educação e saneamento básico, energia elétrica e água), pode promover o desenvolvimento das áreas rurais, transformando os agricultores marginalizados em figuras capazes de se inserir no processo produtivo, e criar estratégias para a melhoria das condições de vida da família e dar face ao desenvolvimento rural. Outra potencialidade da ATER, diante do debate referente a emancipação do atores assistidos por políticas públicas, e a sua capacidade de dar essa autonomia ao seu público. Um exemplo disso, é a orientação técnico-produtiva em relação aos agricultores familiares que acessam mercados institucionais, no entanto, depois de atender tantas exigências, burocracias e diretrizes, é possível afirmar que agricultores familiares que

acessam esses tipos de mercados são capazes de acessar qualquer mercado nacional, dando caráter de rotatividade e ampliando o quadro de beneficiados, em tese.

Mesmo diante de tantos desafios, é possível verificar que os agricultores que são assistidos pela ATER conseguem apresentar melhores condições de vida e maior poder de ampliação de renda e capacidade de inovação, pois estão mais atentos aos mercados e buscam apoio ou estratégias que possam auxiliar na produção e comercialização dos seus produtos. Também é importante que as políticas públicas reconheçam a importância do apoio a diversificação do trabalho, pois as famílias que diversificam suas fontes de renda, apresentam melhores condições de vida e maior interação com as áreas urbanas, e esse é um fator importante para a permanência no meio rural e para adoção de novas estratégias de sobrevivência, que antes pertenciam apenas ao urbano, condicionando que essas famílias busquem novas atividades em consonância com as atividades agrícolas.

Justifica-se a relevância da ATER para o desenvolvimento do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, tendo em vista que, diante dos desafios e perspectivas levantados no presente trabalho, a difusão do conhecimento e da tecnologia, foram evidenciadas como necessidades a serem potencializadas no caso em debate. Pois mesmo enfrentando barreiras como o quadro de técnicos deficitário e envelhecido, percebe-se essa ação como uma estratégia capaz de dar apoio ao sistema produtivo do território em questão, podendo assim, revigorar a economia rural. Além do reajuste institucional necessário, renovação e ampliação do quadro de técnico, é fundamental a melhoria nos índices de educação de jovens e adultos, pois quanto mais letrados forem os produtores, estes terão condições de buscarem caminhos de fortalecimento da social e racionalidade para debater seus interesses, aliando isso a construção de mercados capazes de manter a identidade cultural de seus atores.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: os paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: UNICAMP/IE (1990). (Tese de Doutorado).
- _____. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- _____. Conselhos além dos limites. In: **Revista Estudos Avançados**. vol. 15 n° 43, set/dez, 2001.
- _____. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 1º Fórum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003.
- ALCÂNTARA, F. V. de; COSTA, J. E. As Políticas de Desenvolvimento Regionall: Um Olhar Sobre o Projeto Comunitário do Rio Gavião no Sudoeste da Bahia. In: **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
- ALVES, Eliseu R; SOUZA, Geraldo da Silva e. Desafios da Agência de Extensão Rural. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/ Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro**. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014
- ALVES, Eliseu R; SANTANA, Carlos Augusto Mattos; CONTINI, Elisio. Extensão Rural: Seu problema não é a comunicação. In: **Agricultura, transformações e sustentabilidade/ Organizadores: José Eustáquio Ribeiro Filho, José Garcia Gasques; Alexandre Xavier Ywta de Carvalho... [et al.]**. - Brasília: Ipea, 2016.
- ANDRADE, M. B; SANTANA, R. **Desafios e contrastes em assentamentos rurais em Sergipe: O caso da Barra da Onça em Poço Redondo**. Anais do II Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural; 11p. 2012.
- BELIK, Walter; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS - (Série Estudos Rurais) - 624 p. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª São Paulo: Companhia de Letras, 2014.
- BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/ Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro**. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia, n° 6, p. 63-74. 2012.
- CARDOSO, Jucyene das Graças. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias de desafios**. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013. (Tese de doutorado).
- CARVALHO, Diana Mendonça de. **Trajetórias do PRONAF em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio – espaciais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.484p.
- CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. Agricultura familiar no Brasil: persistência ou evolução? In: **Desenvolvimento rural e políticas territoriais: evidências no Nordeste brasileiro - Vitória da Conquista: Edições UESB**, 2017.

- CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental – **Boletim Goiano de Geografia**. 11 (1). 1-23. Jan./Dez.1991.
- CASSOL, Abel; SALVATE, Natália; SCHNEIDER, Sergio. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 33 - Maio /Ago. de 2016.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – A era da informação: economia sociedade e cultura. v. II 2ª Edição, Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- CHECHI, Leticia Andrea. Iniciativas do Estado e da articulação nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das PLANAPÓS. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, p. 48 – 64, out/dez. 2017.
- COSTA, J. E. da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; SILVA, J. H. da; CARVALHO; D. M. de; **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe**. – São Cristóvão: Editora UFS. 267p. 2015.
- FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo/ SP: USP (2006). (Tese de doutorado).
- _____. Três Momentos na Evolução Recente da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial – Dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ao Territórios da Cidadania. In: **Gestão social dos territórios** / Tânia Bacelar...[et.al] – Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10). 2009.
- FERREIRA, Ângela Duarte. Resistência e empoderamento no mundo rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 123-159, abr. 2007.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1973.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. Companhia Editeis Nacional, 2003.
- GARCIA, Junior Ruiz. Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**/ Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. – 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
- GOODMAN, David. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar** / organizadores Marcio Gazolla [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Serie Estudos Rurais) – p. 59 - 82. 2017.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos estados nacionais diante do processo de globalização. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, set./dez; 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José, O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997.

_____. Os desafios das Agriculturas Brasileiras. In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. - Brasília: Ipea, 2010.

_____. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/** Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. & DEL GROSSI, M. E. A evolução da agricultura familiar e do agribusines nos anos 90. In: **O Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: EDUSP. 2000.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural/Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-vol.52, Supl.1**, p. 125 - 147 - Brasília: SOBER, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções – 1789-1848**. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

_____. **A Era do Capital – 1848-1875**. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 233 p. 2008.

LANDINI, F.; BIANQUI, V. La extensión rural en Ecuador desde el punto de vista de sus extensionistas. **Revista de la Facultad de Agronomía (Universidad de Zulia)**, v. 31, n. 3, p. 433-454, 2014.

LANDINI, Fernando. Concepción de extensión rural en 10 países latino-americanos Andamios. **Revista de Investigación Social**, vol. 13, núm. 30, enero-abril, pp. 211 – 236ª. 2016a

_____. ENFOQUES Y PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN RURAL PÚBLICAS EN EL NORESTE ARGENTINO. **REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. VOL. 54 Nº 1 BRASÍLIA. JAN./MAR. 2016B. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/1234-56781806-9479005401009](http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005401009).

LEFÈBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Sergio Pereira. Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Org. Roberto José Moreira e Regina Landin Bruno. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

LEITE, Sérgio; KATO, Karina. Desafios dos processos de Gestão Social e proposições de Política. In: **Gestão social dos territórios** / Tânia Bacelar...[et.al] – Brasília: IICA, (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10), 227 p. 2009.

MARTINS, José de S. **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo social**. USP; São Paulo, p. 97-128. Editado em fev. 2000.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto. 9ª edição/2010.

MARX, Karl. **MARX (ECONOMISTAS 6)**. São Paulo: NOVA CULTURAL. Ed. 1 1996. ISBN 85-351-0831-9.

MATTEI, Lauro. **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo** – Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Reforma Agrária no Brasil**: Trajetórias e dilemas: Insular, 2017.

MDA. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS**. -Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília/ agosto de 2009.

MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar**: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

_____. Agricultura familiar e novas ruralidades em questão: uma análise teórica. In: **O fazer geográfico**: teoria e prática. (Organizadoras) Márcia Eliane Silva Carvalho, Ana Rocha dos Santos. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MENDES, Marcelo Alves; NASCIMENTO, J.E.B. Agricultura familiar e juventude rural no Agreste de Itabaiana/SE. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 12, n. 26, p. 209-237, abr., 2017/ISSN 1809-6271.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELOS, Sergio Botton. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 268 p.: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA. 2014.

Ministério de Desenvolvimento Agrário -MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Guia para Planejamento. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 2005. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, João Ernandes Barreto; COSTA, José Eloizio da; ALCANTARA, Fernanda Viana de. As desigualdades sociais na produção do espaço e os desafios do rural contemporâneo. **Geopauta**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 99-121, dez. 2017. ISSN 2594-5033. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/2068>>. Acesso em: 11 mar. 2018. doi: <https://doi.org/10.22481/rg.v1i3.2068>.

NASCIMENTO, João Ernandes Barreto; COSTA, José Eloizio da; ALCANTARA, Fernanda Viana de; MENDES, Marcelo Alves. Agricultura Familiar e a Relação Rural/Urbano no Agreste de Itabaiana/SE. **Revista Extensão E Estudos Rurais (REVER)**, v.6, p.118 - 142, 2017. [doi:10.18540/rever622017118-142].

NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. **Dinâmica da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana**. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015.

- NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, M. A. **A diversificação do trabalho como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar no Agreste de Itabaiana.** In: Anais do 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió: SOBER, 2016a.
- NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, M. A. **Os desafios da Juventude Rural do Agreste de Itabaiana.** In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016b.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, 2001.
- _____. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a política e as transformações da vida econômica In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas /** organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. - Brasília: Ipea, 2010.
- _____. O mundo rural no século XXI (um ensaio de interpretação). In: **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade.** Organizadores: José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Jose Garcia Gasques [et al.] Brasília: Ipea, 2016.
- NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura.** XLV CONGRESSO DA Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 22 a 25 de julho de UEL, Londrina-PR. 2007.
- NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A Diversificação da Agricultura Familiar do Polo Açúcar-Mossoró (RN). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 601-626, jul-set. 2013.
- PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PEIXOTO, Marcus. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/** Antônio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PLOEG, J. D. van der. Mercados aninhados recém criados uma introdução teórica. In: **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento Rural.** Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- PLOEG, J. D. van der, JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the E.U. **Journal of Peasant Studies**, 39(1), 37–41, 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época - 2. ed.** - Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos:** projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Elaboração Roziane do Amparo Araújo Michielini. Belo Horizonte, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução Maria Cecília França – São Paulo: Editora Ática. 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) Território Sertão Ocidental**. TSO, maio de 2017.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as redes alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar / organizadores Marcio Gazolla [e] Sergio Schneider**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, (Serie Estudos Rurais) – p. 27 - 52. 2017.

RESENDE, Cátia Meira; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural/Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-vol.54 N.2 - Brasília: SOBER, ABRIL/JUNHO - 2016**.

ROCHA, Altemar Amaral; SANTOS, Geisa Alves dos. **A dimensão do urbano e as relações de produção no povoado Santo Antônio - Barra do Choça/BA**. In: Anais do XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Fortaleza, p. 1-20. 2015

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Barricadas de ontem, campos de futuro. In: **A terceira margem**. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

SACHS, Jeffrey D. **A era do desenvolvimento sustentável**. Tradução Jaime Araújo - Lisboa/Portugal: Editora Conjuntura actual - 1ª edição abril de 2017.

SANTIAGO, João Phelipe. **Espaço geográfico e geografia do Estado em Friedrich Ratzel – Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013**.

SANTOS, Josefa de Lisboa, Da unidade nacional ao discurso cepalino: O projeto de desenvolvimento no Brasil. In: **O fazer geográfico: teoria e prática**. (organizadoras) Márcia Eliane Silva Carvalho, Ana Rocha dos Santos. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo. Editora Outras Expressões. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. Publicado em **Cuadernos de Desarrollo Rural**. v. 1 n 44, Bogotá – Colômbia, 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**. Texto apresentado no Seminário de Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Realizado em 26 e 27 de maio de 2003 em Santa Maria/RS/ Publicado em 2006.

_____. **Políticas públicas pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil**. Ponencia presentada GT 21 – Políticas publicas y desarrollo rural, en el VII Congreso De La Asociación Latino Americana de Sociología Rural/ALASRU-20-24 de Noviembre del Quito, Equador. 2006.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), julho-setembro/2010.

_____. Apresentação **Dossiê Ciências Sociais e Desenvolvimento**. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 14-22, 2011.

_____. Mercados e Agricultura Familiar. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural** / Organizadores Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 180-219, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia de letras, 461 p. 4ª reimpressão. 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de, **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Renato Santos de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 280p. 2012.

VEIGA, José Eli da, **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001.

WANDERLEY, Maria de N. B. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal – RN, 1997.

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>; acessado em 05/01/2018;

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração>; acessado em 08/01/2018;

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-1995-1996>; acessado em 08/01/2018;

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>: Acessado em setembro de 2017.

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>

<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



DISCENTE: JOÃO ERNANDES BARRETO NASCIMENTO

ORIENTADOR: JOSÉ ELOIZIO DA COSTA

CO-ORIENTADORA: FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DA ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Data: ___/___/___

Local: _____

QUESTIONÁRIO

ENTREVISTADOR: _____

ENTREVISTADO: _____

1) Características dos moradores do domicílio

Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Empregado (EM QUÊ?)	Aposentado	Escolaridade

2) Características do domicílio

(FONTES DE RENDA)

Agricultura	Bolsa família	Aposentado	Funcionário público	Ajuda de familiares	Por conta própria	Empregado assalariado	Renda mensal (RS)

2.1) PLURIATIVO ? _____ / CONDIÇÕES DE VIDA? _____ POSSUI DAP? _____

3) Produção agrícola da família

Área total em tarefas ou hectares	Principais produtos	Quantidade produzida a cada colheita	Período de colheita (ano)	Área destinada à produção (em tarefas)	Preço por saca (60 kg)	Quantidade de pessoas contratadas entre o período do plantio e a colheita	Como se deu o acesso a terra (compra herança, etc.).

4) Ferramentas utilizadas

4.1) Bens encontrados no imóvel

Enxada		Bicicleta		DVD	
Trator		Computador		Telefone fixo	
Carroça		Carro		Telefone móvel	
Caminhão		Caminhão		Moto	
Moto		Geladeira		TV	

5) Caracterização da unidade familiar

Quantos cômodos?		Quais atividades de lazer desempenhadas nos finais de semana?
Esgotamento sanitário? Sim ou Não		R:
Água encanada? Sim ou Não		Quantas refeições diárias?
Tipo do piso?		Votou nas últimas eleições?
Qualidade da moradia? Boa, ruim, péssima		Com qual frequência vai a cidade?
Energia elétrica?		

5.1) Condições de alimentação: () ÓTIMA () BOA () RAZOÁVEL () RUIM () PÉSSIMAS

6) Como é o acesso à saúde? Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Péssimo ()

6.1) E o acesso à educação? Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Péssimo ()

07) O que é produzido no domicílio é comercializado de que forma? () Atravessadores (Quais?) _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



- () Feiras(aonde) _____ () Na unidade familiar
- Programas do governo estadual ou Federal () QUAIS? _____
- 08) Faz parte de algum tipo de associação ou cooperativa? () SIM () NÃO/ Em caso positivo qual? _____
- 08.1) Com qual frequência ocorrem as reuniões? () mensalmente () semanalmente () não ocorre reunião () a Cada quinzena
- 08.2) O que é discutido nas reuniões? _____
- 09) É prestado algum tipo de assistência técnica ou orientação na produção agrícola? () Sim () Não/ Quem são os responsáveis pela prestação dos serviços? _____
- 09.1) Qual é a relação com os técnicos. () ÓTIMA () BOA () RAZOAVEL () RUIM () PÉSSIMA
- 10) Ocorre algum tipo de fiscalização na produção dos alimentos? () Sim () Não /órgão fiscalizador _____
- 10.1) Com qual frequência ocorrem as visitas? _____
- 10.2) Quais as principais exigências? _____
- 11) Qual é a média de jornada de trabalho destinada para a agricultura (dias/horas)? _____
- 12) A família recorre a algum tipo de programa do governo Federal destinado a agricultura? () Sim Não () Qual? _____
- 13) Recorre/recorreu a algum tipo de financiamento? _____
- 13.1) Em caso positivo. Ele foi quitado? Foi investido na unidade familiar? Trouxe algum benefício?

14) Considerações finais: O que você deseja para os seus filhos?
O que você busca para o seu futuro? Deseja sair do meio rural? Porque? (JOVEM)
Qual o principal desafio encontrado no meio rural? Já saiu? Porque regressou? E porque saiu?
Ocorreram melhorias nas condições de vida nos últimos anos? QUAIS?
Possui domicílio na área urbana? Ou propriedade rural (tamanho)?
Caracterização da criação de pequeno porte (tipo de criação).
Existe acompanhamento de ATER na unidade familiar? Quando começou?
Em que a ATER tem contribuído? O que poderia melhorar?
Como avalia os serviços de ATER?
() ÓTIMO () BOM () RAZOÁVEL () RUIM () PÉSSIMO
COMO A FAMÍLIA LIDA COM A FALTA DE AGUA?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



DISCENTE: JOÃO ERNANDES BARRETO NASCIMENTO

ORIENTADOR: JOSÉ ELOIZIO DA COSTA

CO-ORIENTADORA: FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DA ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Data: ___ / ___ / ___

Órgão/entidade: _____

Município: _____

ENTREVISTADOR: _____

ENTREVISTADO: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Qual é o objetivo da assistência técnica prestada aos agricultores familiares?

2) Quais os critérios para a prestação de serviços ou atendimento?

3) Quais considerações a serem feitas sobre o PRONATER?

4) Qual as ações (especificar) contribuição do Governo do estado de Sergipe para a efetivação da ATER?

5) Qual é a relação e/ou diálogo dos municípios do território para a efetivação da ATER (através dos órgãos envolvidos)?

6) Quais os principais desafios para o desenvolvimento da ATER?

7) Quais as estratégias adotadas para a superação dos desafios citados anteriormente?

8) Quais iniciativas criadas pelo município/estado/Governo Federal com foco na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos últimos anos?



9) Quais os principais avanços ocorridos através da Assistência Técnica e Extensão Rural nas últimas décadas?

10) Foram ou estão sendo atingidos os objetivos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural (PTDRS)?

11) Como ocorre o diálogo com a sociedade civil? Quais as entidades participantes?

12) Qual deve ser o foco da ATER em médio e longo prazo?

13) Qual a relação dos técnicos com os agricultores familiares?

14) Qual a articulação da ATER com outras políticas públicas?

OBSERVAÇÕES